



Big.

2015

INFORMAÇÃO
ANUAL

T.1

(Euro)

Consolidado (Auditado)	2015	2014	2013	2012
Margem Financeira	23.733.313	25.138.497	25.747.469	18.734.087
Comissões Líquidas	12.702.261	11.442.574	6.533.123	6.789.808
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	112.762.645	132.807.026	93.041.699	54.831.796
Outros Resultados de Exploração	-491.846	-13.260	-300.079	-28.178
Produto Bancário	148.706.373	169.374.837	125.022.212	80.327.513
Custos com Pessoal	-23.363.479	-24.124.063	-22.356.754	-14.840.651
Gastos Gerais Administrativos	-12.261.590	-9.276.997	-7.689.711	-6.130.922
Custos de Funcionamento	-35.625.069	-33.401.060	-30.046.465	-20.971.573
Cash Flow Operacional	113.081.304	135.973.777	94.975.747	59.355.940
Amortizações	-1.291.237	-1.028.013	-1.134.697	-1.314.991
Provisões	-2.764.774	-10.255.955	-1.871.061	-2.892.714
Imparidades	-1.423.987	-209.465	-194.946	-6.294.411
Resultados Operacionais	107.601.306	124.480.344	91.775.043	48.853.825
Resultados de Associadas	0	175.774	163.306	23.371
Resultados Antes de Impostos	107.601.306	124.656.118	91.938.349	48.877.195
Impostos Correntes	-32.507.084	-41.849.894	-33.218.522	-16.385.895
Impostos Diferidos	-585.043	-277.027	-92.067	26.581
Resultado Líquido	74.509.179	82.529.197	58.627.760	32.517.881

Contas Individuais	2015	2014	2013	2012
Resultado Líquido	74.854.898	82.340.760	58.459.256	32.486.385

Indicadores Selecionados	2015	2014	2013	2012
Total do Ativo Líquido	1.542.063.419	1.444.516.643	1.214.430.252	1.024.615.750
Capitais Próprios	276.364.401	261.369.251	207.192.600	170.724.119
Fundos Próprios	312.743.080	261.299.611	202.589.699	161.869.909
Depósitos de Clientes	885.485.867	804.736.461	683.717.291	543.830.163
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	42,6%	16,9%	28,8%	35,4%
Crédito Concedido / Ativo Líquido	24,4%	9,4%	16,2%	18,8%
Ativos sob Supervisão *	2.810.927.292	2.546.898.558	2.159.665.428	1.499.588.173

* Ativos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

Rendibilidade	2015	2014	2013	2012
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	5,0%	6,2%	5,2%	3,5%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	27,7%	35,2%	31,0%	27,3%
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	10,0%	12,7%	11,2%	8,7%

Solvência	2015	2014	2013	2012
TIER 1 Capital	33,2%	35,1%	32,7%	31,9%
Rácio de Fundos Próprios Totais	33,2%	35,1%	32,9%	32,0%

Eficiência	2015	2014	2013	2012
Margem Financeira / Ativo Remunerado	1,6%	1,8%	2,2%	1,9%
Custos Transformação / Produto Bancário	24,8%	20,3%	24,9%	27,7%
Custos Pessoal / Produto Bancário	15,7%	14,2%	17,9%	18,5%

INDICADORES FINANCEIROS

Relatório do Conselho de Administração

Introdução
Resultados das Operações em 2015
Gestão de Risco e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados
Demonstração Consolidada do Rendimento Geral
Balanço Consolidado
Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

**▲ RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

INTRODUÇÃO

Quem somos

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Banco) é um banco especializado em investimento e poupança, com sede em Lisboa. O Banco está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao setor bancário e atualmente opera apenas em Portugal.

O Banco foi fundado por um grupo de acionistas privados, tendo iniciado a sua atividade a 1 de Março de 1999. O capital do Banco encontra-se disperso e é detido por um conjunto estável de investidores individuais e institucionais (ver Nota 35). Na atividade principal, o BiG apresenta um modelo de negócio transparente e inovador, focado em soluções de poupança e investimento, bem como em serviços de assessoria, dirigidos a clientes particulares e empresas/institucionais. Comercialmente, o BiG está focado na angariação de clientes, no crescimento de depósitos e na gestão de ativos. Operacionalmente, o Banco foca-se na qualidade dos seus ativos, gestão de liquidez, controlo operacional interno, fiabilidade de execução, preservação do capital e controlo dos riscos inerentes ao negócio, de modo a gerar retornos atrativos para os seus acionistas. O BiG procura, antes de mais, assegurar um crescimento sólido e sustentável no futuro, e permanecer uma referência de segurança para os ativos e poupanças dos seus clientes.

Neste contexto, a solvabilidade do Banco, assim como outros rácios operacionais, têm-se apresentado consistentemente fortes e robustos. Desde a fundação do Banco em 1999, o BiG tem contado com a retenção da maioria dos rendimentos gerados internamente para financiar o seu crescimento, após pagamento de dividendos regulares, bem como para alargar e melhorar o seu modelo de negócio, muitas vezes durante períodos turbulentos de particular tensão nos mercados financeiros. O Banco não solicitou nem necessitou de qualquer tipo de assistência, capital ou garantias de fontes externas ou públicas, em momento algum desde a sua fundação.

O BiG é uma instituição especializada focada, alicerçada em processos de base tecnológica e escaláveis, com uma cultura que procura mitigar erros operacionais

ou perdas de crédito. O BiG privilegia a qualidade face à quantidade ou à quota de mercado em todas as suas áreas de negócio, e em momento algum procurou replicar os modelos de banca universal tradicionais que nos últimos anos se revelaram ineficientes e inviáveis.

O BiG é independente face a grupos financeiros e a acionistas ou grupos específicos. Esta independência traz consigo a liberdade de refletir e inovar, mas também a responsabilidade de exercer uma maior disciplina financeira. Adicionalmente, esta independência exige uma gestão de risco rigorosa e um grande suporte da experiência acumulada em mercados financeiros ao longo dos anos, associada ao profundo conhecimento da sua natureza de risco/retorno.

O que fazemos

De um modo geral, o BiG associa a experiência dos seus recursos humanos, o seu capital e as suas ideias com o objetivo de ajudar clientes, acionistas e *stakeholders* a preservar e valorizar os respetivos ativos financeiros. Em particular, o BiG:

Aconselha empresas, clientes institucionais e clientes particulares em matéria de risco de mercado, alocação de ativos e questões estratégicas associadas aos seus negócios;

Executa transações em mercados regulados ou OTC (*over the counter*), em função de necessidades de financiamento ou apetência por risco dos seus clientes;

Investe sobretudo em ativos líquidos e de alta qualidade, contribuindo para o financiamento de empresas e economias, e aconselha os seus clientes relativamente a estratégias de investimento, de acordo com o respetivo perfil e conhecimento dos mercados;

Gere o seu Balanço, a sua exposição ao risco e, sob solicitação, os ativos dos seus clientes;

Preserva a sua reputação e a integridade do seu negócio;

Valoriza o seu capital, assim como as poupanças e os ativos dos seus clientes, num ambiente operacional seguro e de confiança;

Inova, estimulando e desenvolvendo ideias que derivam da sua visão sobre o mercado, e que tem origem na génese empreendedora do Banco.

Ao segmento de clientes particulares, o Banco presta serviços de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios e serviços bancários gerais e de pagamento. Para empresas e clientes institucionais, os serviços prestados incluem gestão de risco, tesouraria, corretagem, custódia e serviços de assessoria financeira. A área de Tesouraria e Mercado de Capitais do Banco foca-se na gestão de liquidez de Balanço. Esta área desempenha um papel central na cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado e de crédito.

Complementarmente à oferta de serviços bancários tradicionais, o Banco disponibiliza um conjunto de plataformas destinadas a vários segmentos de clientes, cujo objetivo passa por promover a poupança e facilitar a negociação e investimento em instrumentos financeiros. Desta forma, o Banco procura facilitar o acesso de aforradores e investidores a serviços bancários e a um amplo conjunto de soluções financeiras, com aconselhamento, assistência e níveis adequados de informação, ou apenas execução, assim como a vários produtos de investimento negociados em mercados regulados e em mercados de balcão (OTC).

O Banco, durante 2015, gerou todas as suas receitas em Portugal. O ativo do Banco, regra geral, apresenta diversidade geográfica e setorial, que pode variar ao longo do tempo, dependendo das condições de mercado e de oportunidades de negócio. Adicionalmente, o balanço do Banco reflete a política do BiG de manutenção de excesso de liquidez. Do lado das responsabilidades, o Banco foca-se na estabilidade dos depósitos de retalho e no crescimento do capital. O Banco interage com os seus clientes através de vários canais integrados: os clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, www.big.pt, e por *financial advisors* presentes em 18 agências situadas em localizações chave, centrais e regionais; os clientes institucionais e empresas são servidos por equipas de vendas e de produto presentes principalmente em Lisboa e no Porto.

O serviço de corretagem do Banco tem por base a sua participação enquanto membro direto da NYSE Euronext, que abrange o mercado doméstico e mercados internacionais chave. Adicionalmente, o Banco estabelece parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros, de modo a proporcionar aos seus clientes, o acesso a um conjunto de outros mercados mundiais de ações e futuros. As plataformas para negociação de outros produtos em mercado OTC, obrigações ou fundos de investimento, têm normalmente por base soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e acordos com contrapartes e fornecedores.

Onde estamos

O BiG está sediado em Lisboa e conta com 18 agências de retalho (1^ªT 2016) em Portugal. O BiG detém ainda uma licença bancária em Moçambique cuja atividade deverá ter início até o final de Março de 2016.

Áreas de negócio

Retalho Especializado

O BiG serve clientes de retalho com diferentes necessidades e expectativas através de uma abordagem multicanal integrada, apoiada por uma plataforma proprietária de serviços bancários e de negociação, e por uma rede de agências localizadas nos mercados geográficos chave do país. A combinação de plataformas *online*, equipas de venda especializadas e *financial advisors* permite aos clientes do BiG executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir através de alguns dos principais mercados regulados mundiais. O Banco dispõe de soluções e serviços bancários direcionados para clientes com perfil diversificado, desde clientes autónomos, a clientes que procuram apoio nas decisões de investimento, a clientes de *wealth management* que procuram soluções personalizadas e preservação do capital.

Clientes Institucionais e Empresas

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais

de áreas chave do BiG desenvolvem soluções financeiras especializadas, executam estratégias de negociação e de investimento e apoiam os clientes na gestão de risco. A ampla gama de serviços que o BiG oferece inclui negociação em mercados regulados, estruturação de produtos OTC, gestão de ativos, cobertura de riscos de mercado, e serviços de assessoria financeira.

Tesouraria e Mercados de Capitais

A área de Tesouraria e Mercados de Capitais foca-se nas atividades de investimento e crédito do Banco, centraliza a gestão de liquidez de Balanço do BiG e desempenha um papel central na cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado. Para além da gestão da carteira de crédito do Banco, esta área partilha análises e informação especializada sobre mercados para consumo interno, desenvolve ativamente produtos para clientes de retalho e para empresas, e gere as posições de tesouraria e de risco do Banco.

Regulação aplicável

As atividades do Banco são reguladas por três entidades:

Banco de Portugal: data de registo especial a 1 de Março de 1999, sob o Código 61. www.bportugal.pt;

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: data de autorização a 8 de Março de 1999, sob o Código 263. www.cmvm.pt;

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões: registado como mediador de seguros ligado 2. www.asf.com.pt.

O BiG detém uma licença bancária em Moçambique, onde está oficialmente registado junto do Banco de Moçambique (Regulador). A atividade deverá ter início até final de Março de 2016.

Ao nível Europeu, o BiG é considerado uma instituição de “menor importância sistémica” dada a sua dimensão, sendo por isso supervisionado diretamente

pelo Banco de Portugal. O Banco Central Europeu, que é a principal instituição do Eurosistema, supervisiona diretamente instituições com “importância sistémica”. Em Portugal, apenas quatro entidades estão qualificadas como instituições com “importância sistémica”. Não obstante, o BiG encontra-se sujeito às mesmas regras de supervisão (*single rulebook*) que os restantes bancos da União Europeia, sob as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (EBA). O Sistema de Supervisão e Avaliação de Processos (*Supervisory Review and Evaluation Process – SREP*) da EBA, no contexto dos processos do Pilar 2, visa reforçar a ligação entre o perfil de risco do banco, os seus sistemas de gestão de risco e o seu plano de capital. Este sistema envolve a avaliação do modelo de negócio do Banco e uma revisão periódica dos processos apresentados no presente Relatório de Gestão e Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Este processo de avaliação é exaustivo e dinâmico, incluindo orientações em determinados tipos de testes de esforço, processos de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) e liquidez (ILAAP), bem como regras de concentração e diversificação de ativos e políticas de reconhecimento e categorização de riscos de crédito, de modo a assegurar uma convergência progressiva dos processos através dos quais as instituições de crédito são avaliadas por toda a Europa.

Resumo dos Resultados de 2015

O Banco obteve um Resultado Líquido Consolidado de € 74,5 milhões em 2015, que compara com os € 82,5 milhões de 2014 e os € 58,6 milhões de 2013.

Os Resultados por Ação foram de € 0,48 em 2015, tendo por base o maior número de ações em circulação, na sequência de uma operação de aumento de capital por incorporação de reservas realizada em 2015 que alterou a base de ações ordinárias em circulação de 104 milhões para 156 milhões. Excluindo o efeito de aumento de capital por incorporação de reservas, os resultados por ação teriam ascendido a € 0,72 em 2015, face a € 0,79 no final de 2014 e € 0,57 no final de 2013.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2015 foi 27,7%, que compara com 35,2% em 2014 e 31,0% em 2013.

O Valor Contabilístico das ações ordinárias do BiG situou-se nos € 1,77 (€ 2,66 numa base equivalente, pré aumento de capital por incorporação de reservas), que compara com € 2,51 por ação no final de 2014, e € 1,99 no final de 2013.

O Tier 1 Capital do BiG a 31/12/15 foi de 33,2%, comparativamente com os 35,1% no final de 2014, e 32,7% no final de 2013.

O Produto Bancário do Banco em 2015 foi de € 148,7 milhões, 12,2% abaixo do resultado registado em 2014 de € 169,4 milhões e acima do resultado registado em 2013 de € 125,0 milhões.

Os resultados refletem uma ligeira redução das receitas provenientes das atividades de investimento e tesouraria quando comparados com os valores de 2014, apresentando um crescimento de 11% nas comissões líquidas e uma contração da margem líquida financeira (-5,6%). As receitas (financeiras) não provenientes de juros, que representam a principal parcela da atividade de investimento especializado, representaram 84% do total das receitas operacionais líquidas em 2015, face a 85,2% verificado em 2014.

A margem financeira representou 16% das receitas totais em 2015 e 14,8% em 2014, em linha com a média dos últimos anos.

É apresentado na tabela T.2 um resumo dos indicadores chave da Demonstração

de Resultados e do Balanço. Uma análise mais detalhada dos indicadores financeiros e dos resultados dos vários segmentos de negócio pode ser encontrada nos RESULTADOS OPERACIONAIS e nas NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.

Em 2015, como em anos anteriores, todas as receitas do Banco foram geradas em Portugal. A distribuição das receitas com base na geografia da exposição ao risco de crédito, reflete as expectativas do Banco em relação à evolução das taxas de juro e à qualidade de crédito na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), onde são domiciliados a maioria dos emitentes dos ativos remunerados do Banco. Como em anos anteriores, a maioria dos ativos do Balanço é constituída por valores mobiliários líquidos detidos na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, em detrimento de atividades de menor liquidez relacionadas com a concessão de crédito. O risco de crédito e as concentrações são geridos de forma ativa, dependendo das condições de mercado e do sentimento dos investidores relativamente às taxas de juro.

A análise desempenhada pelo BiG sobre concentração de crédito e oportunidades de investimento considera o progresso das economias Portuguesa, Europeia e global na gestão dos efeitos de um longo período de recessão económica, de uma recuperação mundial díspar, e do modo como os temas macroeconómicos e geopolíticos afetam o desempenho dos mercados. Em 2015, em média, menos de 50% da exposição do Banco envolvia risco-país associado a Portugal. A maioria da exposi-

ção representou risco-país de outros países Europeus e dos EUA. Durante grande parte do ano, os acontecimentos políticos em Portugal, juntamente com os eventos macroeconómicos na Europa e a nível global, influenciaram os principais indicadores financeiros do Banco.

Os níveis persistentemente elevados de dívida a nível mundial, as políticas monetárias acomodáticas nos principais blocos regionais, o crescimento lento das economias desenvolvidas e o abrandamento do crescimento das economias em desenvolvimento, a apreciação do dólar americano, a queda de preços do crude, a pressão dos credores para uma maior responsabilidade fiscal dos governos, e as políticas de anti-austeridade na Europa e nos mercados emergentes, contribuíram para uma combinação adversa de riscos globais em 2015, originando níveis de volatilidade nos mercados superiores face a 2014. Neste contexto, o Conselho de Administração entende que o modelo de negócio do Banco demonstrou um bom desempenho e que o *mix* de negócios desenvolvido pelo BiG continuou a demonstrar resiliência e solidez. O desempenho do Banco em 2015 refletiu a capacidade do BiG de gerir os efeitos de uma combinação de fatores, que de uma forma ou de outra influenciam o negócio do Banco:

Métricas Financeiras

▲ Abrandamento do crescimento do volume médio de ativos remunerados de qualidade, com liquidez, face a 2014, associado a riscos mais elevados, rendimentos mais baixos e menos oportunidades de investimento de qualidade;

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2015	2014	2013	2012
Produto Bancário	148.706	169.375	125.022	80.328
Custos Operacionais	-41.105	-44.894	-33.247	-31.474
Impostos	-33.092	-42.127	-33.311	-16.359
Resultado Líquido	74.509	82.529	58.628	32.518
Capitais Próprios	276.364	261.369	207.193	170.724
Fundos Próprios	312.743	261.300	202.590	161.870
Total de Ativos Líquidos	1.542.063	1.444.517	1.214.430	1.024.616
Crédito	376.820	136.162	196.919	192.674
Depósitos de Clientes	885.486	804.736	683.717	543.830
TIER 1 Capital	33,2%	35,1%	32,7%	31,9%
Rácio de Fundos Próprios Totais	33,2%	35,1%	32,9%	32,0%

- ▲ Descida dos preços dos ativos, dificuldades nos mercados emergentes e taxas de juro historicamente baixas a nível global;
- ▲ Redução dos custos de financiamento e liquidez de mercado razoável;
- ▲ Crescimento do volume de poupanças e instrumentos de investimento por cliente, à medida que os clientes se afastam de depósitos de menor rentabilidade;
- ▲ Qualidade de crédito e controlos internos sólidos e uma contínua ausência material de perdas relacionadas com crédito.

Fatores Estratégicos:

- ▲ A capacidade de foco do Conselho de Administração na manutenção do crescimento do negócio, e não na gestão de ativos incobráveis e modelos defeituosos, que têm afetado negativamente os concorrentes do BiG;
- ▲ Problemas persistentes no setor bancário português e aumento significativo da regulação;
- ▲ Crescente responsabilidade do setor bancário no Fundo de Resolução Português;
- ▲ Foco do Conselho de Administração na disciplina financeira, transparência contabilística e baixa alavancagem do Balanço;
- ▲ Foco estrutural do Conselho de Administração na qualidade dos ativos de longo prazo, no excesso de liquidez, rácios elevados de capital, gestão do risco e eficiência operacional geral, independentemente das condições de mercado ou das tendências económicas.

Indicadores Chave da Demonstração de Resultados

Os proveitos operacionais em 2015 registaram uma diminuição de 12% para € 149 milhões, em resultado da deterioração das condições de mercado após a euforia inicial face ao programa de *quantitative easing* do BCE no primeiro trimestre do ano. Durante 2015, à medida que alguns fatores político-económicos globais e nacionais começaram a ter impacto nos mercados – designadamente, a crise

grega, a queda dos preços de *commodities* e o seu efeito nos mercados emergentes, o abrandamento na China, as expectativas de crescimento das taxas de juro nos EUA e a apreciação do dólar, associado à incerteza política que resultou das eleições em Portugal – o Conselho de Administração do BiG optou por moderar progressivamente o investimento e reduzir a exposição às taxas de juro e ao risco de crédito. A margem financeira registou uma ligeira diminuição, decorrente de uma maior redução dos preços da maioria das classes de ativos face à redução dos custos de depósitos de retalho estáveis. As receitas financeiras não provenientes de juros, que representam a principal fonte de receitas do banco, registaram uma ligeira quebra no que respeita aos ganhos provenientes da área de Tesouraria e Mercados de Capitais, que foi, no entanto, em parte compensada por um crescimento de 11% das receitas provenientes de comissões líquidas. O crescimento observado nesta rubrica ficou a dever-se a um aumento significativo das receitas geradas com as atividades gestão de ativos e das receitas de corretagem. Os custos totais diminuíram cerca de 12% em consequência da redução das despesas com salários e do nível inferior de provisões, que compensaram o aumento dos custos administrativos. Os impostos pagos pelo Banco diminuíram 21,4%, consequência da redução do resultado antes de impostos e de uma taxa de imposto marginal ligeiramente inferior. A rubrica de Impostos incluiu a continuação da aplicação dos impostos especiais aplicados ao setor bancário Português.

Margem financeira: Esta categoria representou € 23,7 milhões dos proveitos de 2015, face aos € 25,1 milhões registados em 2014 e € 25,7 milhões em 2013. A queda de 5,6% resultou de uma redução do rendimento gerado pelos ativos remunerados, superior ao ajustamento realizado nos custos de juros inerentes a clientes, embora se tenha verificado, um aumento do valor médio da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (AFS). Os custos associados à base de depósitos do Banco, que registou um crescimento de 10% para os € 885,5 milhões a 31 de Dezembro de 2015, subiram face a 2014 em resultado do menor ritmo de redução das taxas pagas a clientes em compara-

ção com as taxas de financiamento institucional, que não representam uma parte significativa do financiamento do Banco. O conjunto estável de custos de financiamento incluíram: (i) as taxas de financiamento institucional, como os Repos no mercado oferecidos pelas principais contrapartes da banca internacional, (ii) as taxas oferecidas pelo Banco Central Europeu (BCE) e pela Eurex Repo e (iii) níveis superiores de fundos próprios.

Comissões: As comissões líquidas de serviços de corretagem, retalho, gestão de ativos e *advisory* aumentaram 11% para € 12,7 milhões, face aos € 11,4 milhões registados no ano anterior. Este crescimento resultou de um aumento substancial das receitas com os serviços de corretagem institucional, gestão de ativos, assessoria financeira e serviços bancários gerais. Genericamente, durante o ano de 2015 registou-se uma tendência acentuada de reavaliação do risco de crédito dos bancos juntamente com um aumento da apetência por risco por parte dos clientes, que procuraram compensar a progressiva redução das taxas de remuneração dos depósitos bancários com o recurso a opções de investimentos envolvendo serviços de gestão de ativos durante períodos de tempo mais extensos. O Conselho de Administração espera que esta tendência aumente durante o ano de 2016.

Tesouraria e Mercado de Capitais: As atividades de tesouraria e investimento, o *market making* e os proveitos líquidos dos custos de cobertura de risco gerados pela gestão da carteira de ativos de rendimento fixo disponíveis para venda do Banco, bem como por investimentos em produtos de crédito, registaram uma quebra de 16% e contribuíram com € 111,4 milhões, para o total de proveitos operacionais líquidos em 2015. Este valor compara com € 132,8 milhões em 2014. Como em anos anteriores, a maior parte dos proveitos desta categoria foram lucros realizados numa carteira diversificada de ativos de rendimento fixo, envolvendo uma variedade de classes de ativos líquidos e com diferentes riscos-país. Num enquadramento que continuou a revelar-se desafiante, o Banco teve como prioridade, na gestão das suas carteiras de ativos, manter elevados níveis de liquidez na

sua carteira de ativos remunerados e um foco na sua qualidade. O Conselho de Administração prevê manter estes pressupostos de investimento, uma vez que representam vetores estruturais da cultura de gestão do Banco. Os resultados em 2015 refletem uma diminuição generalizada dos preços dos ativos nos principais mercados e na maioria das categorias de risco.

Custos Operacionais: O Conselho de Administração procura garantir a máxima flexibilidade possível na gestão da sua base de custos, de modo a garantir alguma correlação dos mesmos com o aumento, ou diminuição, da atividade em cada ano. Esta flexibilidade é gerida dentro de limites considerados razoáveis para uma instituição em crescimento, que necessita de continuar a investir, tendo igualmente em consideração a relativa inflexibilidade do contexto laboral e fiscal. Em 2015, os custos totais, excluindo a tributação fiscal, diminuíram 8,4%, aproximadamente em linha com a quebra de 12,2% das receitas operacionais. Os custos com pessoal registaram uma redução de 3,2% em 2015, embora o quadro de colaboradores tenha aumentado em 17%. As despesas administrativas cresceram 32,2% para € 12,2 milhões e as amortizações aumentaram 25,6% para € 1,3 milhões, ambas em linha com: (i) o crescimento do número de colaboradores, (ii) o aumento do número de agências, (iii) determinados custos adicionais associados à nova subsidiária do BiG fundada de raiz em Moçambique, (iv) o aumento das despesas com publicidade e “re-branding” da marca BiG e (v) investimentos em *hardware* e *software*. Numa base relativa – isto é, enquanto percentagem dos Proveitos Operacionais – os custos com pessoal representaram 15,9% em 2015, comparativamente a 14,2% do total em 2014. Globalmente, os Custos de Transformação/Proveitos Operacionais aumentaram para 24,8% em 2015, face a 20,3% em 2014, mantendo-se contudo abaixo da média dos últimos cinco anos de 29,2%. Também conhecido como “rácio de eficiência”, este rácio mede como o Banco utiliza a sua base de custos para gerar proveitos operacionais. Entretanto, os custos associados com provisões diminuíram para € 2,8 milhões, dos € 10,3 milhões registados no ano anterior, implementando-se desta forma medidas que vão ao encontro do princípio da prudência, nomeadamente no que se refere às crescentes incertezas

e riscos bancários gerais, associados sobretudo às responsabilidades do Banco em relação ao Fundo de Resolução Português, o qual detém o Novo Banco e adquiriu responsabilidades adicionais no seguimento da resolução do BANIF-Banco Internacional de Funchal no final do ano.

Resultado antes de Impostos e Impostos. O Resultado Antes de Impostos em 2015 foi de € 107,6 milhões, que compara com € 124,7 milhões em 2014, € 91,9 milhões em 2013, e € 48,9 milhões em 2012. Os impostos correntes e diferidos de 2015 ascenderam a € 33,1 milhões, comparativamente a € 42,1 milhões em 2014, € 33,3 milhões em 2013 e € 16,4 milhões em 2012. Este valor representa um total de € 125 milhões em tributação direta para o período 2012-2015, o que faz do BiG um dos maiores contribuintes fiscais entre as instituições financeiras da sua dimensão em Portugal. A taxa de imposto efetiva do Banco tem vindo a aumentar nos últimos anos, em resultado de vários fatores, entre os quais a deterioração das condições económicas em Portugal, e as consequentes medidas de emergência adotadas pelo Governo para correção dos desequilíbrios orçamentais, através de novos impostos nomeadamente sobre o setor bancário. Em 2015, a tributação representou 30,8% do Resultado antes de Impostos, um ligeiro decréscimo em relação à taxa efetiva em 2014 de 33,8%.

Indicadores Chave do Balanco

O total de Ativos Líquidos a 31 de Dezembro de 2015 ascendeu a € 1,5 mil milhões, um aumento de 6,8% face ao ano anterior. Os principais ativos remunerados do Banco foram geridos de modo a maximizar a liquidez e controlar os riscos de concentração. Estes representam uma carteira diversificada de ativos (AFS), constituída maioritariamente por instrumentos financeiros líquidos de rendimento fixo, que ascendiam no final do ano a, aproximadamente, € 1,0 mil milhões, ligeiramente inferior ao ano anterior de € 1,09 mil milhões. A rubrica de crédito a clientes aumentou para € 376 milhões devido ao crescimento da carteira de títulos garantidos por *Residential-Mortgage Backed Security* (RMBS). O crédito representou 24% do total dos Ativos Líquidos, o que compara com um

rácio de 9,4% no final de 2014. A percentagem do Crédito/Depósitos de Clientes, que a 31/12/2015 era 42,6% face aos 16,9% registados no ano anterior, continua a ser um indicador dos elevados níveis de liquidez do Banco. Excluindo RMBS, o crédito a Clientes como percentagem dos Depósitos de Clientes era cerca de 2% no final de 2015, o que compara com 2,5% a 31/12/2014, 3,7% a 31/12/2013 e 4,5% a 31/12/2012. Este facto reflete a reduzida ênfase do modelo de negócio do Banco no crédito comercial e ao consumo resultante de uma economia excessivamente endividada. O rácio de Crédito Vencido / Total de Crédito era de 0,1% em 31/12/2015, mantendo-se o valor inalterado ao longo dos anos.

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) depósitos de Clientes de retalho, (ii) os capitais próprios (iii) acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, entre as quais se encontram instituições financeiras com presença global e (iv) transações de venda/recompra com o BCE (através de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado ou ORPA) e o recurso à plataforma Eurex Repo para prazos geralmente mais curtos. O Banco ainda não emitiu quaisquer instrumentos representativos de dívida, em linha com o seu modelo de negócio e a sua capacidade/necessidade de financiamento. A 31/12/2015, os depósitos de Clientes ascendiam a € 885,5 milhões, representando um aumento de aproximadamente 10% relativamente à mesma data de 2014. O financiamento obtido junto do BCE, líquido dos depósitos junto desta entidade, diminuiu modestamente no final do ano, substituído em geral com o aumento do nível de depósitos e um maior recurso de Repos com contrapartes de mercado globais. O valor do capital social aumentou para € 156 milhões (156 milhões de ações emitidas cada uma com um valor nominal de € 1), no seguimento de um aumento de capital de € 52 milhões por incorporação de reservas durante o ano, no qual cada acionista recebeu uma ação por cada duas ações detidas. Os capitais próprios aumentaram para € 276,4 milhões a 31/12/15, em comparação com € 261,4 milhões a 31/12/14, devido ao aumento dos resultados correntes líquidos de dividendos. O capital da rubrica “Fundos Próprios” ascendeu a € 312,7 milhões no final de 2015.

Enquadramento Operacional 2015

Introdução

O ano de 2015 começou de forma positiva para os mercados, com o BCE a anunciar em janeiro os muito antecipados programas de aquisição de ativos (“*quantitative easing*”). Estes programas têm decorrido de forma expectável, produzindo efeitos genericamente positivos nos preços da dívida soberana dos países Europeus. As condições de mercado a nível global começaram a deteriorar-se de forma gradual logo no início do primeiro trimestre do ano, inicialmente como consequência da eleição do partido Syriza na Grécia e subsequente tentativa infrutífera de desafiar as regras orçamentais europeias. Adicionalmente, associaram-se a estes acontecimentos outras fontes de incerteza, designadamente alguns sinais de abrandamento da economia chinesa, e os efeitos da expectativa de aumento da taxa de juro de referência por parte da Reserva Federal Norte-Americana, que se viria a materializar em Dezembro de 2015. Paralelamente, os mercados emergentes, e em particular as economias dependentes da extração de petróleo, foram afetadas pela forte queda do preço desta *commodity*, bem como por investigações públicas por corrupção e desvalorização cambial, como no caso do Brasil, e / ou por acontecimentos e pressões geopolíticas, como no caso da Rússia. O ano de 2015 não foi particularmente favorável para investidores em ações, obrigações ou *commodities* no geral. Fora da Zona Euro, os Bancos Centrais reagiram através da execução de uma variedade de estratégias, incluindo programas de compras de ativos, desvalorização cambial sempre que possível, e a manutenção de taxas de juro historicamente baixas como ferramenta para incentivar o crescimento económico. A Reserva Federal Norte-Americana anunciou um muito antecipado aumento da taxa de juro de referência em Dezembro de 2015, no entanto, a incerteza nos mercados tem persistido e tem-se agravado, pelo menos até ao início de 2016.

Ao conjunto de condições negativas registadas durante o ano associou-se a incerteza política nos países periféricos da Europa após alguns governos terem apa-

rentemente conquistado a reeleição mas perdido as maiorias parlamentares que os sustentavam, como em Portugal em Outubro e em Espanha em Dezembro. Em Portugal, o Partido Socialista conseguiu formar um Governo com o apoio dos partidos do Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, apesar de não ter sido o partido mais votado nas eleições. Em Espanha, tem sido discutida uma solução semelhante à alcançada em Portugal. No entanto, no início de 2016 o país mantém-se sem governo, com a possibilidade de novas eleições em aberto.

O novo governo português apresentou um plano económico recebido com desconfiança, anunciando maior crescimento económico com base no aumento da despesa pública e em menos austeridade, associado a uma redução do défice orçamental e a um decréscimo do rácio Dívida/PIB que se encontra em níveis excepcionalmente elevados. No seguimento do aumento do salário mínimo e da reversão abrupta de algumas privatizações de empresas de transporte, entre outras medidas populistas, e após negociações com a Comissão Europeia, a proposta de orçamento do governo para 2016 aparenta depender do aumento de impostos, na sua maioria indiretos, para concretizar os objetivos de responsabilidade fiscal subjacentes ao funcionamento da moeda única, assumindo que as previsões do lado da receita fiscal serão concretizadas.

Os principais acontecimentos que deterioraram a confiança empresarial e a credibilidade externa de Portugal e do respetivo setor bancário incluíram: (i) a tentativa falhada de vender o Novo Banco durante o ano de 2015, (ii) a subsequente decisão extraordinária do Banco de Portugal de transferir para o BES as responsabilidades relativas a algumas obrigações sénior, mas não todas, a dois dias do final de 2015, como mecanismo para melhorar os rácios de capital do Novo Banco, em conformidade com os requisitos mínimos regulamentares, (iii) o custo inesperadamente elevado da resolução de mais um banco, neste caso o BANIF, no final do ano e (iv) os atrasos e dúvidas relativos ao Orçamento do Estado para 2016.

Os eventos de mercado que mais afetaram o desempenho do Banco e as suas

perspetivas durante 2015 estiveram relacionados, por um lado, com o ambiente global de taxas de juro e os padrões de crescimento divergentes das principais economias e, por outro, com os acontecimentos políticos e riscos nacionais, e com as oportunidades e riscos associados às medidas anti-austeridade e à resolução de alguns dos principais concorrentes do Banco. O primeiro evento é fundamental para o modelo de negócio do Banco, para a gestão do seu balanço e para o negócio com os clientes, e é também um ponto-chave para criar valor para os seus acionistas. O segundo tornou-se subitamente crítico, após anos de melhoria da estabilidade e de reforço da credibilidade do país face a credores externos e investidores internacionais.

A um nível mais detalhado, a resposta do Banco a oportunidades de negócio, regulatórias, fiscais, laborais, sociais e competitivas, são discutidas nesta secção e durante o Relatório de Gestão.

Elementos chave específicos do BiG e relevantes no atual Enquadramento Operacional:

O nível de Ativos Líquidos do Banco foi 5,6 vezes os Capitais Próprios em 31/12/2015, aproximadamente o mesmo nível registado em 31/12/2014, e substancialmente inferior, à maioria dos concorrentes;

O Rácio de Liquidez consolidado do Banco foi 206% a 31/12/15 e o rácio de alavancagem foi de 19,1% no mesmo período;

O Tier 1 Capital do BiG a 31/12/2015 foi de 33,2% e tem excedido os 30% nos últimos 16 anos consecutivos;

O Banco não emite instrumentos de dívida para suportar as suas atividades de Balanço: as fontes chave de financiamento são os depósitos de clientes e capitais próprios;

O modelo de negócio do Banco não se baseia em crédito; está orientado para o crescimento sustentável num ambiente controlado, com base no crescimento dos resultados acumulados e cuidadosa gestão de capital;

O Banco não solicitou, nem necessitou, de assistência do Estado, em qualquer momento, para cobrir as suas necessidades de financiamento ou capital, sob a forma de garantias e similares, obrigações convertíveis ou capital.

Indicadores Macroeconómicos e Tendências Económicas

Global

De acordo com o FMI, o crescimento económico mundial manteve-se estável em 2015, traduzindo uma expansão de 3,1% durante 2015, destacando-se a evolução benigna da atividade no bloco desenvolvido – EUA e Europa registaram taxas de crescimento homólogas de 2,4% e 1,6% respetivamente, o que permitiu a gradual mitigação do nível de *output gap* (diferencial entre PIB Real e Potencial) – ao passo que o bloco emergente cresceu a um ritmo de 4,4%, acentuando uma trajetória de desaceleração secular e materializando um paradigma divergente entre o desempenho das economias exportadoras de matérias-primas (Brasil e Rússia) e as remanescentes que são essencialmente importadoras e/ou apresentam uma predominância mais significativa da componente de serviços no agregado do PIB (China e Índia). O efeito concomitante de desequilíbrios estruturais das economias emergentes, o acentuar da espiral deflacionista do mercado de *commodities* e os receios em torno de uma eventual queda económica não ordeira na China contribuíram para o incremento da volatilidade e um exacerbar do pessimismo dos agentes de mercado, em particular, na segunda metade do ano.

O quadro macroeconómico global benigno, apesar do incremento da volatilidade, acarretou resultados distintos ao nível das classes de ativos: i) margens de dívida soberana periférica face às *Bunds* encerraram 2015 praticamente ao mesmo nível do início do ano; ii) taxas de juro sem risco (*Bunds* e Obrigações do Tesouro) registaram um incremento ligeiro ao longo do ano, em resultado de um ponto de partida deprimido – ancorado em expectativas de mercado muito deflacionárias pela pressão sofrida nas *commodities*; iii) o mercado de *commodities* e do crude, em particular, exacerbaram o movimento corretivo vigente, refletindo perdas que já adquirem dimensão histórica, ainda para mais num prazo temporal relativamente curto; iv) os mercados acionistas registaram um comportamento misto, observando-se desvalorizações essencialmente no bloco emergente, ao passo que o mercado desenvolvido registou ganhos entre 0% (S&P500), 8% (no *Eurostoxx* e *Nasdaq*) e 10% do índice nipónico – conferindo retornos em 2015 inferiores à média histórica anual no ciclo de expansão vigente (desde 2009) e que se caracterizaram, em simultâneo, por um quadro de crescente volatilidade do mercado; v) no mercado cambial, a divisa norte-americana registou uma apreciação significativa face ao cabaz de divisas, sendo que no caso específico do Euro este registou um declínio superior a 10% face ao USD, cristalizando a divergência do ciclo macroeconómico e monetário entre os 2 maiores blocos mundiais.

Europa

Na Europa, o ritmo do *pick-up* económico mostrou-se insuficiente para debelar os riscos sobre o legado da crise Soberana, com

o agravamento dos riscos deflacionários a justificarem o reforço da política de *quantitative easing* pelo BCE (Março) num montante global até EUR 60 mil mn/mês – alargando a esfera da compra de ativos elegíveis à dívida Soberana, ainda que sob determinados limites. O resultado prático destas medidas foi modesto, em que o aspecto a salientar está relacionado com a material depreciação do Euro face à generalidade dos pares cambiais, ao passo que a tendência de compressão de margens de dívida Soberana Periferia-*Bunds* foi interrompida na segunda metade do ano e a evolução da concessão de crédito evidenciou um *pick-up* muito ligeiro. A Inflação manteve-se tépida e longe dos *targets* do BCE, sendo que a última leitura de Dezembro de 2015 do CPI da Zona-Euro situou-se nos 0,2%, fator que contribuiu decisivamente para o reforço dos estímulos monetários pelo BCE na reunião de Dezembro, concretizando a extensão da maturidade do Programa de compra de Ativos em mais 6 meses (Março de 2017), a descida da taxa depósitos para valores ainda mais negativos (-0,30%) e a intenção de proceder ao reinvestimento dos juros decorrentes dos programas de compra de ativos em curso (Dívida Pública, *Covered Bonds* e *ABS*). Ao nível macro, observou-se uma convergência do ritmo de crescimento económico entre os países da Periferia face ao Core, denotando-se progressos ao nível do grau de competitividade das economias do Sul, não obstante a emergência de riscos políticos nestes países que poderão comprometer o processo de convergência no médio/longo prazo.

EUA

No bloco norte-americano, acentuou-se uma moderada aceleração do ritmo de

T.3

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			IPC		
	2014	2015	2016E	2014	2015	2016E
Estados Unidos	2,4	2,4	2,6	1,6	0,1	1,1
Zona Euro	0,9	1,6	1,7	0,4	0	1
Portugal	0,9	1,5	1,5	-0,2	0,5	1,3
Médio Oriente	3	3	2,6	3,2	3,7	3,5
Ásia ex-Japão	6,3	6,1	5,9	2,8	2,1	2,2
China	7,3	6,9	6,3	2	1,4	1,8
Japão	0	0,5	1	2,7	0,8	0,4
América Latina	1,3	-0,3	-0,3	5,5	6,7	8,6
Mundo	3,4	3,1	3,4	3,5	3,3	3,3

crescimento económico, traduzindo a recuperação generalizada dos principais indicadores de atividade e a redução consistente da taxa de desemprego – fixou mínimos de 2008 nos 5%, não obstante o nível de participação laboral historicamente baixo e o ténido crescimento salarial da população ativa. De forma relativamente surpreendente em função de alguns riscos de sobreaquecimento da economia norte-americana, o FED somente iniciou o processo de normalização monetária em Dezembro – com a primeira subida de taxas em 25 p.b. para 0,5% da taxa de desconto – evidenciando um posicionamento menos agressivo, justificado pelo contexto de maior fraqueza da economia Mundial, em particular pela interdependência entre o abrandamento secular das economias emergentes e o contexto deflacionista das *commodities*.

Portugal

Em 2015, o ritmo de recuperação económica foi gradual, com o PIB a avançar 1,5% ao longo do ano, com uma aceleração mais expressiva no 1º Semestre de 2015, que beneficiou do comportamento dinâmico da procura interna e das exportações. Do lado da procura interna, destacamos a evolução do consumo privado, contingente à melhoria no mercado de trabalho (desemprego recuou para 12,4%), queda do preço do crude e redução das taxas de juro. A procura pública manteve-se restringida pelo objetivo de cumprimento das metas do défice público no âmbito do quadro orçamental Europeu.

Em Outubro realizaram-se as eleições legislativas que culminaram com a ausência de uma maioria absoluta, cenário que obrigou a negociações entre os partidos do arco da Governação para a criação de uma solução governativa estável. O insucesso destas negociações levou a que o Presidente da República indiguisse Pedro Passos Coelho (coligação PàF) a Primeiro-Ministro, tendo este governado apenas em gestão corrente, porquanto foi demitido no Parlamento 12 dias após tomar posse, na sequência de uma moção de rejeição do programa do governo apresentada pelo PS e suportada pelo BE, CDU e PAN. Criaram-se assim as condições, de forma algo surpreendente, para a ascensão de António

Costa para o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal.

As projeções indicadas na proposta de orçamento de Estado para 2016 indicam que o PIB nacional deverá crescer 1,8% durante o ano, beneficiando do aumento do consumo privado (+2,4%) e da aceleração dos preços do consumidor (+1,3%). O Saldo de Conta Corrente será excedentário em quase 0,9% do PIB, ao passo que o défice orçamental situar-se-á nos 2,2% e a dívida pública deverá atingir 128% do PIB, não obstante os inúmeros “avisos” da Comissão Europeia que evidenciam diversas fragilidades à exequibilidade do OE 2016.

Políticas Contabilísticas Relevantes

As políticas contabilísticas relevantes utilizadas pelo Banco são discutidas em detalhe nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, sendo que a mais relevante para o Banco corresponde à mensuração pelo justo valor dos instrumentos financeiros. Isto resulta do facto de a carteira de ativos remunerados – e, portanto, do próprio Balanço – serem ativos líquidos, de rendimento fixo ou variável, por oposição a ativos com menor liquidez. Como resultado, a maioria do Balanço está avaliado a preços de mercado (*mark to market*), o que leva a uma maior transparência na informação contabilística. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como tem vindo a ocorrer ocasionalmente nos últimos anos, incluindo em 2015, gerando assim volatilidade no mercado, a utilização desta política de mensuração pelo justo valor, pode ter um impacto significativo na forma como os ativos financeiros são avaliados e, consequentemente, nas demonstrações financeiras do Banco.

Os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*) são mensurados pelo justo valor através de resultados, sendo que os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para venda (*available for sale*) são mensurados pelo justo valor através de reservas de reavaliação ao justo valor, em capital próprio. Uma terceira categoria diz respeito a ativos financeiros detidos até à

maturidade (*held to maturity*), cuja mensuração é efectuada ao custo amortizado com base na taxa efetiva, e na qual o Banco não classifica atualmente qualquer ativo financeiro.

Eventos que podem assumir particular relevância nas Demonstrações Financeiras:

Pricing: Na determinação do justo valor de um determinado ativo financeiro, o Banco considera o preço de compra disponível no mercado (*bid-price*). Na ausência de cotações ou na presença de preços de mercado que, na opinião do Banco, possam não ser realistas, o justo valor pode ser determinado com recurso a: (i) avaliações baseadas em transações recentes ou semelhantes, executadas sob condições de mercado normais, metodologias de *cash flows* descontados e modelos de avaliação baseados em opções, os quais podem ser customizados tendo em vista refletir as circunstâncias de um determinado instrumento financeiro e (ii) avaliações baseadas em informação de mercado.

Controlo sobre avaliação de instrumentos financeiros: As infraestruturas de controlo são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias acima referidas, são definidos pelo Conselho de Administração e controlados ou revistos pelas funções de auditoria interna e externa do Banco.

Revisão das receitas e despesas líquidas: A contabilidade das receitas e despesas é da responsabilidade de funções independentes e de controlo e são verificadas diariamente pelo Conselho de Administração. O objetivo é identificar e resolver potenciais problemas associados ao valor justo ou contabilístico das receitas numa base objetiva e periódica.

De uma forma geral, durante 2015, apesar de alguma volatilidade e da tendência global de desvalorização dos mercados, os níveis de liquidez mantiveram-se sólidos, mitigando assim questões relativas ao justo valor dos ativos. Por várias razões, designadamente relacionadas com a Grécia, China, a política monetária dos EUA e as eleições em Portugal e Espanha, onde os respetivos governos conquistaram a maior percentagem de votos mas

perderam as maiorias parlamentares, registou-se um sentimento amplamente negativo em relação à maioria das classes de ativos. A percepção de risco dos emittentes portugueses, incluindo soberanos, empresas e bancos, foi negativamente afetada por questões macroeconómicas globais e por questões nacionais específicas. Adicionalmente, no final do ano, o *rating* de qualidade de crédito soberano Português, bem como o da maioria dos bancos e empresas emittentes, manteve-se abaixo do grau de investimento, com muito baixa probabilidade de apresentarem melhorias no futuro próximo.

Análise Sumária – Indicadores Chave

Para uma análise mais detalhada, por favor consulte a secção: *Resultado das Operações de 2015 e Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*

Capital e Solvabilidade

A utilização e afetação de capital, bem como a robustez, consistência e transparência dos rácios de solvabilidade são, para o Conselho de Administração, de extrema importância na gestão diária do Banco. O nível adequado de capital fornece aos clientes e às contrapartes confiança, e reflete os aspetos chave de como o Banco gere o negócio. Estes são, entre outros, fatores como: (i) vigiar atentamente os riscos potenciais assim como os retornos esperados, (ii) aplicar o resultado dos processos de testes de esforço e planeamento de capital à gestão diária do balanço, (iii) avaliar objetivamente o ambiente empresarial e (iv) identificar e avaliar os potenciais riscos materiais, sejam estes específicos ou

estratégicos. O Banco efetua projeções de capital e financiamento regularmente e envia ao regulador, numa base anual, o resultado do Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), que incorpora extensas análises realizadas regularmente, algumas das quais diariamente. O cálculo de *earnings at risk* e capital em risco baseados em análises de possíveis cenários é fundamental para manter disciplina na tomada de risco e, consequentemente, na utilização de capital.

Em 2015, os fortes resultados novamente apresentados pelo BiG e a sua política conservadora e consistente relativa à distribuição de dividendos, contrariaram a desvalorização dos ativos financeiros disponíveis para venda registada na rubrica de Reserva de Reavaliação ao Justo Valor, o que permitiu um crescimento de 5,73% do valor dos capitais próprios do Banco para € 276,4 milhões. Este valor é composto inteiramente por capital próprio, e inclui o impacto de um dividendo antecipado no valor de € 12,5 milhões, distribuído aos acionistas antes do final de 2015, com base nos resultados obtidos e certificados pelo auditor externo do Banco para o período findo a 30/09/15. A 31/12/2015 o BiG detinha 2.598 ações próprias (1.732 a 31/12/2014). O aumento verificado face ao ano anterior deve-se à atribuição de ações no âmbito do aumento de capital por incorporação de reservas, realizado em 2015. Não se registaram aquisições ou alienações de ações próprias durante o exercício (Nota 35). A rubrica “Fundos Próprios”, calculada de acordo com o normativo prudencial, ascendia a € 312,7 milhões a 31/12/15, superior em 19% dos € 261,3 milhões em 31/12/2014.

O Tier 1 Capital do Banco atingiu os 33,2% no final de 2015, face a 35,1% no final do ano anterior. Este rácio tem-se mantido consistentemente acima dos valores mínimos regulamentares, mesmo nas difíceis condições de mercado verificadas nos últimos 17 anos.

De forma a garantir um uso prudente do capital e um nível confortável de reservas, o Banco efetua diversos testes de esforço numa base diária. Estes incluem vários testes às mais importantes rubricas do Balanço, controlos diários dos limites estabelecidos no ICAAP do Banco e uma série de testes de esforço ao rácio de solvabilidade, introduzidos pelo Conselho de Administração durante o auge da crise das dívidas soberanas em 2011 e mantidos, com modificações, deste então. Estes foram definidos para avaliar o impacto no Tier 1 Capital de alterações improváveis, mas teoricamente possíveis, no sentimento de mercado, com potencial impacto direto nos rácios de solvabilidade do Banco. Os resultados dos testes de esforço, ainda que hipotéticos, servem regularmente como aviso ao Conselho de Administração e às diversas áreas de negócio, para reduzir o risco ou diversificar as concentrações. Alguns exemplos de resultados de alguns cenários extremos analisados pelo Conselho de Administração a 31/12/2015, são apresentados nas tabelas T.5 e T.6 e discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO do presente relatório e na Nota 39. Estes resultados assumem a combinação de dois eventos extremos: (i) quedas súbitas e acentuadas no preço de certos tipos de títulos de dívida soberana e (ii) o conseqüente reconhecimento como imparidade e correspondentes movimentos na rubrica de Reserva de Reavaliação ao Justo Valor e nos resultados do Banco.

T.4

(Euro)

Capital	2015	2014	2013	2012
Capital	156.000	104.000	104.000	104.000
Prémios de emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Ações Próprias	-2	-153	-1.084	-1.172
Reserva de justo valor	-48.230	-7.284	-2.180	-1.184
Outras reservas e resultados transitados	105.204	96.515	58.947	44.559
Resultado líquido do exercício	74.509	82.529	58.628	32.518
Capitais Próprios	276.364	261.369	207.193	170.724
Fundos Próprios	312.743	261.300	202.590	161.870
TIER 1 Capital	33,2%	35,1%	32,9%	32,0%

Os cenários da tabela T.5 assumem descontos teóricos face ao valor nominal de títulos de dívida de três países, que se encontram no centro da crise da dívida soberana e aos quais tivemos exposição em 2015.

Na tabela T.6 apresentam-se os resultados do impacto teórico no rácio de solvabilidade do Banco no final de dezembro de 2015, em cada cenário.

Os testes de *stress* apresentados são alguns dos muitos testes internos do BiG, existindo, no entanto, outros que são realizados de acordo com os requisitos regulatórios. O Banco analisa igualmente a forma como, num cenário de crise severa, seria gerido o balanço do Banco, em termos de geração de liquidez e/ou aplicação dos capitais próprios. Esta aferição incorpora riscos de mercado, de crédito e operacionais e, quando combinada com análises de cenários diárias, conforme descrito anteriormente e na secção de GESTÃO DE RISCO do presente relatório, constitui a base para a avaliação permanente pelo Conselho de Administração relativamente à adequação do capital do Banco.

Liquidez e Recursos

A decisão anunciada pelo BCE em janeiro de 2015 de lançar um programa robusto de

compra de ativos na Europa, como meio de incentivar o crescimento económico, revelou-se de certa modo bem-sucedida na estabilização das *yields* da dívida soberana e na redução das taxas de juros, em alguns casos, para níveis negativos. Este contexto, apesar de menos atrativo para os aforradores, permite aos governos, empresas e bancos com níveis elevados de dívida melhorar os seus Balanços. Embora estas medidas tenham inicialmente estimulado a confiança dos investidores, outros eventos mundiais fora do controlo do BCE começaram a afetar o sentimento de mercado e os volumes de negociação a longo do ano. Neste contexto, pelo Conselho de Administração geriu ativamente e alterou frequentemente ao longo do ano a concentração da carteira de crédito do Banco, de acordo com as expectativas relativamente aos movimentos das taxas de juro e da qualidade de crédito. As principais componentes de liquidez e financiamento permaneceram em linha com os anos anteriores.

O Rácio Crédito / Depósitos aumentou devido ao maior volume de títulos garantidos por RMBS, classificado como crédito a clientes. As fontes de financiamento por via de acordos de curto-prazo de venda / recompra estabelecidos com diferentes contrapartes da banca internacional, em percentagem dos ativos remunerados, cresceram ligeiramente, mantendo-se no entanto em linha com os anos anteriores.

A liquidez potencial não utilizada do Banco, baseada na capacidade de usar instrumentos financeiros elegíveis como colateral para aceder a linhas adicionais de financiamento, é substancial, com um rácio de ativos elegíveis/depósitos superior a 70%. A liquidez disponível aumenta, em média, para mais de 100% dos depósitos quando os ativos financeiros disponíveis para venda não-elegíveis e os valores em caixa são incluídos no valor disponível não utilizado das POOLS do BCE/Eurex, como pode ser verificado no resumo trimestral para 2015 na tabela T.8.

O crédito tradicional é segmento não estratégico, particularidade que constitui um fator chave no modelo de negócio do Banco e fundamental para a sua gestão da liquidez, da qualidade dos ativos e da utilização eficiente do capital próprio. O rácio de Crédito Concedido/Total Ativo Líquido atingiu os 24,4% a 31/12/2015, o que compara com os 9,4% a 31/12/2014, devido ao aumento de RMBS supramencionado. Já o rácio Crédito Concedido/Depósitos, um indicador chave de liquidez, aumentou para 42,6% no final de 2015, face aos 16,9% verificados no final do ano anterior, e aos 28,8% em 31/12/13.

Em 2015, a maioria dos ativos do Banco correspondiam a ativos financeiros líquidos, detidos para negociação (HFT) ou AFS. O Conselho de Administração considera, e o passado recente confirma, que deter e negociar ativos através das carteiras de ativos financeiros detidos para negociação ou detidos para venda permite uma maior flexibilidade na gestão de posições, encoraja a disciplina nas tomadas de risco e o crescimento do Balanço, o que coincide com a política de absoluta transparência na avaliação de ativos financeiros. **A combinação de: (i) uma baixa concentração de crédito líquido, (ii) uma reduzida alavancagem do Balanço relativamente ao capital próprio e fontes estáveis de financiamento e (iii) uma política de manutenção de uma carteira de ativos permanentemente dispo-**

T.5

Testes de Stress Cenários Extremos		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Portugal	Contabilizar as reservas de reavaliação como resultados		15%	25%
Espanha			5%	10%
Itália			0%	5%

T.6

Dezembro 2015 - Cenários extremos - Rácio Tier I Teórico	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Total Capital Ratio	28,6%	26,0%	23,2%
T1 Capital Ratio	28,6%	26,0%	23,2%

T.7

Liquidez e Recursos	(Euro 000)			
	2015	2014	2013	2012
Crédito concedido / Depósitos de clientes	42,6%	16,9%	28,8%	35,4%
Ativos remunerados / Total do ativo líquido	95,9%	84,8%	80,4%	76,9%
BCE	165.007	180.173	130.315	260.248
Outros recursos	171.220	108.264	143.478	6.481
Depósitos de clientes/ Total passivo e capital	57,4%	55,7%	56,3%	53,1%

T.8

(Euro)

	Valores médios 1.º trimestre 2015	Valores médios 2.º trimestre 2015	Valores médios 3.º trimestre 2015	Valores médios 4.º trimestre 2015
ECB - Valor da POOL - Ativos elegíveis (inclui haircut)(1)	545.923	658.298	613.717	491.392
ECB - Valor da POOL - Tomadas	180.000	210.000	230.000	158.333
ECB - Valor da POOL - Disponíveis	365.923	448.298	383.717	333.058
EUREX Repo - Valor da POOL(2)	32.221	15.136	12.030	17.394
EUREX Repo Tomadas Net: (Tomadas - cedências)	14.000	6.000	2.000	667
Eurex Repo - Disponíveis	13.560	3.084	2.993	11.788
Ativos elegíveis e disponíveis para colateral não integrados nas POOLS	192.408	70.046	70.578	87.675
Total de ativos elegíveis e disponíveis	571.890	521.428	457.288	432.522
Ativos elegíveis não disponíveis (dados como garantia)	158.203	201.905	287.993	138.669
Ativos não elegíveis	379.253	364.307	421.529	554.045

(1) POOL de ativos valorizada com preços do ECB que podem não coincidir com os preços de mercado.

(2) POOL de ativos valorizada aos preços da Eurex, não inclui haircuts.

níveis e livres de encargos garantindo níveis de liquidez confortáveis, têm sido fundamentais para a gestão rentável das operações do Banco, ao longo da atual recessão económica em Portugal.

Resumindo, as principais fontes de financiamento do Banco durante 2015 incluíram: (i) depósitos de Clientes de retalho que aumentaram 10% face ao ano anterior para € 885 milhões, (ii) aumento dos capitais próprios, (iii) o financiamento através de acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, e (iv) financiamento através de acordos de recompra com o BCE e com a Eurex. O Banco não emite títulos de dívida dado não representarem ativos estratégicos do atual modelo de negócio e planos de investimento do Banco. Consequentemente, o BiG continua a não ser afetado pelo acesso limitado ao financiamento em

mercados internacionais sentido por parte dos bancos portugueses em resultado da notação *non-investment grade* do país.

Resultados

O Produto Bancário do Banco diminuiu 12,2% em 2015 para € 148,7 milhões, o Resultado Líquido registou uma quebra de 9,7% para € 74,5 milhões, face a € 82,5 milhões no ano anterior e a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) do Banco cifrou-se em 27,7%, face a 35,2% registado no final de 2014.

O desempenho do BiG em 2015, embora inferior face aos resultados recorde de 2014, permaneceu robusto face aos resultados históricos do Banco e compara favoravelmente com os seus concorrentes em Portugal e na Europa. Durante o ano, as

condições de mercado globais foram consideravelmente menos positivas do que em 2014. Em Portugal, o ambiente político registado em ano de eleições resultou na formação de um governo menos favorável para as empresas e menos orientado para os mercados. Este contexto, quando associado às tendências negativas presentes a nível mundial, contribuiu para deteriorar a confiança das empresas de forma acentuada durante o final do ano, e promoveu a incerteza sobre o futuro da economia Portuguesa e do seu papel na Europa. Sendo hábito do Conselho de Administração promover o crescimento do Banco de forma cuidada, enquanto opera num ambiente imprevisível, optou-se pelo controlo e, em alguns casos, redução da exposição ao risco durante o ano, de modo a preservar o capital e a integridade do negócio. Desde o começo da crise da dívida soberana Europeia, que evoluiu para uma crise bancária,

T.9

(Euro 000)

Resultados	2015	2014	2013	2012
Produto bancário	148.706	169.375	125.022	80.328
Custos Operacionais (antes de imparidades)	-39.681	-44.685	-33.052	-25.179
Imparidades	-1.424	-209	-195	-6.294
Resultados de associadas	0	176	163	23
Resultados antes de imposto	107.601	124.656	91.938	48.877
Impostos	-33.092	-42.127	-33.311	-16.359
Resultado Líquido	74.509	82.529	58.628	32.518

o Banco tem crescido continuamente, de um modo sustentável, e tem produzido resultados sólidos num período que continua a ser desafiante para os concorrentes no sistema bancário português. Esta consistência deve-se a um conjunto de fatores, que têm sido referidos nos relatórios de gestão do Banco ao longo dos últimos anos. Entre estes, destaque para os mais relevantes:

(i) O foco do Conselho de Administração nos princípios fundamentais de gestão de capital e liquidez, flexibilidade do Balanço, transparência contabilística, controlo de custos e controlo de risco;

(ii) A abordagem disciplinada do Banco em assumir, medir e gerir riscos, que tem permitido ao Conselho de Administração planear o futuro com base em crescimento e resultados, uma vez que não tem necessidade de gerir problemas herdados do passado.

Em 2015, a margem financeira do Banco diminuiu ligeiramente devido nomeadamente: (i) a uma política de controlo da dimensão do Balanço, apesar da maior base de recursos de clientes, (ii) ao declínio das *yields* dos ativos remunerados num contexto de crescimento económico díspar e (iii) à gestão ativa da carteira do Banco, o que significou uma substituição por parte do Banco de margem financeira por ganhos de investimento superiores. Como em 2014, o contexto de taxas de juro influenciou os clientes a transacionar e investir cada vez mais, contribuindo assim para um incremento significativo nas comissões líquidas.

O negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais do Banco teve um forte desempenho em 2015, embora inferior a 2014. Oportunidades referentes a ativos de rendimento fixo, produtos de crédito e a atividade dos clientes foram díspares e as receitas líquidas diminuíram 16% para € 111,4 milhões nesta área, face aos € 132,8 milhões verificados em 2014 e € 92,9 milhões em 2013. No que concerne às diferentes linhas de negócio (ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR

SEGMENTO DE NEGÓCIO), o negócio de retalho especializado do Banco gerou € 12,4 milhões de Proveitos Líquidos, abaixo dos € 17,3 milhões registados em 2014. As receitas do segmento de Clientes Empresas e Institucionais aumentaram cerca de 23%, devido a um maior fluxo de negócio e de receitas provenientes de transações de clientes.

Do lado da despesa, as principais rubricas de custos operacionais, líquidos de imparidades, aumentaram 12,2% face a 2014. As principais componentes incluíram uma ligeira redução de custos com pessoal e maiores despesas relacionadas com custos gerais administrativos e custos com amortizações. Este aumento é justificado com o maior número de colaboradores a ocupar mais espaço, custos de marketing mais elevados, *upgrades* de sistemas de informação e custos associados à futura abertura do Banco em Moçambique. Em 2015, **o rácio de eficiência do Banco, definido como Custos de Transformação/Produto Bancário, cifrou-se em 24,8%**, depois de três anos consecutivos de melhoria: 20,3% em 2014, 24,9% em 2013 e 27,7% em 2012.

As provisões líquidas corresponderam a € 2,8 milhões a 31/12/2015, face aos € 10,3 milhões a 31/12/2014. Em ambos os anos, o Conselho de Administração procedeu ao aumento das provisões para riscos bancários gerais, em resultado das contingências associadas às responsabilidades para o Fundo de Resolução de Português, na sequência dos processos de resolução do BES (em 2014) e do BANIF (em 2015).

As imparidades no final do ano aumentaram para € 1,4 milhões, em comparação com o montante residual registado em 2014. A provisão para impostos do Banco caiu para € 33,8 milhões, face aos € 42,1 milhões em 2014, e representou uma taxa de imposto de 30,8%, face a 33,8% em 2014, 36,3% em 2013 e 33,5% em 2012. Esta taxa decorre da redução de resultados tributáveis, em combinação com a tributação de emergência imposta pelo Governo para o setor bancário.

Política de Dividendos

Sob recomendação do Conselho de Administração, os acionistas aprovaram, desde a fundação do Banco, uma política de constituição de uma base de capital através de resultados acumulados. Desde que o Banco iniciou a distribuição de dividendos em 2004, o Banco tem retido, em média ao longo dos últimos 11 anos, 65% do Resultado Líquido e tem distribuído, aproximadamente, 35% em dividendos. Para o ano fiscal de 2015, o dividendo proposto é de € 0,12 por ação (equivalente a € 0,18 por ação antes do efeito do aumento de capital por incorporação de reservas em 2015). Este dividendo compara com os € 0,21 por ação em 2014, e € 0,18 por ação pagos em 2013. Isto representa um rácio de *payout* de 25,1% para 2015 (26,4% em 2014), e inclui o dividendo parcial antecipado no valor de € 0,08 por ação, pago aos acionistas em Novembro 2015, com base nos resultados líquidos apurados e certificados pelo auditor externo do Banco para o período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2015. A história recente de *payouts* do Banco encontra-se descrita na tabela T.10. Considerando o pagamento proposto relativo a 2015, o Banco já distribuiu aos Acionistas cerca de € 98 milhões sob a forma de dividendos desde 2004.

Enquadramento Concorrencial

As alterações que se têm registado no enquadramento concorrencial em Portugal coincidem com: (i) o primeiro ano completo da União Bancária na Europa, (ii) a introdução de regras de *baill-in* a partir de 1 de Janeiro de 2016, (iii) a forte pressão regulatória sobre o setor bancário e respetivos custos associados, (iv) o peso das estruturas legadas na capacidade dos bancos em reforçar a sua base de capital, e (v) a acumulação de responsabilidades por parte de um Fundo de Resolução sub-capitalizado, com consequências incertas para o futuro quanto ao modo

T.10

(Euro)

Dividendos	2015 *	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Dividendo por Ação	0,120 €	0,210 €	0,180 €	0,150 €	- €	0,033 €	0,065 €	0,050 €	0,050 €	0,040 €	0,030 €
% Resultado Distribuído Individual	25,1%	26%	32%	48%	0%	15%	46%	61%	34%	42%	42%

* Sujeito a aprovação pelos Acionistas

como as respetivas responsabilidades serão suportadas.

Durante o ano 2015, a venda planeada do Novo Banco foi sendo protelada e acabou por ser suspensa e adiada para 2016. O Barclays anunciou que iria abandonar o segmento de retalho em Portugal e vendeu a maior parte do seu negócio ao Bankinter, um banco Espanhol. Outro banco Espanhol, o Santander, adquiriu o BANIF no contexto de uma resolução aplicada pelo Banco de Portugal no final do ano, ao passo que o CaixaBank de Espanha mantém a sua estratégia relativa ao BPI, onde já é o maior acionista, dependente de alterações aos estatutos relativamente às regras de limitação dos direitos de voto. Adicionalmente, outros processos no setor financeiro, relacionados com empresas de menor dimensão ou com seguradoras, estariam a ser analisados ou em negociações no final do ano.

Temas de destaque no setor financeiro em 2015 incluíram: (i) as baixas notações de *rating* e a manutenção de baixos níveis de capitalização, (ii) a recuperação provísória dos balanços dos bancos de maior dimensão, após anos de reconhecimento de imparidades e perdas acentuadas, (iii) os efeitos de longo prazo de modelos de negócio ineficientes, juntamente com capacidade excedentária e leis laborais inflexíveis, (iv) a existência de alguma interdependência do Estado e da banca na economia, e (v) o efeito das baixas taxas de juro no setor.

O processo de reconhecimento de perdas e reposicionamento das instituições financeiras está em curso há já alguns anos. Os bancos em Portugal encontram-se sob pressão dos reguladores e dos mercados financeiros para desalavancar, reavaliar o risco, reconsiderar as suas fontes de financiamento, aumentar capital de modo a cumprir com os novos *benchmarks* e passar em testes de esforço de adequação de capital. As Revisões da Qualidade dos Ativos (AQR – *Asset Quality Review*) impostas pela União Europeia (UE) e coordenadas pelos reguladores locais têm conduzido a um reconhecimento contabilístico dos créditos vencidos, que por sua vez, resultou no reconhecimento adicional de perdas pelos maiores bancos, durante 2015. O mercado interno tem sentido os

efeitos da contração do balanço dos bancos, resultando numa menor disponibilidade de crédito para alguns setores. O resultado dos testes de esforço realizados pela EBA – Autoridade Bancária Europeia –, divulgados anualmente, sugere progressos no que toca à estrutura de capital dos maiores bancos. Contudo, este progresso não é ainda suficiente para os bancos comerciais contemplarem a retoma dos níveis de negócio e estratégias expansionistas para os níveis anteriores à crise. Este processo continua em evolução, impulsionado pela crescente regulamentação e legislação, desenvolvidas de modo a assegurar que o setor bancário seja, razoavelmente diferente, no futuro. Como resposta a estas medidas, o processo de ajustamento de alguns dos concorrentes do BiG tem incluído reduções de pessoal, encerramento de agências, desinvestimentos, alterações na gestão e, nos casos de maior relevância, a entrada do Estado enquanto acionista, contingente ou direto.

Não obstante o longo processo necessário para sanar os balanços da maioria dos bancos afetados pela recessão, o mercado bancário, a nível doméstico e internacional, continua a ser altamente competitivo, e esperamos que assim se mantenha. Portugal continua a ser um mercado relativamente concentrado, com 5 instituições de crédito detendo conjuntamente uma quota de mercado superior a 70%. Estes podem ser caracterizados como instituições financeiras com modelos de banca universais, que geralmente operam modelos de negócio tradicionais. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros, de pequena e média dimensão, e em geral especializados, partilham a restante quota de mercado. Consequentemente, o BiG enfrenta concorrência em todas as linhas de negócio por parte de um conjunto alargado de operadores domésticos, e, em certas linhas de negócio, de operadores internacionais.

À medida que o processo de ajustamento segue o seu curso, o Banco tem vindo a verificar um aumento, e não uma diminuição, da concorrência por parte de várias instituições financeiras, entre as quais se encontram aquelas que beneficiaram da assistência do Estado ou de intervenção regulatória.

Organização

Os objetivos do Banco passam por disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos aos seus Clientes e criar valor de longo prazo para os seus acionistas. O BiG procura assegurar um crescimento sustentado e um equilíbrio entre o investimento a médio-prazo e a existência de retornos no curto-prazo.

O Conselho de Administração acredita que estes objetivos poderão ser alcançados através de uma estrutura operacional interna clara e eficiente, construída em torno de pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final e os acionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os riscos de mercado, crédito e operacional aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta.

A estrutura organizacional interna reflete aspetos chave da cultura empresarial, que se foca no objetivo de assegurar a resiliência e a integridade do modelo de negócio do Banco e a sua capacidade de resistir a qualquer crise financeira. Resumindo, o Banco procura ser transparente, flexível, atento aos riscos de mercado e com uma gestão que permite reagir rapidamente à perceção de aumentos nas oportunidades de negócio. A liquidez do Banco, a qualidade dos seus ativos e o seu perfil de capital são fortes. Exceto no que concerne a investimentos em sistemas de informação, ajustamentos na gestão diária de cada uma das linhas de negócio e precaução superior à usual dada a volatilidade do contexto político-económico, os eventos dos últimos anos não ditaram alterações materiais na estratégia do Banco. O Banco tem conseguido crescer durante este período. No decurso da sua atividade, o Conselho de Administração está continuamente a analisar melhorias às atuais áreas de negócio e a procurar formas de investir capital, aumentar receitas, racionalizar custos e melhorar continuamente a eficiência interna. Esperamos crescer de forma sustentável, apesar da concorrência, e manter esta tendência no futuro próximo.

F.1



Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do Grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em três subsidiárias: (i) ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., sociedade atualmente em processo de alteração de foco para investimentos em *FinTech*; (ii) BiG Serviços Financeiros, S.A., responsável pela prestação de serviços de assessoria financeira; e (iii) Banco BiG Moçambique, S.A., uma sociedade fundada de raiz que dará lugar à unidade bancária que o BiG pretende criar nesse país e cuja atividade deverá iniciar durante o primeiro trimestre de 2016. Nenhuma das participações supramencionadas teve impacto relevante sobre as contas financeiras consolidadas do Banco durante 2016.

O modelo de distribuição de retalho do Banco combina uma plataforma proprietária baseada na *internet*, www.big.pt, e uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em 18 agências: Lisboa (4), Porto (3), Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora, Viseu, Aveiro, Estoril, Guimarães, Loulé, e São João da Madeira. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto, bem como profissionais em agências complementares.

O Banco não opera nenhuma entidade offshore nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são diretamente detidos ou arrendados pelo Banco.

A sede do Banco, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, é detida diretamente pelo Banco.

As marcas de retalho do Banco, *BiG*, *Banco BiG* e *bigonline*, são utilizadas na abordagem ao segmento de banca retalho, *wealth management*, suportada pela plataforma *online*.

Governo da Sociedade

A organização interna do Banco é reflexo da vontade do Conselho de Administração em manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre as diferentes áreas de negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados e os riscos assumidos. O BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir as melhores práticas de *Corporate Governance* e alinhar a supervisão e os processos de decisão com os interesses dos acionistas e de outras partes interessadas. O Banco empenha-se em cumprir com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades (Código de Governo das Sociedades da CMVM – 2013), na medida em que estas sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco. Embora não sendo classificado como uma “instituição de importância sistémica”, de acordo com as diretrizes regulamentares da união bancária Europeia, o BiG procura ser um exemplo entre os seus concorrentes de qualquer dimensão, em

termos de gestão prudente de um negócio sustentável, independentemente das condições de mercado, com base no pressuposto de que o Banco pode e deve operar sem ajuda externa. Adicionalmente, o BiG é membro do Instituto Português de *Corporate Governance*, através do qual o Banco procura contribuir para o debate dos principais temas e acompanhar os principais desenvolvimentos nesta área. O Conselho de Administração revê e, quando é necessário, melhora as práticas e os instrumentos de *Corporate Governance*, de forma a reforçar a cultura de controlo interno e a manter uma base para o seu desenvolvimento social e económico.

Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos acionistas. A cada ação corresponde um voto, desde que, cada acionista, ou grupo de acionistas seja detentor de pelo menos 1.000 ações.

Consultores Externos

O auditor independente do Banco e das suas subsidiárias é a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (PwC). O Banco tem uma política de revisão periódica dos seus auditores externos, por norma após dois mandatos. Os acionistas aprovaram a substituição da KPMG pela PwC, na última Assembleia Anual de Acionistas em 2014. É política do Banco manter a independência entre as funções de auditoria externa e consultoria fiscal. Atualmente, a *Deloitte* é o consultor fiscal do Banco. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade *J.A. Pinto Ribeiro & Associados*.

Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional é depositada nos membros do Conselho de Administração, que desempenham funções executivas, aos quais os vários responsáveis de negociação, *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria interna, controlo interno e *compliance* e a gestão dos riscos asso-

Órgãos Estatutários de Supervisão do BiG

Assembleia Geral	Presidida por um Presidente e um Secretário eleitos pelos acionistas por mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades passam por dirigir as assembleias gerais anuais e extraordinárias de acionistas do Banco.
Conselho Consultivo	Atualmente constituído por 15 membros que fazem parte dos principais acionistas do BiG, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente lugar neste órgão consultivo. Reúne em média três vezes por ano para discutir aspectos estratégicos e contribuir com as suas recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não são formalmente vinculativas para o Conselho de Administração.
Conselho de Administração	Constituído no final do ano por cinco membros executivos, que controlam e gerem o Banco diretamente numa base diária. Este órgão é eleito para mandatos de quatro anos e todos os membros são executivos com experiência bancária. Estes são escolhidos com base na sua experiência, cada um é igualmente um acionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse acionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos (“sistema monista”), não existe uma Comissão Executiva e as posições do Presidente do Conselho de Administração e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice- Presidente / COO.
Conselho Fiscal + ROC	Constituído por três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta diretamente aos acionistas. As suas responsabilidades incluem revisões periódicas e auditorias independentes às contas, de acordo com as normas e políticas contabilísticas internacionais. Um Revisor Oficial de Contas independente providencia, igualmente, a sua opinião relativamente às contas.
Comissão de Remunerações	Constituída por três membros eleitos por períodos de quatro anos, este órgão reporta diretamente aos acionistas. Determina periodicamente a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As suas responsabilidades incluem a revisão periódica das políticas de remuneração.

ciados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam diretamente aos membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Todos os Riscos (*All Risks Committee*), supervisionado por um *Senior Risk Officer*, que reúne regularmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos.

O Banco tem ainda um Comité de *Compliance*, constituído por elementos do Conselho de Administração e pelo Responsável da função *Compliance*, que analisa temas sensíveis relacionados com o controlo interno e o cumprimento das disposições regulatórias. As áreas de Auditoria Interna e de Recursos Humanos reportam diretamente ao *Chairman*. Para mais detalhes, ver GESTÃO DE RISCO e CONTROLO INTERNO.

Base Acionista

Ao longo do ano de 2015, a composição da base acionista do Banco manteve-se relativamente estável, sendo detida maio-

ritariamente por acionistas de nacionalidade portuguesa ou por residentes fiscais em Portugal. No final de 2015, o Banco, que não está cotado em bolsa, tinha aproximadamente 140 acionistas registados (Nota 35). Cerca de 55% do Capital era detido por particulares, enquanto uma variedade de instituições e fundações detinham os restantes 45%. O principal acionista é um investidor particular português que detém uma posição de 12,4%. Os 9 maiores acionistas, todos independentes entre eles, detêm em conjunto 65% do capital, cada um com pelo menos 2% do capital. Os membros do Conselho de Administração do Banco no seu conjunto representam uma posição combinada de pouco mais de 16% do capital e, no final do ano, incluíam 2 dos 5 maiores acionistas. Os grupos referidos são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre acionistas.

Recursos Humanos

A cultura de negócio do Banco provém da resiliência do seu modelo de negócio, da capacidade do Conselho de Administração de executar as suas estratégias e de controlar os riscos, e da qualidade, forma-

ção e carácter dos seus colaboradores. O Conselho de Administração acredita que o desenvolvimento de uma cultura interna é uma preocupação principal da gestão de topo e assume funções diretas nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos Colaboradores. O BiG perceciona o desenvolvimento dos colaboradores como um investimento chave e procura recompensar o talento desde o início. Em regra, o Banco promove a diversidade, exceto nos seus valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

Ao longo do último ano, o perfil dos colaboradores do Banco e as políticas de recrutamento, formação e desenvolvimento foram consistentes com os de anos anteriores. Durante 2015, e de uma forma consolidada, a idade média dos Colaboradores era de 35 anos e 80% dos mesmos detinham pelo menos um título académico. Relativamente ao número médio de Colaboradores diretos, excluindo Conselho de Administração, houve um aumento de 17% passando para 222, número este que decorre do aumento do número

médio de colaboradores no BiG em 12% para 212 e da contratação de 10 colaboradores pelo Banco BiG Moçambique.

Desta forma, houve um incremento no número de colaboradores de cerca de 49%, essencialmente nas áreas de vendas e produto, desde 2010. Nesta linha, é expectável para 2016, a continuação de um crescimento gradual nestas áreas juntamente com a área de *Compliance* e Controlo Interno.

Os Padrões e Cultura Empresariais do BiG

Nos últimos 17 anos, ou seja desde a sua fundação, o BiG é gerido por profissionais experientes que têm uma participação relevante, mas minoritária, no capital da organização a par de outros acionistas, muitos dos quais são também co-fundadores do Banco. O Banco tem como objetivo manter uma estrutura organizacional simples e com linhas de responsabilidade claramente definidas entre o Conselho de Administração, os vários órgãos e colaboradores. Não existem acordos vinculativos entre grupos de acionistas e o modelo de negócio do BiG é deliberadamente transparente, assim como o são as suas relações com Clientes, reguladores e o público. A estrutura organizacional é horizontal e não contém estruturas opacas nem qualquer entidade *offshore*. Desde a criação do Banco, o Conselho de Administração e os Acionistas têm procurado alinhar os seus interesses, procurando garantir uma separação adequada entre os que são proprietários e emitem orientações por um lado, e aqueles que profissionalmente assumem e aceitam responsabilidades de gestão, por outro. O Banco acredita que a participação acionista e a atribuição de incentivos de longo prazo através de programas de ações e opções, são um aspeto chave na manutenção deste equilíbrio, motivo pelo qual tem sido um instrumento utilizado pelos acionistas praticamente desde a fundação do BiG.

O Conselho de Administração acredita que um sistema eficaz de governação para qualquer organização assenta na sua cultura e na integridade das pessoas que a compõem. Operando num negócio exigente de serviços financeiros, o BiG trabalha todos os dias para melhorar essa

governação. A natureza e extensão da informação divulgada reflete um aspeto fundamental da cultura interna do Banco e a sua proposta de valor. Nas relações com acionistas, Clientes, reguladores e contrapartes, o BiG comunica deliberadamente de forma detalhada não só em que consiste o seu modelo de negócio, como também o seu funcionamento. Internamente, a cultura do Banco enfatiza a governação societária enquanto exercício diário de responsabilização de cada indivíduo, equipa e área de negócio. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização.

Uma vez que o BiG opera num ambiente de regulação e reporte crescente, as responsabilidades individuais e do Conselho de Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas. Estas são concebidas para identificar e gerir riscos e funções independentes de supervisão para assegurar a aplicação dos regulamentos internos e externos. Está permanentemente focado em garantir controlos operacionais efetivos, encorajar regras que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceita o escrutínio do modelo de negócio. O tempo dedicado pelo Conselho de Administração à gestão de riscos e construção de uma cultura de responsabilidade apresenta uma tendência crescente e superior à análise e geração de novas oportunidades de negócio.

Gestão de Risco

O negócio do Banco, num sentido mais lato, envolve a assunção e gestão de riscos, de modo a criar valor para os acionistas. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes aspetos fundamentais do negócio, são discutidas em detalhe na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO deste Relatório.

Na gestão do risco da organização, o Conselho de Administração revê regularmente os processos, de forma a garantir que estes são bem concebidos, disciplinados, independentes, objetivos, e quantitativos. Este processo também visa garantir o

cumprimento das normas regulamentares e práticas empresariais sensatas. Os processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos, de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e preservar a sua estabilidade e potenciar a rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O objetivo do Banco é o de gerar receitas através de um conjunto diversificado de fontes – o que implica assumir um certo nível de risco – operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações combinam aspetos prudenciais básicos do negócio bancário, refletem a experiência do Conselho de Administração e dos gestores de negócio do Banco e são atualizadas através de medidas regulatórias ou legislativas. A comunicação interna regular e frequente das políticas de gestão de riscos e *risk appetite* revela-se crítica neste processo. Estas comunicações incluem, embora não limitadas: o cumprimento pelo Banco de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar transações apropriadamente, o conhecimento dos Clientes e a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera, e o seu interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado. O negócio do Banco assenta significativamente na confiança nos nossos Colaboradores e na fiabilidade dos nossos sistemas para processar operações, numa base contínua e relativamente livre de erros. O processo começa com a identificação do risco, seguindo-se a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

O BiG é uma instituição em crescimento, a operar num contexto de incerteza macroeconómica e financeira, de aumento da regulação e de maior escrutínio, num mercado global. Uma vez que o setor bancário depende da confiança e percepção, o Conselho de Administração foca-se em assegurar que o processo do Banco consegue sobreviver a condições de mercado voláteis, testando estes processos e

pressupostos de forma regular, estando igualmente atenta à integridade dos controlos do Banco e à manutenção da disciplina interna face a eventos de natureza excecional.

No Banco, de forma transversal, são utilizadas técnicas diferentes para rever e analisar os riscos aos quais a atividade está exposta, designadamente risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco reputacional e risco político. Estas técnicas incluem um conjunto de testes de esforço, realizados diariamente, que são ajustados periodicamente, que envolvem um exame aos resultados de cenários para todas as grandes classes de ativos e carteiras. Incorporam conceitos de testes de esforço, tais como risco de concentração, cenários de liquidez e financiamento, entre outros, bem como potenciais alterações dos rácios de solvabilidade do Banco em condições inesperadas e improváveis. Os cenários são desenvolvidos pelo Conselho de Administração e pela equipa de risco de mercado, e geralmente coincidem, ou são mais prudentes, que as recomendações dos reguladores. Simultaneamente, é monitorizado o *Value at Risk* (VaR) e os *Earnings at Risk* em tempo real durante o dia, são realizadas análises de sensibilidade da exposição do Banco à taxa de juro, e são utilizados vários limites não estatísticos para avaliar o risco de mercado. Estes estão inter-relacionados com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para garantir uma sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

Em 2015, a exposição de crédito cresceu de forma controlada, enquanto a qualidade dos ativos, medida através de níveis atuais e históricos de crédito vencido e crédito em risco, manteve-se em níveis

satisfatórios. Tendo por base as análises das agências de *rating* externas, as notações dos emitentes Portugueses permaneceram, de um modo geral, inalteradas durante 2015, ao passo que a das emissões de diversos Estados Europeus e entidades financeiras viram as suas variar, de uma forma geralmente positiva. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respetiva evolução. **As perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram imateriais no exercício de 2015, em linha com o verificado em anos anteriores.**

Planeamento: Financiamento e Capital

Anualmente, o Conselho de Administração prepara o seu planeamento futuro no que toca às suas necessidades de financiamento e alocações de capital. Este processo de planeamento incorpora expectativas quanto à gestão dos ativos remunerados, assume condições de negócio estáveis, e projeta o crescimento na disponibilidade de diferente fontes de financiamento a taxas de mercado competitivas. Os pressupostos fundamentais subjacentes usados pelo Conselho de Administração incluem: (i) crescimento orgânico sustentável, e (ii) foco contínuo num modelo de negócio baseado em reduzida alavancagem, elevados níveis de capital e níveis confortáveis de liquidez. Por norma, o Banco não estima uma taxa específica para o crescimento dos seus ativos. Pelo contrário, o crescimento do Balanço deriva dos fundos disponíveis, condições de mercado, uma base de capital que garante resiliência nos cenários de maior *stress* e propensão ao risco. De acordo com as condições do mercado, o Banco espera efetuar ajustamentos às

diferentes áreas de negócios, oferta de produtos e canais de distribuição, tendo em vista aumentar o financiamento estável, assegurar a preservação do capital e melhorar as receitas.

Durante algum tempo, a base de ativos remunerados do Banco focou-se em obrigações *investment grade* e títulos de dívida “corporate” e soberana emitidos por países membros da Zona Euro e também dos EUA. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas e com base na experiência do Conselho de Administração relativamente a estes mercados. O escrutínio do Banco relativamente à qualidade de crédito e o controlo apertado sobre potenciais perdas relacionadas com crédito permanecerá uma prioridade. O Conselho de Administração espera que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior às médias de mercado durante o futuro próximo. Esta visão tem decorrido da perceção do perfil de risco-retorno associado ao mercado de crédito tradicional ao longo das duas últimas décadas. Devido às atuais condições de mercado, caracterizadas pelo elevado nível de endividamento no setor empresarial português, e crescente pressão sobre o setor financeiro para retornar aos lucros, o Conselho de Administração acredita que continua a ser pouco atrativa a alteração do atual perfil de ativos remunerados em favor de um aumento crédito tradicional, por manifesta falta de procura em condições de uma relação “risk/reward” aceitável.

A tabela T.12 apresenta o crescimento dos depósitos de Clientes a partir de 2009 e as respetivas projeções estimadas até 2018, assumindo as atuais condições de mercado e a não existência de alterações significativas no modelo de negócio do

T.11

(Euro 000)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016E	2017E	2018E
Carteira de ativos financeiros (1)	209.671	450.442	703.185	517.020	717.503	896.781	1.118.818	1.019.177	1.172.054	1.277.539	1.379.742
% crescimento	n.a.	114,8%	56,1%	-26,5%	38,8%	25,0%	24,8%	-8,9%	15,0%	9,0%	8,0%
Crédito líquido (2)	29.233	75.209	42.514	159.316	192.674	196.919	136.162	376.820	429.405	388.192	352.190
% crescimento	n.a.	157,3%	-43,5%	274,7%	20,9%	2,2%	-30,9%	176,7%	14,0%	-9,6%	-9,3%

Fonte: Banco BiG

(1) Inclui ativos financeiros detidos para venda, ativos financeiros detidos para negociação e investimentos até à maturidade (não existentes a partir de 2010).

(2) Inclui, a partir de 2011, ativos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*), anteriormente considerados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

Banco ou choques inesperados de mercado. O BiG espera assistir à continuidade desta tendência e antecipa que durante algum tempo os custos de financiamento, embora decrescendo em termos absolutos, se mantenham em valores superiores aos praticados por outros bancos da Zona Euro num futuro próximo.

Complementarmente ao capital e depósitos, o Banco tem outras fontes de financiamento, designadamente financiamento junto de outros bancos, junto do Banco Central Europeu sob os programas normais de liquidez, e junto de câmaras de compensação (*clearing houses*), como a Eurex Repo. Assumindo um crescimento moderado do balanço, os planos de financiamento preveem uma redução gradual do financiamento proveniente de bancos centrais e a sua substituição pelo aumento dos depósitos, bem como a utilização de fontes alternativas de financiamento como acordos de recompra, de forma modesta. Para efeitos de planeamento, o Conselho de Administração assume que o Banco não necessitará, nem recorrerá, ao mercado institucional de financiamento de longo prazo, e que o acesso ao mercado interbancário relevante não será retomado no futuro próximo.

Em virtude de um conjunto de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu Capital de forma conservadora ao longo dos anos e o Conselho de Administração prevê a continuidade desta tendência. Ao longo dos anos, e pagando perto de € 100 milhões em dividendos desde 2004 (incluindo o pagamento antecipado e proposto para 2015), o capital próprio do Banco aumentou para os atuais € 276,4 milhões, exclusivamente em virtude de resultados retidos e aumentos de capital dirigidos ao Conselho de Administração e colaboradores, no âmbito de programas aprovados de compra de ações ou opções de aquisição de ações.

Com exceção de um cenário de eventual aquisição que seja do interesse dos acionistas, ou de uma alteração radical nas definições regulatórias de capital decorrente das transformações em curso na Zona Euro, o Conselho de Administração não prevê que o Banco necessite de novo capital por parte dos acionistas no futuro imediato. O Conselho de Administração espera que os atuais rácios históricos de dividendos pagos se mantenham no futuro próximo, assumindo que as tendências atuais se mantêm.

Regulação

O sistema financeiro ao nível global tem estado sujeito a uma reforma profunda do seu quadro regulamentar e de supervisão desde 2008. Este aumento significativo da regulamentação, e o conseqüente impacto em termos operacionais nos Bancos, tem sido justificado com a necessidade de: (i) estabilização dos mercados financeiros; (ii) reforço da solidez das instituições e (iii) aumento da transparência. Os resultados traduzem-se numa presença mais intensa das entidades reguladoras, num maior fluxo de informação requerida e no enfoque em controlos prudenciais, comportamentais e internos.

No período 2014-2015, realce para as seguintes alterações legislativas:

Corporate Governance

Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro: procedeu à alteração de vários diplomas, entre os quais o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As principais alterações a este Regime decorreram da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 (CRD IV – *Capital*

T.12

(Euro 000)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016E	2017E	2018E
Depósitos à ordem	127.782	175.708	146.989	174.853	138.589	190.980	245.717	315.113	328.156	343.812	359.557
Depósitos a prazo	135.769	109.994	173.925	251.280	384.937	442.260	503.532	519.022	542.931	568.835	594.884
Outros	32.939	19.283	11.271	14.435	20.304	50.477	55.487	51.351	84.786	88.832	92.900
Total de recursos de clientes	296.490	304.985	332.185	440.568	543.830	683.717	804.736	885.486	955.873	1.001.479	1.047.341
% crescimento	n.a.	2,9%	8,9%	32,6%	23,4%	25,7%	17,7%	10,0%	7,9%	4,8%	4,6%

Fonte: BiG

T.13

(Euro 000)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016E	2017E	2018E
Recursos de bancos centrais	238.323	260.248	130.315	180.173	165.007	160.000	145.000	130.000
% crescimento	n.a.	9,2%	-49,9%	38,3%	-8,4%	-3,0%	-9,4%	-10,3%
Recursos de outras instituições de crédito	48.896	6.481	143.478	108.264	171.220	299.634	302.630	305.657
% crescimento	n.a.	-86,7%	2114,0%	-24,5%	58,1%	75,0%	1,0%	1,0%

Fonte: BiG

T.14

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016E	2017E	2018E
Tier 1 Capital	32,7%	35,7%	36,2%	32,5%	31,9%	32,7%	35,1%	33,2%	32,8%	32,4%	33,6%

Fonte: BiG

Requirements Directive) e da implementação do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho (Basileia III – Quadro regulamentar prudencial). Entre as alterações a este diploma, destaque para, em matéria de *corporate governance*, a introdução do processo de avaliação da adequação e idoneidade dos membros dos órgãos sociais e das políticas e práticas de remuneração das instituições de crédito e, em matéria prudencial, a implementação de reservas adicionais de fundos próprios, com vista a mitigar os riscos de cariz sistémico.

Segurança dos pagamentos efetuados através da Internet

A *European Banking Authority* (EBA) emitiu em Dezembro de 2014 um conjunto de orientações sobre a segurança dos pagamentos efetuados através da Internet. Estas orientações tiveram por base as regras estabelecidas pela Diretiva 2007/64/CE («Diretiva de Serviços de Pagamento», DSP) referentes aos requisitos de informação aplicáveis aos serviços de pagamento e às obrigações dos Prestadores de Serviços de Pagamento (PSP) relativamente à prestação desses mesmos serviços.

Informação em transferências bancárias

O Regulamento (UE) 2015/847 veio estabelecer as regras relativas às informações sobre o ordenante e o beneficiário que devem acompanhar as transferências de fundos, em qualquer moeda, para efeitos de prevenção, deteção e investigação do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, quando pelo menos um dos prestadores de serviços de pagamento implicados na transferência de fundos estiver estabelecido na União.

Formulário de Informação do Depositante

Na sequência da implementação da Diretiva 2014/49/UE de 16 de Abril de 2014 e da sua respetiva transposição para o normativo nacional através da Lei 23-A 2015, de 26 de Março e da Lei 66/2015, de 7 Julho, passou a ser obrigatória a disponibilização do Formulário de Informação do Depositante (FID) no processo de abertura de conta juntamente com a Ficha de Informação Normalizada (FIN) e as Condições Gerais de Abertura de Conta.

Existem ainda alguns diplomas chave anunciados nos últimos anos que continuam a ter um forte impacto nos procedimentos operacionais e de controlo das instituições de crédito e que mereceram um forte investimento das instituições, nomeadamente:

FATCA – Foreign Account Tax Compliance Act

Este regime tributário, criado pela autoridade tributária dos Estados Unidos da América (*Internal Revenue Service*), procura prevenir a evasão fiscal por parte de *US Persons* através da obtenção de uma maior quantidade de informação relativamente aos rendimentos pagos noutros países, a sujeitos passivos tributários não isentos e aos efetivos beneficiários desses fundos. Com a aprovação do novo Regime de Comunicação de Informações Financeiras (RCIF) pelo art. 239.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro), e pela publicação do Despacho 10/2015 XXI, as instituições de crédito ficaram obrigadas a reportar os dados referentes ao ano civil anterior até ao final de Março de 2016.

Reporte das Transações de Derivados

EMIR – European Market Infrastructure Regulation (Regulação das Infra-estruturas de Mercado Europeias): O Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, regula os derivados de balcão (OTC) e o seu reporte aos repositórios de transação. O Regulamento estabelece um conjunto de regras quanto ao reporte daquele tipo de transações e foi desenhado para dar resposta aos riscos percecionados como tendo estado na origem dos aspetos da crise financeira relacionados com os mercados de derivados.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2015/2365 que revoga o Regulamento (UE) n.º 648/2012, a ESMA (*European Securities and Markets Authority*) responde à necessidade de aumentar a transparência dos mercados de financiamento através de valores mobiliários e, por conseguinte, do sistema financeiro. A evolução das práticas de mercado e os desenvolvimentos tecnológicos permitem que os participantes no mercado utilizem operações que

não sejam OFVM (Operações de Financiamento através de Valores Mobiliários) como fonte de financiamento para a gestão da liquidez e das garantias, como estratégia de reforço dos rendimentos para cobrir vendas a descoberto ou para efeitos de arbitragem fiscal dos dividendos. Contudo, as operações com membros do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) deverão ficar isentas da obrigação de comunicar as OFVM aos repositórios de transações.

Resolução Bancária

Decreto-Lei n.º 114-A/2014, de 1 de Agosto: procedeu à transposição parcial da Diretiva n.º 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, alterando o regime relativamente à aplicação de medidas de resolução previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Este decreto estabelece um novo enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito, e foi tomado em consideração pelo Governo e entidades reguladoras aquando da resolução do BES em Agosto de 2014 e, posteriormente, do BANIF em Dezembro de 2015.

Outros Fatores que Afetam o Negócio do BIG

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos acima, e que são discutidos em maior detalhe neste *Relatório do Conselho de Administração 2015* e nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, as condições económicas e políticas em mutação também afetam o negócio do Banco. Tal significa que riscos macroeconómicos e políticos como aqueles que surgiram nos últimos anos podem ter um impacto nas perspetivas de negócio. Com início em 2010, a crise de dívida soberana que afetou a Zona Euro, começou a expor as falhas da criação da moeda única, uma grande divergência de responsabilidade fiscal e produtividade entre os países Europeus e diferentes perceções da capacidade de acesso ao crédito entre economias bem e mal geridas. Desde 2011, e apesar das recentes melhorias e sacrifícios significativos, Portugal encontra-se entre os países da Zona Euro mais vulneráveis, em resultado de um conjunto de fatores, entre os quais

as políticas de curto-prazo dos governos anteriores, combinadas com problemas estruturais há muito ignorados pela sociedade como um todo, e um ambiente político persistentemente dividido. As medidas corretivas específicas para Portugal, combinadas com a estagnação económica da Zona Euro, conduziram a um contexto de crescimento negativo, aumento de impostos, menos oportunidades de negócio e alterações na perceção pelo mercado do risco de crédito do país e dos seus componentes económicos. Durante o período 2012-2015, a perceção do risco associado ao Estado Português começou a melhorar. Contudo, com a tomada de posse do novo governo socialista, que assumiu o cargo no final de 2015, as expectativas de reforma do Estado diminuíram, ao contrário dos riscos inerentes a uma economia já dependente e vulnerável, que aumentaram consideravelmente. O modo como os parceiros de Portugal pertencentes à Zona Euro e os mercados de financiamento percecionam o progresso do país, em termos absolutos e relativos, afeta diretamente o negócio do Banco.

O BiG não está atualmente sujeito a notação de risco de crédito (*rating*), nem antecipa requerer ou necessitar de uma notação de risco de crédito no futuro próximo. Não obstante, as opiniões das agências internacionais e de outros participantes de mercado sobre a República, as empresas e as instituições financeira em geral, afetam diretamente o negócio. Do mesmo modo, os efeitos das políticas governamentais após a saída do país do Programa de Ajustamento Económico em 2014 e o desafiante ambiente fiscal, entre outros fatores, têm tido impacto no crescimento, no emprego e na confiança dos investidores. A perspetiva dos mercados financeiros globais relativamente ao *rating* de Portugal, às suas perspetivas económicas e ao setor bancário no conjunto, afetam a recetividade das contrapartes em efetuar negócios de qualquer tipo num país cuja notação é *non-investment grade*, independentemente dos indicadores económicos individuais dos bancos localizados nesse país.

Os bancos portugueses que dependem dos mercados externos para financiar parte dos seus ativos, tiveram que lidar com limites no acesso a financiamento junto de outras instituições desde o início

de 2010. Esta tendência mantém-se e deverá continuar assim num futuro próximo. O capital para os tradicionais modelos bancários tem sido escasso e a natureza da intervenção do BES em 2014, a incerteza associada à sua resolução e venda pendente, as medidas *bail-in* divulgadas no fim de 2015, a juntar ao custo inesperadamente elevados da resolução do BANIF, não foram positivos para a imagem da indústria. Estes fatores, em combinação com a fragilidade doméstica e o endividamento estrutural dos setores público e privado, têm definido a visão dos mercados relativamente ao risco de crédito, aos *spreads* do crédito e aos custos de financiamento do Governo, das grandes empresas e dos bancos.

A atratividade de mercados em crescimento ou mais competitivos, conjugada com a apertada regulação e aumento dos impostos aplicados especificamente ao setor bancário, poderão afetar o negócio, caso se venha a tornar mais difícil reter colaboradores e recompensar o desempenho e o mérito, relativamente a outros setores da economia, ou relativamente a outros mercados.

No futuro, o Conselho de Administração espera manter o modelo de negócio, apesar da composição dos ativos e dos proventos poder variar ao longo do tempo, à medida que o Banco mobiliza capital e investe em novos negócios e em novos mercados. Isto significa que, o retorno esperado dos investimentos iniciais mais elevados na plataforma de retalho e no negócio de *Wealth Management*, podem demorar mais tempo a ser rentáveis, mas a tendência será de se tornarem mais previsíveis no longo prazo do que os proventos associados a operações com Clientes Institucionais e empresas ou de investimento em ativos financeiros, que têm sido importantes, mas que queremos que representem uma menor percentagem de receitas no futuro. O BiG concentra-se em linhas específicas de produto para os segmentos de Clientes de retalho e institucionais e empresas, e alguns dos negócios estão altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a capacidade de antecipar e reagir a movimentos e oportunidades. Não se espera que este fator chave do negócio mude no próximo ano.

Perspetivas de Negócio para 2016

O *outlook* para os mercados globais em 2016 mantém-se incerto. O mercado de ações começou o ano significativamente em baixa. O abrandamento da economia Chinesa já tinha vindo a afetar adversamente as economias mundiais durante meses, antes da Reserva Federal aumentar as taxas de juro de referência pela primeira vez ao fim de 10 anos, em Dezembro de 2015. Adicionalmente, as preocupações com a solidez dos bancos Europeus, o fraco crescimento e sustentabilidade dos níveis de dívida na periferia continuam a intensificar-se. O preço do crude, que caiu 70% desde meados de 2014, deverá permanecer baixo. Este nível de preços deverá revelar-se vantajoso para os consumidores e para algumas economias, embora negativa para os membros da OPEP e para os mercados exportadores emergentes. Nos EUA, esperamos um crescimento razoável, embora abaixo de estimativas anteriores, o que deverá moderar as prévias projeções de aumento das taxas de juro durante o ano. A Europa deverá crescer mais lentamente e poderão registar intervenções adicionais do BCE sob a forma de novos programas alargados de compra de ativos, embora estes possam enfrentar objeções por parte da Alemanha. Na falta de um plano credível ao nível Europeu de estímulo do crescimento económico, que vá além dos programas de compra de ativos do BCE, o Conselho de Administração espera que os países com margem para implementar políticas expansionistas permaneçam prudentes nesta área, ao passo que aqueles sem margem orçamental deverão continuar a pressionar Bruxelas no sentido de lhes ser conferida maior liberdade para aumentar a despesa pública e gastar fundos que as respetivas economias não produzem. A Ásia deverá continuar a crescer, embora a um ritmo inferior, enquanto os mercados emergentes dependentes de *commodities* deverão registar dificuldades de ajustamento a receitas mais baixas.

Os principais riscos para o próximo ano são, designadamente: (i) a instabilidade política, (ii) os potenciais efeitos económicos de um não cumprimento do *deficit* orçamental projectado pelo Governo para reverter determinadas reformas imple-

mentadas, (iii) *spreads* de crédito mais elevados para as instituições Portuguesas, (iv) as incertezas associadas à venda do Novo Banco, (v) preocupações com a estabilidade e o futuro do setor bancário (vi) os efeitos do elevado nível de desemprego de longo prazo entre a população jovem e das desigualdades laborais, especialmente entre os setores público e privado, e (vii) os eventos macro inesperados, bem como os seus impactos em economias dependentes, como é o caso de Portugal.

Em 2015, tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração concentrou-se em manter um foco na qualidade e liquidez dos ativos do Banco, no crescimento do segmento de retalho especializado, no controlo da despesa e na gestão do capital próprio e regulatório. Em 2016, os objetivos serão: (i) manter a flexibilidade do Banco no ambiente atual e (ii) manter o foco em elevados níveis de liquidez e solvabilidade, qualidade dos ativos e crescimento seletivo. Os investimentos no segmento de retalho e *Wealth Management* continuarão a ser uma prioridade. O Conselho de Administração antecipa um decréscimo dos proveitos e do produto bancário em 2016, face a 2015, em resultado de um contexto mais desafiante com menos oportunidades.

Eventos ocorridos desde o final de 2015

Condições de mercado – 1ºT 2016

O ano começou com uma desvalorização generalizada dos principais mercados acionistas, pressão sobre as obrigações dos principais bancos Europeus, devido às incertezas existentes relativamente aos respetivos modelos de negócio e níveis de solvabilidade, e com a subida das *yields* das obrigações soberanas dos países periféricos. A desconfiança relativa à credibilidade do Orçamento de Estado Português para 2016, entre outros fatores, colocou particular enfoque em Portugal relativamente à degradação da percepção internacional sobre risco de crédito dos emitentes soberanos.

Banco BiG Mocambique, SA

O Banco espera iniciar formalmente a atividade do Banco BiG Moçambique, S.A. até ao final do primeiro trimestre de 2016, direcionada, numa primeira fase, para Clientes Institucionais e Empresas. Está previsto um aumento do capital social para USD 8 milhões (370.000.000 MT) durante o primeiro semestre de 2016. O Banco espera ainda abrir até 30% dos capitais desta unidade bancária a investidores locais.

Abertura de novas agências

Em 2016, o Banco inaugurou uma agência em São João da Madeira e, a nova sede Norte, na Avenida dos Aliados, Porto.

Wealth Management / Plataformas de negociação / BiG Vida, SA

O Banco continua a investir na área de *Wealth Management*, tendo lançado duas novas plataformas de negociação (Power Trade / Interactive Brokers e Global Trade / Banco Saxo). De modo a aumentar a oferta do Banco nesta área, o Banco espera submeter uma candidatura à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para aprovação de licença de seguros vida durante o segundo trimestre de 2016. Esta nova subsidiária, BiG Vida, S.A., contará com uma injeção de capital inicial de € 7,5 milhões, caso seja aprovada.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2015

T.15

(Euro 000)

Proveitos	2015	2014	2013	2012
Juros e rendimentos similares	43.865	43.414	43.994	39.200
Juros e encargos similares	-20.131	-18.275	-18.247	-20.466
Margem financeira	23.733	25.138	25.747	18.734
Rendimentos de instrumentos de capital	1.518	661	1.812	1.577
Rendimentos de serviços e comissões	15.411	18.329	8.119	9.845
Encargos com serviços e comissões	-2.709	-6.886	-1.586	-3.055
Rendimentos de ativos financeiros de negociação	-48.340	-77.641	7.018	11.441
Rendimentos de ativos financeiros detidos para venda	155.096	183.744	79.261	36.685
Resultados de reavaliação cambial	1.502	11.257	-90	877
Resultados de alienação de outros ativos	2.986	14.786	5.041	4.252
Outros resultados de exploração	-491	-13	-300	-28
Produto bancário	148.706	169.375	125.022	80.328

A diminuição do produto bancário em 2015 face a 2014, resultou da moderação da exposição ao risco e de uma gestão do balanço mais conservadora, durante um ano marcado por uma série de eventos e tendências negativas. Os proveitos operacionais do Banco e o seu peso relativo foram consistentes com anos anteriores e incluíram: (i) uma ligeira redução da margem financeira, em 5,6% face ao ano anterior, num ambiente de declínio acelerado das taxas de juro, (ii) um crescimento de 11% nas comissões líquidas, (iii) resultados robustos, mas inferiores nas atividades de investimento e crédito, (iv) menor custo com salários, e aumento de outras despesas administrativas, (v) menor nível de provisionamento devido a possíveis riscos bancários e (vi) impostos mais baixos devido à redução do Resultado antes de Impostos.

A margem financeira ascendeu a € 23,7 milhões em 2015 face a € 25,1 milhões em 2014. Os rendimentos de juros foram ligeiramente menores devido à moderação do crescimento da carteira de ativos remunerados, que por sua vez gerou taxas nominais mais baixas. O custo médio de financiamento aumentou, em resultado da maior componente de depósitos de retalho estáveis, cujo custo médio, apesar de registar um rápido declínio durante o ano, manteve-se superior ao custo de fontes de financiamento menos estáveis no mercado. A combinação de: (i) redução da procura por ativos de renda fixa dos setores financeiro e empresarial, e (ii) políticas monetárias agressivas, que resultaram em taxas de juro negativas, tiveram como consequência a queda das *yields* e na

contração dos *spreads* de crédito, praticamente independente da qualidade de crédito do emitente. De uma forma geral, o Conselho de Administração optou por limitar o crescimento dos ativos remunerados aos aumentos na base de depósitos de Clientes e em fundos próprios. A utilização de financiamento relativamente mais baixo, mas politicamente sensível, via BCE ou Eurex Repo diminuiu em termos líquidos, substituída pelo maior volume de atividade com contrapartes de banca internacional. A margem financeira representou 16% do Produto Bancário em 2015, comparativamente a 15% em 2014 e 21% em 2013.

Os resultados excluindo juros atingiram os € 124,9 milhões em 2015, face aos € 144,2 milhões registados em 2014 e aos € 99,3 milhões em 2013. As componentes desta categoria incluem: (i) rendimentos de instrumentos de capital, maioritariamente investimentos em títulos que pagam dividendos, (ii) comissões da atividade de negociação dos clientes de retalho, da gestão e distribuição de ativos, e serviços de assessoria a empresas e clientes institucionais, (iii) rendimentos de negociação, essencialmente do negócio com clientes, tal como o *market-making*, a estruturação de produtos e a gestão de instrumentos de cobertura, (iv) ganhos realizados associados à gestão do risco de crédito e risco de taxa de juro, através da carteira de ativos financeiros detidos para venda e (v) outros rendimentos. Os rendimentos de instrumentos de capital aumentaram para € 1,5 milhões face ao período homólogo de € 661 mil. Estes representam investimentos estáveis no capital, normalmente, de empresas de *utilities* Europeias que pagam um dividendo

relativamente alto, e que têm oferecido rendimentos consistentes nos últimos anos.

As comissões líquidas resultam, essencialmente, da atividade de corretagem para clientes de retalho e institucionais. Estes podem negociar e investir num conjunto de mercados e plataformas *online* seguras, colocadas à disposição dos clientes para negociação de *warrants*, futuros, *forex* e *CFD's*. Esta categoria inclui ainda comissões de serviços bancários, tal como receitas de multibanco e comissões relacionadas com mandatos de assessoria a empresas. As receitas geradas com a gestão de ativos melhoraram 96% em 2015, enquanto os serviços de corretagem registaram uma quebra, justificada pelos elevados níveis de volatilidade e pela descida das taxas de juro que incentivaram os clientes a procurar alternativas a depósitos com baixos rendimentos.

As receitas de investimento incluem todas as categorias de rendimentos não provenientes de juros, excluindo os proveitos com comissões. De modo agregado, o rendimento da área de Tesouraria e Mercados de Capitais foi de € 111,4 milhões em 2015, o que representa uma diminuição de 16% face aos € 132,8 milhões em 2014. Incluído neste conjunto de categorias contabilísticas, os proveitos da atividade de negociação foram negativos este ano devido ao aumento dos custos com a cobertura de risco, dado a maior dimensão da carteira de ativos de renda fixa. Esta categoria deve ser considerada em conjunto com a categoria de Resultados de ativos financeiros disponíveis para

venda, uma vez que os dois estão relacionados. Este tipo de receita tende a depender das condições de mercado e, uma vez que a maior parte das receitas resulta das visões de mercado e da gestão das posições tomadas de modo a suportar a atividade dos clientes, estas tendem a estar sujeitas a uma gestão mais ativa que outras categorias de investimentos. Estes rendimentos incluem ganhos realizados com atividades de investimento e crédito numa carteira diversificada de ativos de renda fixa com liquidez. Estão associados a uma gestão ativa de concentrações de crédito e de maturidades e riscos de país diversificados. Esta carteira é chave para a gestão da liquidez e das posições de taxa de juro do Banco.

O Conselho de Administração espera que os rendimentos no futuro resultem essencialmente das categorias descritas anteriormente, não antecipando um desvio significativo do modelo de negócio atual ou um aumento da complexidade no futuro próximo. As respetivas proporções poderão variar à medida que os depósitos de clientes e os ativos sob supervisão aumentem, o Balanço cresça gradualmente e a reputação do Banco no mercado doméstico continue a aumentar. Áreas de destaque incluem os serviços de aconselhamento baseado em comissões, os ativos sob supervisão, os produtos de poupança e a gestão do balanço tendo permanentemente em vista a sólida qualidade dos ativos e níveis confortáveis de excesso de liquidez.

O total de custos inclui custos operacionais, provisões e imparidades. Estes são influenciados em primeiro lugar pelas remunerações, pelo crescimento no número de colaboradores e pela confiança do Conselho de Administração relativamente aos níveis da atividade de negócio.

Em 2015, o total dos custos, incluindo imparidades e provisões, correspondeu a € 41,1 milhões, inferior em 9% ao valor registado em 2014, refletindo a diminuição de despesas com remunerações e a redução das provisões, embora tenha ocorrido um aumento dos custos gerais administrativos e depreciações, resultante do aumento dos custos de marketing e do maior número de colaboradores. Provisões líquidas para 2015 incluíram montantes de carácter prudencial para outros riscos bancários. As imparidades registadas estão relacionadas com posições específicas em ativos financeiros detidos para venda, os quais foram liquidados no início de 2016. Os custos operacionais líquidos ou custos de transformação líquidos de imparidades e provisões – i.e. *custos com pessoal, benefícios, despesas administrativas e depreciações/amortizações* – aumentaram 7,2% em função de certos custos não recorrentes com investimentos em sistemas de informação e marketing. A parte discricionária dos custos com pessoal é influenciada, entre outros, pelo nível de rendimentos líquidos, pelo desempenho geral do Banco, contribuições por área de negócio e individuais, pela legislação laboral em vigor e pelo contexto do mercado. Considerando os custos em função das receitas geradas, o rácio de custos de transformação/produto bancário do Banco manteve-se robusto em 25,5%, apesar de ter aumentado face aos 20,3% em 2014. Este rácio esteve em linha com a média dos últimos cinco anos (24,9% em 2013, 27,7% em 2012, e 47,9% em 2011).

De uma forma geral, o Banco privilegia a versatilidade e liquidez dos seus ativos em Balanço, prosseguindo uma abordagem global quanto à gestão de riscos, e opera com uma estratégia única de retalho, que é suportada por uma estrutura operacional leve e preparada para um

processamento escalável. No que concerne ao uso do capital e à gestão do risco, esta abordagem é chave na gestão da base de custos.

Os custos com pessoal, tradicionalmente a maior categoria de custos do Banco, diminuíram 3,2% e representaram 65,6% dos custos operacionais líquidos em 2015 (excluindo amortizações, provisões e imparidades), o que compara com 72,2% em 2014, 74,4% em 2013 e 70,8% em 2012. O Conselho de Administração moderou as despesas com remunerações em 2015, um ano em que o Banco continuou a crescer e a registar um aumento do número de colaboradores.

O Conselho de Administração procura manter uma estrutura sensata e deliberadamente flexível de remunerações que se relaciona fortemente com o desempenho do Banco em cada ano. *Os custos com pessoal representaram 15,7% dos proveitos líquidos em 2015, que compara com 14,2% em 2014, a percentagem mais baixa na história do Banco.* O mesmo rácio foi de 17,8% em 2013 e 18,5% em 2012. Em percentagem dos custos totais, excluindo fiscalidade, os custos com pessoal ascenderam a 56,9% em 2015, de um modo geral, mais baixo ou em linha com os anos anteriores.

Para além dos custos com pessoal, outras categorias relevantes de despesa incluem custos administrativos, particularmente associados ao número de colaboradores, e custos de marketing e de gestão de investimentos nos escritórios físicos e sistemas tecnológicos do Banco.

Os custos administrativos incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados,

T.16

(Euro 000)

Custos	2015	2014	2013	2012
Custos com pessoal	-23.363	-24.124	-22.357	-14.841
Gastos Gerais Administrativos	-12.262	-9.277	-7.690	-6.131
Amortizações	-1.291	-1.028	-1.135	-1.315
Provisões líquidas de anulações	-2.765	-10.256	-1.871	-2.893
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-67	-35	34	-16
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	-1.351	0	-125	-5.737
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-6	-174	-103	-541
Total	-41.105	-44.894	-33.247	-31.474

rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores e dos níveis de atividade de negócio ou associados a investimentos específicos, tendo aumentado 24,4% para € 12,3 milhões. O Conselho de Administração espera conter o crescimento desta categoria para um ritmo inferior ao crescimento das receitas em 2016.

Os custos com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com os imóveis ocupados pelo Banco, investimentos em *hardware* e outros equipamentos e custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de *software*. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhoramentos na rede em crescimento de agências do Banco, bem como na sua rede de ATM. O Banco investe regularmente na sua infraestrutura de Tecnologias de Informação (TI), de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém

recursos dedicados à gestão da infraestrutura com soluções desenvolvidas internamente. Esta categoria de custos representou 3,1% do total dos custos operacionais em 2015 e aumentou pela primeira vez nos últimos cinco anos em relação às despesas totais.

Os custos associados com imparidades corresponderam a € 1,42 milhões, o equivalente a menos de 1% dos proveitos líquidos. Estes custos estiveram associados a investimentos específicos de mercado, liquidados no início de 2016. As imparidades associadas a crédito registadas em 2015 foram imateriais e consistentes com os valores próximos de zero apresentados em anos anteriores.

O Resultado Antes de Impostos foi de € 107,6 milhões em 2015, face a € 124,7 milhões em 2014 e € 91,9 em 2013. Em 2015, o Banco pagou € 33,1 milhões em IRC, em comparação com € 42,1 milhões pagos em 2014. A taxa de imposto do Banco foi de 30,8% em 2015, ligeiramente inferior aos 33,8% em 2014.

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

Internamente, o Conselho de Administração revê o desempenho do Banco ao nível dos principais segmentos de negócio, equipas de venda e áreas de produto, usando critérios objetivos e as contas reais do Banco como referência. De um modo geral, o Conselho de Administração revê os resultados com base numa matriz de três segmentos de negócio principais, que incluem as duas áreas principais de Clientes – Retalho e Empresas/Institucionais – e a área de Tesouraria e Mercados de Capitais. A presente secção contém uma exposição dos resultados operacionais do BiG, com base numa apresentação interna das receitas e despesas associadas com as três principais divisões internas de proveitos e custos. Neste formato, os proveitos são alocados por segmento de Cliente ou área de negócio e os custos são alocados com base nas despesas efetivas por área e numa divisão geral dos custos operacionais em função do número de Colaboradores por área de negócio.

T.17

(Euro 000)

Resultados e Impostos	2015	2014	2013	2012
Resultados Operacionais	107.601	124.480	91.775	48.854
Resultados de associadas	0	176	163	23
Resultado Antes de Impostos e de Interesses minoritários	107.601	124.656	91.938	48.877
Impostos Correntes	-32.507	-41.850	-33.219	-16.386
Impostos Diferidos	-585	-277	-92	27
Resultado Antes de Impostos	107.601	124.656	91.938	48.877
Resultado do Exercício	74.509	82.529	58.628	32.518

T.18

(Euro 000)

Retalho Especializado	2015	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	5.987	48%	5.865	34%	3.920	28%	3.893	33%
Margem financeira	5.063	41%	9.901	57%	8.454	61%	6.672	56%
Comissões bancárias	990	8%	1.033	6%	816	6%	1.038	9%
Negociação de ativos financeiros / vendas	376	3%	533	3%	680	5%	310	3%
Proveitos Líquidos	12.416	100%	17.332	100%	13.869	100%	11.913	100%
Custos Operacionais	-15.025		-16.911		-11.843		-12.759	
Resultados antes de impostos	-2.609		422		2.026		-846	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	9%		11%		13%		19%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	60%		55%		59%		62%	

O segmento de Clientes de retalho especializado contribuiu com € 12,4 milhões para as receitas de 2015, em comparação com € 17,3 milhões em 2014. As maiores contribuições resultaram das comissões líquidas, que incluem as atividades de corretagem e gestão de ativos, e da margem comercial associada à margem alocada de, maioritariamente, produtos de poupança e de investimento, por oposição a produtos de crédito. As comissões líquidas aumentaram moderadamente, e o crescimento neste segmento tende a ser sustentado, e não explosivo. Embora esta área tenha gerado um maior nível de financiamento para o Banco, a alocação de margem diminuiu devido à queda acelerada e significativa das taxas de mercado, uma tendência que esperamos que continue indefinidamente. A contribuição do segmento de Retalho para o total de proveitos reduziu em termos relativos. As comissões das atividades de corretagem, gestão de ativos e operações bancárias representaram 48% do total, enquanto as que foram alocadas à categoria de margem representaram 41% do total. Ambos os valores refletem a importância dada à acumulação de ativos que envolvem as atividades de poupança, investimento, negociação, custódia e transações bancárias normais. Devido a numerosas razões – maior competitividade entre bancos para captar depósitos de modo a financiar diferentes negócios, e uma queda das taxas de juro de mercado para perto de zero num contexto de fraco crescimento na Europa – espera-se que se dê no futuro uma transformação na composição das receitas, com as comissões a ganharem

mais importância em oposição à margem das atividades de financiamento.

Durante o ano 2015, a rede física de agências, abertas ou prontas para abrir no início de 2016 aumentou para 18. A rede de caixas automáticas (ATM) do Banco conta atualmente com 31 ATMs.

A oferta ao segmento de retalho do BiG assenta numa plataforma especializada de negociação de ativos financeiros e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual. A sua abordagem combina um serviço personalizado (“*high touch*”) com um meio eletrónico para transmissão de negócios (“*low touch*”). Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito específicas, como hipotecas e crédito automóvel. A plataforma proporciona acesso a um leque alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções de crédito para os Clientes que requeiram apoio, até sofisticadas plataformas *online* de negociação de ativos financeiros e investimento para Clientes *self-directed*. Estas plataformas permitem a negociação de ações, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (FX), CFD’s (contratos por diferença) e fundos de entidades terceiras. Comunicamos com os Clientes através de vários canais integrados, que incluem Internet, telefone e as agências físicas, geridas por *financial advisors*. As várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de Clientes-alvo com

diferentes perfis de investimento, apetência por risco e necessidades transacionais.

As áreas de produto do segmento de Empresas e Institucionais do Banco são semelhantes às oferecidas ao segmento de retalho, com exceção da assessoria dirigida a empresas. Enquanto o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma eletrónica **www.big.pt**, o negócio de Empresas e Institucionais baseia-se em equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida das necessidades específicas dos Clientes. Os produtos e serviços oferecidos são, designadamente, corretagem institucional, gestão de risco, venda de produtos de investimento e serviços de assessoria independente para Clientes Empresariais, Bancos, e Institucionais. Em 2015, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 7,8 milhões, face a € 6,3 milhões em 2014, devido ao aumento das comissões com corretagem e assessoria financeira.

O segmento de negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais visa gerar receitas, enquanto gere, simultaneamente, a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, ações e instrumentos derivados. O negócio foca-se em gerir a liquidez e exposição ao risco de taxa de juro do Banco, em conjunto com os controlos de risco de crédito e concentração. A exposição a crédito é ativamente gerida através de emissões obrigacionistas de emitentes empresariais, financeiros e soberanos de qualidade com variadas maturidades. O Banco também negocia os

T.19

(Euro 000)

Institucionais e Empresas	2015	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	4.939	63%	4.088	65%	350	20%	2.153	66%
Margem financeira	379	5%	111	2%	160	9%	118	4%
Comissões bancárias	1.134	15%	1.049	17%	649	38%	253	8%
Negociação de ativos financeiros / vendas	406	5%	264	4%	206	12%	129	4%
Assessoria financeira	922	12%	810	13%	355	21%	608	19%
Proveitos Líquidos	7.780	100%	6.323	100%	1.719	100%	3.261	100%
Custos operacionais	-4.630		-9.141		-4.525		-5.497	
Resultados antes de Impostos	3.150		-2.818		-2.805		-2.236	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	6%		4%		2%		5%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	19%		30%		23%		27%	

T.20

(Euro 000)

Tesouraria e Mercados de Capitais	2015	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%)
Rendimentos de instrumentos de capital	1.518	1%	661	0%	1.812	2%	1.577	3%
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	-48.340	-43%	-77.641	-58%	7.018	8%	11.441	23%
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	155.096	139%	183.744	138%	79.261	85%	36.685	75%
Resultados de reavaliação cambial	1.502	1%	11.257	8%	-90	0%	877	2%
Resultados da alienação de outros ativos	2.986	3%	14.786	11%	5.041	5%	4.252	9%
Imparidades de outros ativos financeiros líquidas de reversões e recuperações	-1.351	-1%	0	0%	-125	0%	-5.737	-12%
Proveitos Líquidos	111.412	100%	132.807	100%	92.917	100%	49.095	100%
Custos operacionais	-5.230		-4.894		-3.700		-2.466	
Resultados antes de Impostos	106.181		127.913		89.217		46.629	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	85%		85%		86%		80%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	21%		16%		18%		18%	

principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em relação aos negócios de *Clientes*, como parte das suas atividades de *hedging*. Na gestão das várias carteiras de ativos financeiros, a atividade da equipa de Tesouraria e Mercados de Capitais abrange muitas áreas internas, sendo uma fonte de *expertise*, de

gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

Em 2015, esta área gerou resultados antes de impostos e líquidos de imparidades, de € 106,2 milhões, o que compara com € 127,9 milhões em 2014 e € 89,2 milhões em 2013. A geração de receitas, como indica o gráfico G.1, e excluindo o efeito de imparidades, sugere uma distribuição razoavelmente normal durante os últimos anos.

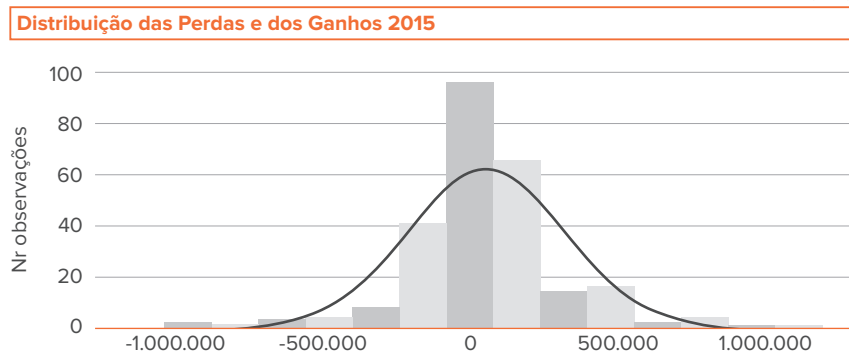
Estratégia de Balanço e Fontes de Financiamento

Gestão de Balanço

Em 2015, o crescimento do Balanço foi moderado e devido, substancialmente, ao nível de crescimento dos depósitos de retalho e do reinvestimento dos resultados correntes. Os ativos e passivos do BiG aumentaram moderadamente face ao ano anterior, devido à entrada significativa de depósitos de Clientes de retalho e a um maior nível de capitais próprios, os quais financiaram uma maior e mais diversificada carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, constituída maioritariamente por ativos líquidos de rendimento fixo e ativos de crédito. De uma forma geral, em linha com os últimos anos, as modificações na natureza do Balanço foram graduais, não se verificando diferenças materiais nos níveis de ativos registados no final do ano face a outras datas ao longo do exercício.

G.1

(Euro)



T.21

(Euro 000)

Indicadores Chave de Balanço	2015	2014	2013	2012
Total do Ativo Líquido	1.542.063	1.444.517	1.214.430	1.024.616
Ativos Remunerados	1.478.311	1.360.783	1.173.812	980.855
Crédito Concedido / Ativo Líquido	24,4%	9,4%	16,2%	18,8%
Recursos do Banco Central	165.007	180.173	130.315	260.248
Recursos de Outras Instituições de Crédito	171.220	108.264	143.478	6.481
Recursos de clientes	885.486	804.736	683.717	543.830

A atenção dada pelo Conselho de Administração à dimensão e composição do Balanço do Banco constitui um dos exercícios de gestão de risco mais importantes. Os ativos e passivos podem alterar-se em função das atividades de Clientes, condições do mercado e oportunidades de negócio. No entanto, a dimensão e a composição do Balanço do Banco em cada momento reflete: (i) a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis, (ii) o nível de capitais ou fundos próprios do Banco, e (iii) a visão global do Conselho de Administração relativamente a oportunidades e aos riscos associados. O processo envolve revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e estratégias de financiamento através do ALCO – Comité de Ativos e Passivos, limites de crescimento do Balanço por linha de negócio, classe de ativos ou concentração, monitorização diária dos indicadores chave pela Gestão de Risco e o importante uso de análise de cenários e testes de esforço como instrumentos disciplinadores essenciais. A grande maioria dos ativos remunerados do Banco é classificada como disponíveis para venda. Estes são mensurados diariamente a preços de mercado e utilizados na gestão da exposição do Banco aos movimentos das taxas de juro bem como no investimento de excedentes de liquidez.

A estrutura de risco é concebida e gerida à volta de uma estratégia central de manutenção de um Balanço excecionalmente líquido. Os processos e procedimentos do Banco encorajam uma gestão dinâmica dos ativos e responsabilidades e incluem:

- ▲ Uma revisão diária e planeamento, pelo menos, semanal de ativos e responsabilidades chave;
- ▲ Monitorização diária de indicadores de risco chave e de utilização de capital;
- ▲ Utilização extensa de análises de cenário, compiladas e analisadas numa base diária;
- ▲ Projeções semi-anuais de fontes de financiamento e requisitos de capital para os 5 anos seguintes;
- ▲ Revisão semi-anual de limites.

Conceitos chave inter-relacionados de gestão da liquidez, controlo da qualidade dos ativos e adequação de capital são discutidos nos capítulos contidos neste Relatório, que cobre a Gestão do Risco de Mercado, Gestão do Risco de Crédito e Adequação do Capital Interno.

O total de Ativo Líquido no final de 2015 era ligeiramente superior a € 1,5 mil milhões, um valor maior face a 31/12/14. O total de ativos remunerados a 31/12/15 era de cerca de € 1,5 mil milhões, ou 96% do total de Ativo Líquido e era 9% superior, em termos absolutos, ao verificado no mesmo período no ano anterior.

Os depósitos junto de outros bancos são utilizados para gerir a liquidez de curto prazo e as reservas mínimas junto do Banco Central e das contrapartes. A carteira de crédito aumentou devido a uma maior exposição a RMBS classificados

como empréstimos. A categoria de crédito, incluindo RMBS, representava cerca de 25% dos ativos remunerados. Uma parte relativamente pequena da carteira de crédito do Banco correspondia, essencialmente, a créditos em conta corrente (contas margem) de Clientes de retalho. Estes créditos são por natureza de curto prazo e estruturados para se auto liquidarem em condições de stress, as quais se encontravam totalmente garantidas por ativos financeiros líquidos. No final de 2015, praticamente todos os ativos de crédito estavam integralmente garantidos por valores imobiliários e/ou mobiliários e eram, consequentemente, de baixo risco. Os financiamentos desta natureza a Clientes tendem a crescer com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de stress, como tem sido o caso desde 2011 (ver Gestão de Risco de Crédito). A carteira de AFS aumentou devido aos maiores spreads verificados num conjunto de classes de ativos financeiros de rendimento fixo. A carteira de AFS representava 68% dos ativos remunerados em 31/12/15, refletindo uma diminuição face aos 80% registados no final do ano anterior, e incluía títulos de dívida soberana, coberta e sénior. Entre os fatores que poderão afetar a dimensão da carteira incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos de investimento durante o ano. A decisão de deter ativos para tirar proveito da margem ou desinvestir é tomada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO), que tem em consideração as condições de mercado, as concentrações de mercado e o perfil global de liquidez do Banco.

T.22

(Euro 000)

Ativos Remunerados	2015	2014	2013	2012
Disponibilidades e aplicações em bancos	82.313	105.803	80.113	70.678
Crédito a Clientes	376.820	136.162	196.919	192.674
Ativos Financeiros detidos para negociação	18.093	27.840	21.900	17.408
Ativos Financeiros disponíveis para venda	1.001.084	1.090.978	874.881	700.095
Total	1.478.311	1.360.783	1.173.812	980.855

T.23

(Euro 000)

Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios	2015	2014	2013	2012
Recursos de Bancos Centrais	165.007	180.173	130.315	260.248
Passivos financeiros detidos para negociação	1.699	5.614	1.357	1.016
Recursos de outras instituições crédito	171.220	108.264	143.478	6.481
Recursos de Clientes	885.486	804.736	683.717	543.830
Capitais próprios	276.364	261.369	207.193	170.724

As principais fontes de financiamento do Banco foram, como em anos anteriores, os depósitos de Clientes, capital acionista, e ainda, o acesso a financiamento por via de acordos de venda/recompra a taxas favoráveis junto do BCE ou de outras contrapartes de mercado, como a Eurex Repo e outros bancos. Os depósitos de Clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e cresceram 10% para € 885,5 milhões, após aumentos de 15% em 2014 e 20,5% em 2013. O Conselho de Administração reduziu, gradualmente e em termos líquidos, o financiamento junto do BCE, apesar das respetivas taxas mais atrativas no curto prazo. Os depósitos de outros bancos são maioritariamente acordos de venda/recompra com contrapartes internacionais e que incluem a Eurex Repo, a qual o Banco integrou como membro em 2011.

O ALCO fornece uma visão da natureza das concentrações e liquidez dos ativos do

Banco e da gestão conservadora relativamente à composição do financiamento. O Conselho de Administração procura assegurar que existam posições substanciais de excedente líquido de tesouraria de modo a cobrir, a qualquer altura, as hipotéticas saídas de capital normais ou analisadas nos testes de esforço realizados. Para mais informações relativamente ao financiamento assegurado e depósitos de clientes, ver *Análise Sumária – Liquidez e Gestão de Risco de Liquidez* e Notas 28 e 30.

Capitais Próprios. Os capitais próprios em 31/12/15 eram de € 276,4 milhões, o que compara com € 261,4 milhões na mesma data em 2014. O número de ações ordinárias emitidas – cada com um valor nominal de um euro, totalmente subscritas e pagas – aumentou para 156 milhões, em resultados da incorporação de € 52 milhões em reservas, aprovado em 2015. Os principais fatores que influenciaram este aumento

substancial do valor acionista desde então foram as outras reservas/resultados retidos, os resultados correntes e o pagamento antecipado de dividendos.

Capital Regulatório: O BiG é regulado pelo Banco de Portugal e, de acordo com as regulações bancárias, o Banco está sujeito aos requisitos de capital calculado com base no risco, a nível individual e consolidado. Em termos gerais, o capital regulatório, objeto de reporte regular, é utilizado como base para avaliar aspetos chave do negócio bancário, e envolve vários ajustamentos regulares à rubrica de capital do Banco. Os requisitos de capital são apresentados como rácios de capital que comparam o capital ajustado com o valor dos ativos ponderados pelo risco. A rubrica Tier 1 Capital e outros rácios de solvabilidade reportados regularmente pelo Banco constituem parte fundamental do processo de capital regulatório.

T.24

(Euro 000)

Capitais Próprios	2015	2014	2013	2012
Capital	156.000	104.000	104.000	104.000
Prémios de Emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Ações Próprias	-2	-153	-1.084	-1.172
Reserva de Justo Valor	-48.229	-7.284	-2.180	-1.184
Outras Reservas e Resultados transitados	105.204	96.515	58.947	44.560
Resultado do Exercício	74.509	82.529	58.628	32.518
Dividendos Antecipados	-12.480	-15.600	-12.480	-9.360
Capitais Próprios	276.364	261.369	207.193	170.724
Valor patrimonial por ação	1,77	2,51	1,99	1,64
Ativos Líquidos / Capital	5,58	5,53	5,86	6,00

T.25

(Euro 000)

Capital Regulatório Consolidado	2015	2014	2013	2012
Capitais Próprios	276.364	261.369	207.193	170.724
Dividendos a distribuir	-6.240	-6.240	-6.240	-6.240
Ativos Intangíveis	-2.628	-639	-133	-194
Depósitos Remuneração acima limiar	-61	-234	-1.203	-3.900
Reservas Reavaliação	45.308	7.043	2.973	1.360
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo				-1.578
Provisões para Riscos Gerais de Crédito				120
Fundos Próprios	312.743	261.300	202.590	160.292
<i>Risk-weighted assets</i>	943.215	744.365	616.225	506.341
Rácio de Fundos Próprios Principais nível 1	33,2%	35,1%	32,7%	31,9%
Tier 1 Capital	33,2%	35,1%	32,7%	31,9%
Rácio de Fundos Próprios Totais	33,2%	35,1%	32,9%	32,0%

Até 2011 não considerávamos os Resultados no cálculo dos Fundos Próprios, até à Assembleia Geral

ICAAP – Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno – Nos termos da Instrução do Banco de Portugal nº 15/2007, o Banco realiza um exercício anual de auto-avaliação para determinar os níveis de adequação de capital face ao seu modelo de negócio. O processo, que é parte da regulação de Basileia III, incorpora uma descrição dos vários processos de gestão e controlo de risco utilizados pelo Banco.

O ICAAP procura quantificar o montante de capital que o Banco deverá deter tendo em conta a sua estratégia e os riscos que considera ser materialmente relevantes. Neste âmbito, para além dos riscos de Pilar I são ainda considerados outras tipologias de risco em sede de Pilar II. Para os riscos de Pilar I, o BiG utiliza o método padrão (Mercado, Crédito, *Credit Valuation Adjustment*) e o método do indicador básico (Risco Operacional) no cálculo dos requisitos de capital. Para os riscos de Pilar II (risco de concentração e risco de taxa de juro da carteira bancária), são utilizados modelos internos para o cálculo dos requisitos de capital. Apesar de ser usado o modelo regulamentar para os riscos de Pilar I, é feito um exercício de auto-avaliação, usando modelos internos para algumas classes de ativos, no âmbito do risco de crédito e do risco de mercado.

Incorporando todos os riscos materialmente relevantes, os resultados do ICAAP continuam a demonstrar que o BiG mantém um rácio de capital confortável, muito acima dos níveis prudenciais mínimos exigidos.

Este exercício de auto-avaliação descreve também os mecanismos internos utilizados no acompanhamento, controlo e mensuração dos riscos, bem como a estrutura organizacional inerente à gestão do modelo de negócio do Banco.

Todos os indicadores de rentabilidade mantiveram-se robustos em 2015, mesmo quando comparados com o desempenho histórico do Banco em 2014. **A Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 27,7%, por comparação com 35,2% no ano anterior.** O rácio de eficiência do Banco correspondeu 24,8% em 2015, face a 20,3% em 2014, mantendo-se em linha com a média dos últimos cinco anos e favorável face aos concorrentes do Banco.

T.26

Medidas de Desempenho	2015	2014	2013	2012
Rendibilidade				
Rendibilidade dos ativos médios (ROA)	5,0%	6,2%	5,2%	3,5%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	27,7%	35,2%	31,0%	27,3%
Produto bancário / Ativo líquido médio	10,0%	12,7%	11,2%	8,7%
Eficiência				
Margem financeira / Ativo remunerado	1,6%	1,8%	2,2%	1,9%
Custos transformação / Produto bancário	24,8%	20,3%	24,9%	27,7%
Custos pessoal / Produto bancário	15,7%	14,2%	17,9%	18,5%
Solvência				
TIER 1 Capital	33,2%	35,1%	32,7%	31,9%
Rácio de Fundos Próprios Totais	33,2%	35,1%	32,9%	32,0%

GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Introdução

Os riscos são inerentes à atividade bancária, e de um modo geral incluem riscos de mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. O Conselho de Administração entende que uma gestão efetiva do risco, que está no cerne do negócio do Banco de criação de valor para os acionistas, tem sido fundamental para o progresso do Banco e é essencial para o seu sucesso futuro.

Para identificar e gerir estes riscos, que se encontram geralmente inter-relacionados, o Banco tem sistemas de controlo interno que contemplam políticas e procedimentos integrados e compreensivos, assumindo uma natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As políticas e sistemas do Banco são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária ou intra-diária dos riscos, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos clientes e dos acionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Como parte dos procedimentos, acima mencionados, de mensuração dos principais riscos inerentes à atividade bancária, o Conselho de Administração incorporou

em alguns dos cenários assumidos em testes de esforço componentes adicionais de *riscos políticos e sistémicos*. Estes estão sujeitos a uma revisão contínua e estão associados a alguns eventos capazes de mudar paradigmas, tal como a crise de dívida da Zona Euro, que tem aumentado em anos recentes, e que podem ter impacto nas práticas de mercado existentes, regulação ou pressupostos, ou ter impacto direto nos preços e expectativas de mercado. Estes riscos constam regularmente da perspetiva do BiG e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Para informação adicional, incluindo testes de esforço para risco reputacional e riscos de correlação, consulte a Nota 39.

O enquadramento do risco, em termos gerais, reflete-se: (i) na estrutura de Governo, (ii) nas políticas e procedimentos do Banco e (iii) nas pessoas envolvidas diretamente nas unidades de controlo de risco, quer individuais quer transversais ao Banco.

Estrutura de Governo

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração, pelo Comité de Todos os Riscos do Banco (*All Risks*), e por vários sub-grupos que controlam áreas específicas de risco. O Comité de Todos os Riscos combina as várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco, discutidos em detalhe mais abaixo neste documento, e a área de *Compliance* e Auditoria Interna do Banco.

Presidindo a estrutura de governo societário encontra-se o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração assume um papel essencial na supervisão de riscos e o seu funcionamento tem sido sempre pautado pelo reconhecimento de controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de gerar valor para os acionistas num ambiente controlado – fundamentais para a robustez financeira da instituição. É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer a orientação estratégica do Banco e os níveis de risco aceites, aprovar políticas, e ainda manter uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco.

A figura F.2 apresenta um resumo da estrutura de governo para gestão do risco do Banco.

Políticas Gerais e Procedimentos

A Administração revê as políticas e procedimentos regularmente e procura assegurar a sua comunicação de forma clara ao longo de toda a organização, de maneira a criar a base para um ambiente operacional sólido. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras, visam assegurar que os processos associados com quatro passos fundamentais no processo de gestão de risco: a identificação, mensuração, controle e reporte das exposições de risco a perdas potenciais, estão em conformidade com as melhores práticas bancárias e regulamentares.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

F.2



- ▲ Revisão regular das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- ▲ Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
- ▲ Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Entre as políticas e procedimentos essenciais incluem-se: (i) a revisão ativa das posições do Banco, (ii) *mark to market* diário da maioria dos ativos remunerados, (iii) revisão diária ou intra-diária das exposições financeiras e do produto bancário, (iv) revisão diária, e independente, das exposições de crédito, e controlo diário dos limites e processos contabilísticos, (v) reportes independentes e diálogo frequente entre as equipas geradoras de receitas e as equipas de controlo de risco e funções de suporte, (vi) testes de esforço extensos e realistas e (vii) proximidade do Conselho de Administração ao processo de controlo de risco e encorajamento na comunicação rápida do seu aumento.

Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, o Conselho de Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspetos são discutidos nas seções seguintes e incluem:

- ▲ Utilização exaustiva de cenários de testes de esforço;
- ▲ Limites de risco de mercado com base em VaR (*Value at Risk*);
- ▲ Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;

- ▲ *Basis Point Values*;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos.

A quantificação do risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, atualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário do Conselho de Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte. Assumimos como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das exposições e, como tal, revemos os riscos, em particular os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspetos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Do ponto de vista do Conselho de Administração, a gestão de:

- ▲ *Risco de mercado* envolve pelo menos uma revisão diária de todas as medidas acima mencionadas;
- ▲ *Risco de liquidez* e de *taxa de juro* foca-se num conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários;
- ▲ *Risco de crédito* geralmente foca-se em exposições nominais e fracionadas, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia e testes de esforço;
- ▲ As exposições a *derivados* são medidas através de análises de sensibilidade medidas em pontos base;
- ▲ *Riscos operacionais*, o *risco reputacional* e o *risco de correlação*, que engloba

alguns dos riscos mais subjetivos aos quais o Banco pode estar exposto, geralmente depende de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas as atividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve uma série de restrições revistas com frequência, organizadas por classe de produto, maturidade e por operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values* (bpv's), e medidas estatísticas, tais como o *Value at Risk* (VaR), discutido à frente. É responsabilidade do Conselho de Administração e da função de Risco de Mercado garantir a atualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adotados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associada à negociação de ativos financeiros e investimento, incluindo a análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um fator importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de ativos, são revistos e comunicados numa base periódica aos gestores e colaboradores de *front* e *back office* e são sujeitos a revisão e atualização regular. Todos os colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas corretamente.

Reporte

Diariamente, as áreas responsáveis pela gestão de risco e *back office* compilam e reportam posições ao Conselho de Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos são reportados ao Conselho de Administração, que toma as

medidas necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Estes controles formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, do Conselho de Administração com as áreas de mercado para rever posições e avaliar tendências. Os relatórios diários de testes de esforço servem como base de discussão sobre os níveis apropriados de exposição e da necessidade de agir de modo a reduzir concentrações de risco, quer através da venda ou do reposicionamento das posições, quer através da realização do *hedging* dos riscos.

Unidades de Controlo de Risco

Cada um dos comités internos de risco – *All Risks*, *Comité de Ativos e Passivos*, *Comité de Risco de Crédito*, *Comité de Investimento* e *outros grupos responsáveis por áreas como Auditoria Interna, Compliance, riscos Operacionais e riscos Tecnológicos* – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia. Cada comité inclui, para além do Vice-Presidente, pelo menos outro Membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respetivas. Os eventos diários de natureza excecional requerem a aprovação de pelo menos dois Administradores. Exposições significativas ou decisões políticas relevantes que caíam fora destes limites requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o *Comité de Todos os Riscos* reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

O Comité de *Compliance* é constituído por membros do Conselho de Administração e pelo responsável do departamento de *Compliance*, cujas responsabilidades incluem a monitorização do cumprimento pelo Banco de questões de natureza legal e regulamentar, aplicação de procedimentos operacionais internos, código de ética e questões relacionadas. Reúne-se pelo menos, mensalmente, ou mais frequentemente se necessário, para rever a evolução de questões regulatórias.

Risco de Mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Dada a possibilidade de impacto direto na demonstração de resultados e/ou nas reservas de justo valor, os principais riscos que o Banco gere na sua atividade de mercado incluem:

- ▲ *Risco de ativos de rendimento fixo*, resultante de mudanças dos preços de ativos financeiros detidos para negociação ou para venda;
- ▲ *Risco de preço de ativos financeiros*, resultante de exposições a mudanças nos preços dos ativos e volatilidade;
- ▲ *Risco de taxa de câmbio*, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros, e volatilidade;
- ▲ *Risco de derivados*, resultante da gestão da exposição a mudanças de preços dos ativos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Asset and Liability Committee* (“ALCO”) e no *Comité de Risco de Mercado*. Estes grupos são presididos pelo CEO e incluem outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas atividades geradoras de receitas e da equipa de controlo de risco.

Em suporte aos Comités estão as unidades principais de controlo de risco – Risco de Mercado e de Crédito – que são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as atividades de investimento e negociação de ativos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento discutidas no ALCO, revêm modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, bem como para as carteiras dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras, bem como por assegurar uma supervisão, controlo independente e verificação do cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Adicionalmente,

este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas atividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o BiG gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, o Conselho de Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objetivos de negócio.

A função de monitorização do Risco de Mercado em específico, em colaboração com o Conselho de Administração e com o *Compliance*, revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do ALCO e do *Comité de Risco de Mercado* também integram o *Comité de Investimento do Banco*, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de ativos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As atividades desta área, embora separada da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

Metodologias

Na gestão do risco de mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo

coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente incluem medidas estatísticas e várias medidas não estatísticas, entre as quais:

- ▲ *VaR (Value at Risk);*
- ▲ *Testes de esforço sobre o valor económico (Economic Value stress testing);*
- ▲ *Testes de esforço sobre os resultados (Earnings at Risk stress testing);*
- ▲ *Monitorização dos valores dos pontos base (Basis point values);*
- ▲ *Limites de posições para derivados (“gregos”);*
- ▲ *Limites nas posições para subjacentes selecionados (Inventory position limits for selected underliers).*

O Banco utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentrações de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa

ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Value at Risk (VaR)

A análise de *VaR*, que mede o risco assumindo condições normais de mercado, é combinada com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories*, para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exatas sobre o risco de mercado futuro. As variações de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são geralmente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre ativos financeiros.

Os resultados dos testes da carteira de negociação durante 2015, indicam que durante o ano houve dois dias em que as perdas excederam os níveis de *VaR*. Os limites de negociação indicados abaixo, e em linha com os anos anteriores, foram, em média, inferiores e pouco utilizados, concentrando-se grande parte do risco na carteira de ativos AFS.

As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas à medida que o Banco maximiza fluxos estáveis de receita, enquanto maximiza a flexibilidade de reconhecer proveitos mantendo níveis elevados de liquidez disponível. Os limites de investimento atingiram em média 42% durante o ano, face aos 61% em 2014 e refletem uma redução geral na tomada de risco. Os níveis mais elevados de *VaR* estiveram associados à carteira de ativos de rendimento fixo, refletindo concentrações nesta classe de ativos. Mais detalhes destas exposições estão disponíveis na secção deste relatório dedicada à *Gestão do Risco de Concentração*.

T.27

(Euro)

VaR de Negociação 2015 (vs 2014)	2015				2014			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	222.329	146.657	333.914	1.592	47.547	113.981	535.687	8.236
Risco de taxa de juro	26.617	324.903	1.894.602	19.545	40.207	106.969	733.704	9.982
Ações	38.231	140.456	356.978	21.671	101.809	123.519	285.301	12.621
Opções	30.524	92.988	273.919	13.629	103.922	135.915	405.209	28.790
Efeito de diversificação	13%	29%			14%	46%		
VaR total	274.812	497.033	1.763.575	68.375	252.557	260.993	692.458	40.043

T.28

(Euro)

VaR de Investimento 2015 (vs 2014)	2015				2014			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco de taxa de juro	9.908.208	15.137.398	20.447.613	6.863.134	11.422.590	7.884.418	11.614.976	4.862.146
Ações	959.967	608.283	1.105.989	165.817	503.170	279.521	549.293	159.716
Efeito de diversificação	3%	2%			2%	2%		
VaR total	10.501.977	15.468.448	20.900.062	7.307.725	11.669.897	7.979.655	11.821.091	4.253.695

Resumo de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas previsões com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efetiva não exceda o *VaR* estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o *VaR*.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

Utilização de Limites – VaR

T.29 (Euro)

Negociação		
VaR	Limite	Utilização
274.812	3.600.000	8%

	Limites	31-12-2015	30-12-2015	Δ	Excedente
Ações	600.000	38.231	37.583	648	-
Opções	400.000	30.524	32.191	-1.667	-
Taxa de Juro	2.200.000	26.617	26.959	-341	-
Fx Cambial	400.000	222.329	233.916	-11.587	-

T.30 (Euro)

Investimento		
VaR	Limite	Utilização
10.501.977	25.000.000	42%

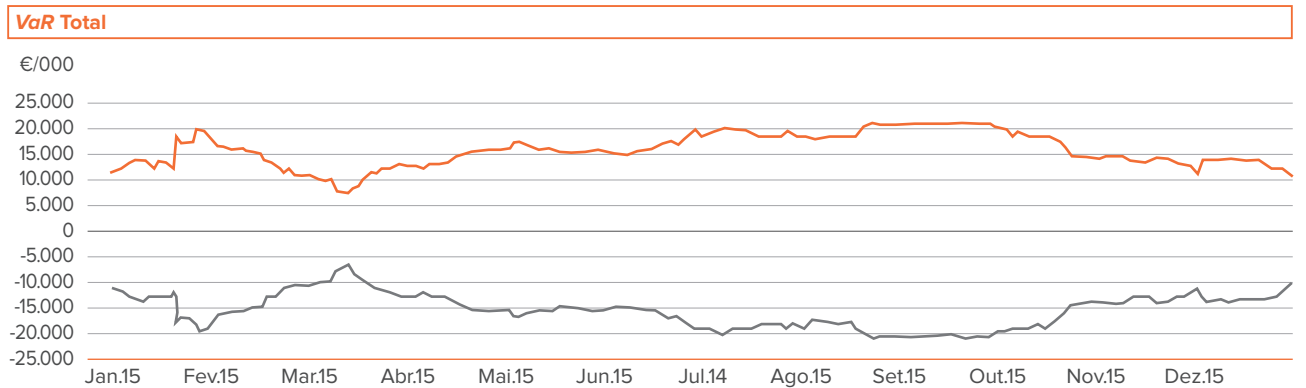
	Limites	31-12-2015	30-12-2015	Δ	Excedente
Ações	2.000.000	959.967	959.646	320	-
Taxa de Juro	23.000.000	9.908.208	10.358.321	-450.113	-

T.31 (Euro)

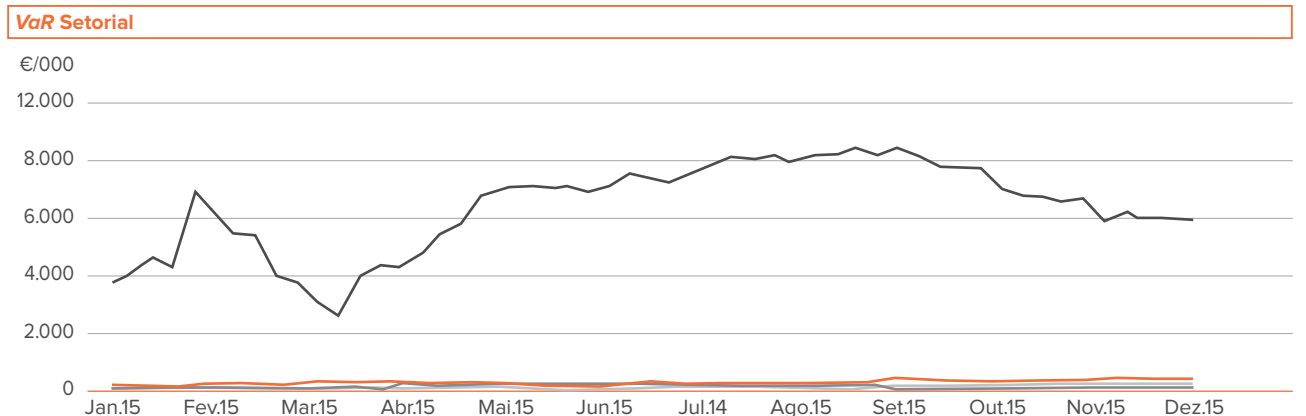
Setor	VaR Médio
Material básicos	312.193
Telecomunicações	201.384
Consumidor, cíclicos	26.826
Consumidor, não cíclicos	237.984
Financeiro	279.620
Soberano	16.065.057
Industrial	278.345
Utilities	706.061
Energia	186.223
Tecnologia	30.195

VaR de Negociação e VaR de Investimento total:

G.2

**VaR por Setor**

G.3



As análises de *VaR* das classes de ativos de rendimento fixo e variável por setor indicam que as maiores exposições médias durante 2015 estão associadas às emissões do Governo, seguidas de empresas de *utilities*, materiais básicos e, com menor expressão, telecomunicação e financeiras. A concentração no setor governamental esteve relacionada com a grande disponibilidade e liquidez de emissões desse segmento, quando comparado com outros, onde emissões primárias e secundárias não apresentaram tanta frequência nem liquidez.

VaR de Liquidez

O *VaR* de Liquidez mede a maior perda esperada a que uma instituição está sujeita, para um determinado nível de confiança, ajustada à liquidez dos respetivos ativos. Ao *VaR* normal é adicionada uma componente de liquidez que visa ter uma perspetiva mais conservadora da medida de *VaR* tradicional no sentido em que introduz o *spread* entre os preços de *bid* e *ask* dos ativos. Em momentos de *stress*, o *bid/ask spread* alarga-se em função da redução da liquidez disponível. A tabela T.32 evidencia a evolução comparativa durante 2015 da média do *VaR* de liquidez para as várias classes de ativos detidos pelo Banco, consti-

tuindo L1 a medida dos *bid/ask spreads*. Os pontos de desvio significativo entre as medidas de *VaR* normal e as medidas de *VaR* de liquidez, tal como indicadas na tabela, refletem o aumento no *stress* e a queda na liquidez entre os instrumentos de rendimento fixo de países periféricos e das suas instituições financeiras.

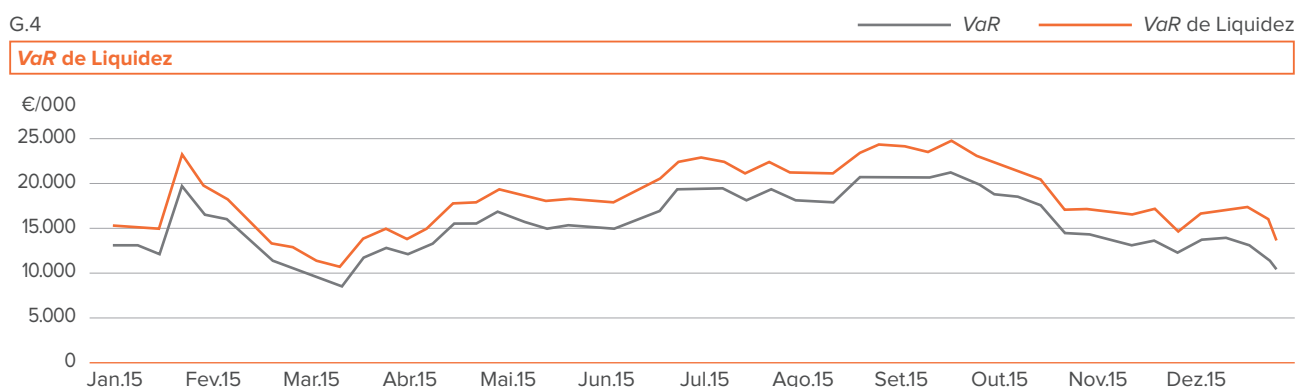
Testes de Esforço

O Banco efetua testes de esforço das suas posições de mercado e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de *VaR*, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de mercado. Ao utilizar testes de esforço económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas a um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os testes de esforço de proveitos em risco proporcionam ao Conselho de Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplada, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, são utilizados 16 cenários para desenvolver testes a 96 posições nas carteiras de negociação e de

investimento, assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a exposição e, em certos casos, as exposições dos Clientes a potenciais perdas. Estes cenários são revistos frequentemente e de acordo com a evolução das condições de mercado. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados ativos subjacentes de classes de ativos idênticos e com um nível elevado de correlação. São realizados habitualmente os testes de esforço de liquidez e correlação numa base semanal ou mensal.

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e nas respetivas reações dos mercados a esses eventos. Adicionalmente, o Banco executa diariamente testes de esforço “*Armageddon*” das exposições de mercado. Estes cenários simulam o impacto de eventos ou quedas nos mercados, não com base em observações históricas, mas sim em cenários potenciais extremos. O objetivo desses “cenários extremos”, expostos na tabela T.33 e com as posições a 31/12/2015, é medir o impacto teórico no modelo de negócio do Banco e na sua resiliência a eventos que são habitualmente várias vezes piores do que qualquer ocorrência histórica de mercado.

G.4



T.32

(Euro)

VaR de Liquidez Médio por Setor Durante 2015			
Setor	L1	VaR	VaR de liquidez
Soberano	1.381.197	16.065.057	17.446.254
Utilities	262.521	706.061	968.582
Industrial	264.345	278.345	542.691
Materiais básicos	100.576	312.193	412.769

Os cenários históricos observados durante 2010-2014 são utilizados, na medida em que correspondem a períodos extremos de *stress de mercado*, para a realização de testes diários, estando identificados em baixo como “C1, C2...C5.”. A reação histórica a vários cenários históricos extremos é aplicada às exposições atuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação e investimento de ativos financeiros, assumindo as mesmas condições de mercado. Os resultados são então compilados e reportados numa base diária ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez decorre da gestão dos ativos e passivos do Banco.

A política do BiG relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (i) financiamento dos ativos antes da sua aquisição, (ii) o pressuposto de que a maior parte dos ativos que compõem o Balanço deveria ser convertível em liquidez num curto espaço de tempo, (iii) um programa para construir uma base estável de depósitos de retalho e (iv) assumir que manteremos um razoável nível de independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Com efeito, estes princípios definem o modelo de

negócio do BiG, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de ativos composta por ativos líquidos, em detrimento de crédito ilíquido.

Na prática, o processo de gestão de liquidez do Banco é uma questão estratégica e diária do Conselho de Administração. Este engloba os detalhes sobre controlos dos fluxos de entrada e saída, as questões de preçário e reputação, o controlo sobre colaterais, o processo do Comité de Ativos e Passivos e os aspetos do plano de recuperação que transmite a natureza fundamental do modelo de negócio: ativos líquidos, flexíveis e de qualidade financiados de forma conservadora por depósitos estáveis e capital.

T.33

(Euro 000)

Negociação 2015

	Piores cenários - Ações					Piores cenários - obrigações					Piores cenários - FX					Matérias primas
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1
Ações	38	(4)	5	1	(10)	14	16	9	(4)	9	(22)	25	(13)	(13)	11	(51)
Opções	(26)	6	(16)	(10)	(16)	9	(3)	(9)	4	(13)	5	8	8	4	19	(6)
FX	(29)	52	21	(57)	(178)	190	90	52	130	129	(232)	97	105	(122)	55	91
Taxa de Juro	25	10	(0)	(21)	(47)	(55)	(166)	(125)	(78)	(27)	2	2	(36)	(25)	12	(69)
Total	(31)	69	5	(88)	(241)	144	(79)	(82)	56	89	(225)	108	77	(143)	86	15

Investimento 2015

	Piores cenários - Ações					Piores cenários - obrigações					Piores cenários - FX					Matérias primas
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1
Taxa de Juro	(13.133)	(2.785)	(2.814)	(6.512)	(6.670)	(7.218)	(17.250)	(7.160)	(13.470)	(10.693)	(2.081)	(9.647)	(11.623)	(10.838)	(3.726)	(6.011)
Ações	(1.374)	(334)	(646)	(743)	(1.105)	(813)	(316)	(457)	(1.155)	(256)	(754)	(1.376)	(1.226)	(248)	(205)	(1.173)
Total	(14.507)	(3.119)	(3.460)	(7.256)	(7.775)	(8.031)	(17.566)	(7.617)	(14.625)	(10.948)	(2.835)	(11.022)	(12.849)	(11.086)	(3.931)	(7.184)

Piores cenários de Ações

C1	Descida de Rating dos EUA	09-08-2011
C2	Receio de saída da Grécia da Zona Euro	23-07-2012
C3	Crescimento económico baixo para a Europa	06-11-2012
C4	Impacto dos indicadores económicos abaixo do esperado, para a zona Euro	23-01-2014
C5	Decisão do FED de cortar o programa de estímulos	14-10-2014

Piores cenários de Obrigações

C1	Flash Crash, pico da crise na Grécia	05-05-2010
C2	Descida do Rating de Portugal pela Moody's	05-07-2011
C3	Descida do Rating de Portugal pela Standard & Poors	27-01-2012
C4	Crise Política na Grécia	11-05-2012
C5	Alemanha rejeita Eurobonds	22-06-2012

Piores cenários de FX

C1	Economia Europeia a crescer mais rápido que os EUA	02-04-2001
C2	Expetativa de que a crise europeia se alastre	17-08-2011
C3	Manipulação da Libor	02-04-2012
C4	Poucas Expetativas na Economia Americana	05-06-2013
C5	Recuperação da Economia Americana	24-09-2014

Piores cenários de matérias primas

C1	Impacto na decisão do FED: O preço do ouro afundou	19-06-2013
----	--	------------

T.34

(Euro)

Indicadores de liquidez	Spot e até 1 semana	Entre 1 semana e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Ativos líquidos com maturidade superior a 12 meses
Mismatches						
Mismatches por prazos	5.388.464	-56.439.336	-343.536.527	-80.419.743	-67.596.355	0
Mismatches acumulados	5.388.464	-51.050.871	-394.587.398	-475.007.141	-542.603.496	520.690.992
Ativos Líquidos	468.606.209	460.093.909	590.610.850	590.610.850	590.610.850	0
Passivos Voláteis	77.553.884	95.625.521	350.193.071	354.447.577	359.909.557	0
Ativos Líquidos - Passivos Voláteis	391.052.325	364.468.387	240.417.779	236.163.273	230.701.293	0
Gap de Liquidez (1)	36	33	25	24	24	0

(1) Gap de liquidez = [(Ativos líquidos - Passivos voláteis)/(Ativo total - Ativos líquidos)] x 100

A tabela T.34 proporciona uma visão global do *gap* de liquidez a 31 de Dezembro de 2015, apresentado por maturidades. Para mais informação, consultar a Nota 39.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proventos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros fatores. O BiG controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco utiliza, como medida de risco de taxa de juro, os *bpvs* (*basis point values*). Este fator de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de ativos, nomeadamente em ativos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.35 apresenta os ativos e passivos por maturidade a 31 de Dezembro de 2015, com base nas respetivas taxas médias, calculadas para cada período temporal indicado. Para cada maturidade apresenta-se igualmente a duração modificada e os valores dos *basis point values* (*bpvs*).

Uma posição líquida longa ou positiva em *pontos base* pressupõe uma posição longa em obrigações financiadas com liquidez de curto prazo. Uma posição líquida curta ou negativa significa que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobrir ou recomprar a posição mais tarde com lucro.

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular, um aumento ou queda de 200 *pontos base* (*pb*) num único dia, ou um aumento ou queda de 50 *pontos* em exposições cuja maturidade residual é superior a um ano. A tabela T.36 resume o impacto nos resultados antes de impostos de uma improvável variação em paralelo de 200 *pontos base* no final de Dezembro de 2015.

A exposição ao risco de taxa de juro, como percentagem do capital regulatório, medida semestralmente durante 2015, e assumindo a análise de sensibilidade descrita anteriormente, está descrita na tabela T.37.

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade diárias, que são utilizadas para quantificar o efeito da variação de um fator de risco em todas as posições detidas. Mais especificamente, o Banco utiliza estas análises para medir o efeito de variações das taxas de juro bem como quantificar exposições a posições de negociação de ativos financeiros derivados. Estas dependem de variáveis de mercado

incluindo o preço do ativo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco mede as exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade conhecidas como "gregas", que são termos matemáticos, entre os quais:

- ▲ *Rho*: mede, em pontos base, os montantes mínimos e máximos de exposição durante 2015 a variações de 1 p.b. na curva de taxas de juro;
- ▲ *Vega*: reflete a exposição a variações de 1% na volatilidade na carteira de opções do Banco;
- ▲ *Delta*: quantifica, em Euros e quanto à carteira de negociação de opções, variações de 1% no valor dos ativos subjacentes;
- ▲ *Theta*: também no que diz respeito à carteira de negociação de opções, mede, em Euros, os ganhos ou perdas reportados por cada dia restante da vida de uma determinada opção.

T.35

(Euro)

Risco Taxa de Juro						
Maturidade	Ativos	Responsabilidades	Extra-patrimonial (+)	Extra-patrimonial (-)	Líquido	bpv's
1-Jan-16	290.762.070	528.862.809	0	0	(238.100.739)	(367)
1-Fev-16	81.581.040	344.433.092	0	0	(262.852.052)	3.054
1-Mar-16	131.505.470	129.900.190	55.117.058	0	56.722.338	(940)
1-Abr-16	27.510.605	74.106.224	0	0	(46.595.619)	1.269
1-Mai-16	10.767.096	42.450.427	0	0	(31.683.331)	1.244
1-Jun-16	15.020.825	55.739.861	98.005.461	0	57.286.424	(2.403)
1-Jul-16	15.842	18.371.656	0	0	(18.355.814)	918
1-Ago-16	52.323	3.390.575	0	0	(3.338.252)	296
1-Set-16	2.386	2.424.922	0	0	(2.422.537)	147
1-Out-16	5.556	4.096.812	0	0	(4.091.256)	326
1-Nov-16	5.179	2.004.754	0	0	(1.999.575)	170
1-Dez-16	247.734	6.397.644	0	0	(6.149.909)	413
1-Jan-17	991.567	8.949.182	0	0	(7.957.615)	1.088
1-Jul-17	0	5.109.157	0	0	(5.109.157)	877
1-Jan-18	819.285	4.100.913	0	0	(3.281.628)	861
1-Jan-19	1.907.366	3.266.798	0	0	(1.359.432)	418
1-Jan-20	22.427.633	867.812	0	0	21.559.821	(8.833)
1-Jan-21	10.586.961	0	0	0	10.586.961	(5.445)
1-Jan-22	27.675.512	0	0	0	27.675.512	(14.826)
1-Jan-23	45.544.014	0	0	0	45.544.014	(29.242)
1-Jan-24	126.531.556	0	0	0	126.531.556	(88.342)
1-Jan-25	99.346.062	0	0	54.516.382	44.829.681	(28.506)
1-Jan-26	30.775.989	0	0	275.840.000	(245.064.011)	192.901
1-Jan-31	14.656.627	0	0	0	14.656.627	(17.288)
1-Jan-36	55.507.646	0	0	0	55.507.646	(84.107)
1-Jan-41	446.256.966	0	0	283.637.612	162.619.353	(161.347)
	1.440.503.311	1.234.472.828	153.122.518	613.993.994	(254.840.993)	(237.664)

T.36

(Euro)

Dezembro 2015					
Aumento paralelo de 200 pb	Redução paralela de 200 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Redução paralela de 100 pb	Aumento de 50 pb após 1 ano	Redução de 50 pb após 1 ano
-47.532.796	47.532.796	-23.766.398	23.766.398	-12.089.539	12.089.539

T.37

Risco de Taxa de Juro: Evolução Semestral		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de juro	% Impacto nos Fundos próprios
Dez-14	-35.343.607	-13,6%
Jun-15	-32.918.470	-12,7%
Dez-15	-47.532.796	-15,2%

Durante 2015:

T.38

Gregos	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-594.320	-12.601	-78.542	-164.961
Max	115.486	64.602	168.435	208.418
Média	-286.143	17.184	34.535	-5.631
Desvio Padrão	123.232	14.674	42.969	21.268

Rho Sensibilidade à taxa de juro
 Vega Sensibilidade à volatilidade
 Delta Sensibilidade ao ativo subjacente
 Theta Sensibilidade ao tempo

Risco de Crédito

Introdução

O risco de crédito define-se como a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito em várias das suas atividades. Estes riscos incluem principalmente a exposição direta a Clientes que contrataram empréstimos, exposição direta a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como ativos de investimento do Banco, mas também a exposição direta a clientes com crédito concentrado e risco de compensação ou de mercado associado a atividades de Clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos referidos anteriormente em *Risco de Mercado*.

As exposições a crédito no BIG genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações soberanas, empréstimos, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos. No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transações individuais, ao nível da exposição máxima ao Cliente ou Grupo,

e, separadamente, ao nível das respetivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado setor, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do Balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobre-põem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da atividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Processo

Constituindo um fator inerente à banca, o Conselho de Administração percebe o risco de crédito como parte integrante do modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os acionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável, aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efetiva com os objetivos de negócio definidos pelo Conselho de Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- ▲ Análise e controlo do risco de contraparte;

- ▲ Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;

- ▲ Orientações e procedimentos quantitativos e qualitativos para questões de controlo da qualidade de crédito;

- ▲ Controlo do Cliente, família e grandes riscos;

- ▲ Documentação, gestão e arquivo de documentação;

- ▲ Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;

- ▲ Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;

- ▲ Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;

- ▲ Adesão a orientações regulamentares;

- ▲ Política de preços.

Natureza das Exposições de Crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2015, decisores políticos continuaram a sua abordagem metódica e determinada de forma a responder – através de regulação, legislação, política monetária, revisões de qualidade de crédito e testes de esforço – muitas das causas e resultados da crise da dívida soberana na Zona Euro, que diferiram de país para país, mas que tiveram em comum a devida identificação e avaliação da qualidade de crédito do sistema financeiro. A gestão do risco de crédito da carteira do Banco, em particular dívida cotada e ações, tem implicado uma resposta à melhoria da perceção da qualidade de crédito e liquidez, sem perder de vista as questões fundamentais de longo prazo associadas a diferentes mercados. Neste enquadramento, a visão do mercado em relação à qualidade da maioria dos ativos, especialmente relativamente ao risco de ativos soberanos, e de ativos intrinsecamente relacionados com a perceção de risco soberano, melhorou significativamente em 2015 para ativos soberanos com *ratings* mais elevados, e começou a enfraquecer no caso de países com défices orçamen-

tais crônicos, questões estruturais ou dependências específicas, como a de produção / exportação de *commodities*.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

▲ *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às atividades de negociação e intermediação para Clientes. Estas são garantidas maioritariamente por liquidez, ativos financeiros ou, numa menor escala, ativos imobiliários. Esta categoria inclui as emissões por bancos de ativos financeiros com colaterais de RMBS e obrigações cobertas. Em 31/12/2015, substancialmente toda a carteira de crédito do banco eram créditos garantidos;

▲ *Risco de Crédito não garantido*, que surge da gestão dos riscos de crédito principais: principalmente, do *portefólio* de investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, e das atividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais. As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou dívida de emissões de outras entidades garantida por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objetivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo

quaisquer transações em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Controlos Sobre Margens – Exposições Garantidas

As contas margem e empréstimos ao consumo representavam menos de 10% do crédito a 31/12/15, mantendo-se inalterado relativamente à mesma data do ano passado. A maior parte do crédito concedido a Clientes é de curto prazo, sendo garantido por ativos financeiros líquidos e sujeito a controlos rigorosos sobre margens, isto é, a diferença entre o valor do crédito concedido e o valor em tempo real da garantia que suporta o crédito. O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margem por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de ativos tendo em conta a volatilidade de mercado, como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados em tempo real. O objetivo é identificar diferenças entre ativos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial, podendo eventualmente executar as posições de acordo com os níveis de risco registados. A experiência tem sido a de que este tipo de crédito pode resultar numa utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco, com base em dados empíricos. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas nos últimos anos (Nota 21).

Exposições não Garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode

não ser líquida, estão sujeitas a uma revisão objetiva dos dados financeiros históricos e projeções conservadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. Este processo pode ser acompanhado por informação de agências internacionais credíveis de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem critérios qualitativos, tais como a propriedade / base acionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, por exemplo, quando o Banco opera na qualidade de credor de outros bancos, do setor financeiro, empresarial e de dívida soberana, representada por dívida cotada com maturidades variáveis.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. A gestão de riscos que não de crédito é discutida nas secções relevantes deste relatório.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, o Conselho de Administração e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições diretas, indiretas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos capitais próprios consolidados. Apresentam-se nas tabelas T.39 e T.40 as principais exposições a 31 de Dezembro de 2015.

T.39

(Euro)

Dezembro 2015		Posições
Exposição por Estratégia de Investimento		
Obrigações	Garantidas estado	654.791.721
	ABS	351.777.637
	Dívida Senior Corporate	318.728.247
Total Obrigações		1.325.297.606
Caixa, disponibilidades e aplicações		82.313.263
Ações (1)		33.222.364
Derivados de ações (2)		283.517
Forex (3)		10.688.428
Total		1.451.805.178

(1) Apenas carteira de investimento

(2) Carteira de negociação (delta)

(3) As posições de forex incluem Cash, Fwd e Fut Cambiais

Exposição por Rating:

T.40

(Euro)

Exposição por Rating – Carteira de Crédito/Obrigações	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	NA	Total
Garantida Estado	1.113.288		20.133.059	486.766.568	126.144.578	20.634.228	654.791.721
Dívida Senior Corporate		3.816.245	25.606.865	168.607.081	18.809.018	101.889.038	318.728.247
ABS		17.346.635	243.979.888	90.451.114			351.777.637
Total	1.113.288	21.162.880	289.719.812	745.824.764	144.953.596	122.523.266	1.325.297.606

Teste de esforço da carteira de crédito

O Banco mede todas as exposições relevantes de várias formas, no entanto, nenhuma delas é tão importante como os testes de esforço realizados diariamente em vários intervalos: intra-diário, diário, semanal, ou mensal, com o maior volume de teste realizado numa base intra-diária. Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária, a carteira de investimento do Banco, constituída maioritariamente por ativos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de esforço diários, de modo a proporcionar ao Conselho de Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. O cenário mais extremo, o *Armageddon Stress Test* aplicado a esta carteira, representa um indicador diário das perdas potenciais por classe, considerando as maiores perdas individuais por setor de atividade. As simulações apresentadas baseiam-se no impacto que variações nas *yields* e nos *spreads* de crédito têm no valor dos instrumentos de dívida, dependendo da sua maturidade e duração. Outra variável que se tem em conta é o nível de cobertura do *portefólio* de ativos

de renda fixa. Tal como ocorre com os testes combinados das carteiras de negociação de ativos financeiros e investimento, o objetivo de testar cenários na maior posição individual do Balanço do Banco, que é a carteira de crédito, consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão vir a ser afetados e os capitais próprios delapidados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas. Os resultados destes testes diários são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

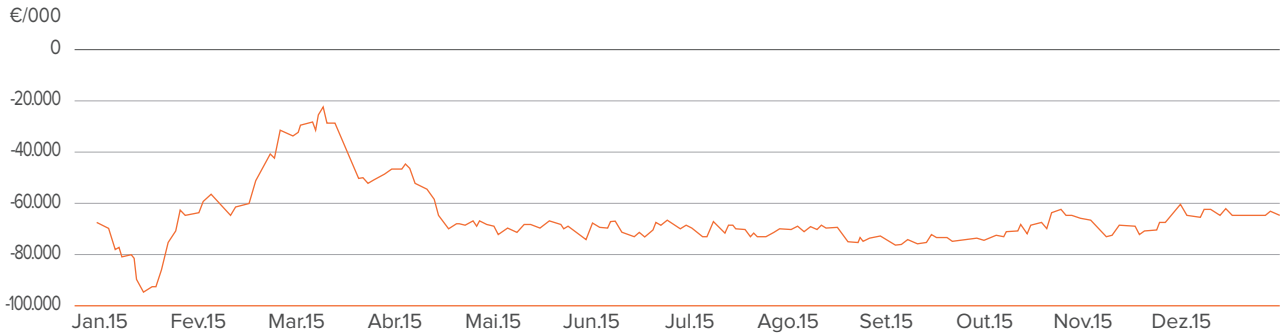
Os resultados destes testes a 31 de Dezembro de 2015 são apresentados no gráfico G.5 e tabela T.41, evidenciando que, nas circunstâncias mais extremas, as perdas teóricas seriam significativas **mas não afetariam a solvabilidade global do Banco**, que continuaria confortavelmente acima dos mínimos regulatórios.

Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e

opções, que derivam o seu valor de ativos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus Clientes e gerar receitas através das suas atividades de negociação de ativos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores atuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos. Como parte do processo, o BiG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte

G.5

Teste de esforço Armageddon

T.41

(Euro 000)

Perdas Máximas e Mínimas

Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio Padrão
-94.115	-21.927	-65.565	12.036

(*) Valores máximos e mínimos para as perdas

anterior à data de liquidação do ativo. O Banco utiliza procedimentos de contabilização de ativos ao justo valor de mercado e medidas de *Value at Risk* para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza a 31 de Dezembro de 2015 pode ser encontrado nas Notas 18 e 23.

Risco Operacional**Introdução**

O risco operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, em resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do modelo de negócio. No processo de gestão pró-ativa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis

mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infraestrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações (ver Nota 39).

Limitar os riscos operacionais através da implementação de procedimentos internos é essencial para oferecer um serviço completo e competente aos Clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, constituída pelos seguintes grupos de supervisão interna, que se reúnem separadamente com os seus supervisores no Conselho de Administração, e também em conjunto no Comité de Todos os Riscos;

▲ **Risco Operacional:** revê a adequação dos procedimentos internos, do suporte humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra

exposto, com base em processos de auto-avaliação, controlos dos erros operacionais e em auditorias internas e externas programadas;

▲ **Risco Tecnológico:** supervisiona adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspetos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução;

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e adotar ações sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das atividades do Banco.

Devido à natureza do negócio, os erros operacionais ocorrem ocasionalmente. Constitui um objetivo da estrutura de governação acima identificada, e dos

departamentos internos, garantir o cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o capital e estratégia de negócio. Tendo em vista o apoio a este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais ao Conselho de Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade. Os dados recolhidos são extensos e permitem uma análise detalhada das perdas operacionais reais por tipo de evento, linha de negócio, por impacto, e por montantes médios ou específicos.

Um aspeto chave no controlo dos riscos operacionais e manutenção de perdas operacionais evitáveis a níveis aceitáveis, é parte da cultura de identificação e mitigação riscos do Banco. É encorajada a comunicação dos problemas operacionais, quer potenciais quer reais, ao Conselho de Administração e a sua resolução pró-ativa.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

O Banco trabalha com o objetivo de assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas são seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam. Como referido anteriormente, o ICAAP e os controlos diários de riscos endereçam a capacidade de garantir a sustentabilidade do Banco numa base financeira.

No que respeita ao risco operacional, o Banco assenta a implementação de um Plano de Continuidade de Negócio em dois pilares: a continuidade de operações na sua sede e a continuidade de operações do seu principal centro de dados. O centro de dados encontra-se instalado há vários anos, efetuando uma replicação *online* de dados críticos entre o centro principal localizado nos subúrbios de

Lisboa e a unidade de continuidade do negócio no Porto. De forma a assegurar a continuidade de operações na sede da forma mais transparente e menos onerosa possível, o cenário de recuperação do Banco baseia-se nas suas duas maiores agências, as quais se encontram equipadas de forma a acomodar os colaboradores essenciais num cenário de emergência. São efetuados testes envolvendo os diferentes departamentos do Banco, que visam testar a adequação e fiabilidade das operações remotas a partir destas localizações.

Compliance e Auditoria Interna

Na qualidade de instituição bancária cujo negócio envolve ativos financeiros, o respeito pela regulação e pelo património dos clientes é central ao modelo de negócio. A função de *Compliance* assume um papel chave no banco e constitui uma parte integrante da cultura interna. Neste âmbito, o Conselho de Administração considera o *Compliance* como mais do que o simples cumprimento das leis, regulamentos e práticas de mercado, na medida em que a história tem mostrado que a perceção sobre os comportamentos que são aceitáveis pode alterar com o tempo. Os Colaboradores são seleccionados tanto com base nos seus valores como nas suas capacidades e experiências, procurando que a transparência, o respeito pelas regras e o comportamento responsável constituam elementos competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

A função de *Compliance* do Banco é responsável por: (i) garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e os padrões internos de conduta; (ii) promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequado à complexidade dos serviços oferecidos e à dimensão da instituição; (iii) monitorizar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da atividade bancária; e (iv) proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, o *Compliance* é

responsável pela criação dos mecanismos de controlo e deteção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). Compete a esta função, a centralização do reporte e interação com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proativa dos mesmos, um controlo e uma validação prévia dos riscos desses serviços, e a identificação e prevenção ativa de conflitos de interesses.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e diferentes normativos aplicáveis à atividade bancária, bem como de cumprimento do conjunto de procedimentos e políticas relativas às obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com Clientes. No seu conjunto, estes sistemas e procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal, limitações à sua atividade e expansão e perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma perceção negativa da imagem pública do Banco.

A Auditoria Interna desempenha um papel central no sistema de controlo interno do Banco, através de inspeções regulares baseadas nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, e tendo em vista os riscos inerentes às várias atividades e negócios do BIG.

A função de Auditoria Interna é objetiva e imparcial e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de quaisquer debilidades nos processos de controlo e políticas de gestão de risco, procurando garantir a conformidade com procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos

pelo Banco. As inspeções cobrem todas as áreas de negócio e operacionais, e as respetivas conclusões são reportadas diretamente ao Conselho de Administração.

Aplicação de resultados do Banco de Investimento Global, S.A.

No exercício de 2015, o Banco de Investimento Global, S.A. teve um lucro consolidado de € 74.509.179,05 (setenta e quatro milhões quinhentos e nove mil cento e setenta e nove euros e cinco cêntimos) e um lucro individual de € 74.854.897,56 (setenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa e sete euros e cinquenta e seis cêntimos). O Conselho de Administração propõe que, relativamente ao exercício de 2015, seja distribuído um dividendo de € 0,12 (doze cêntimos de euro) a cada uma das 156.000.000 ações representativas do capital social em 31 de Dezembro de 2015 com direito a dividendo, dos quais € 0,08 / ação foram distribuídos e pagos antecipadamente em Novembro de 2015. O dividendo por ação proposto implica uma distribuição de resultados correspondente a 25,01% do lucro individual do exercício. Nas contas individuais, o Banco de Investimento Global, S.A. deverá, nos termos do n.º 1 do artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, destinar 10% dos lucros líquidos à formação da reserva legal. Assim, no exercício do disposto no artigo 30º, n.º 1 dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe a seguinte proposta de aplicação do lucro individual do exercício:

Aplicação do lucro

individual	74.854.897,56 €
Reserva Legal	7.485.489,76 €
Dividendos	18.719.688,24 €
Reserva Livre	48.649.719,56 €

Lisboa, 9 de Março de 2016

O Conselho de Administração,

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues
Presidente e *Chief Executive Officer*

Nicholas Leo Racich
Vice-Presidente e *Chief Operating Officer*

Mário João Abreu Galhardo Bolota
Vogal

Paulo José Caramelo de Figueiredo
Vogal

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho
Vogal



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, SA (“Banco”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.542.063 milhares euros e um total de capital próprio de 276.364 milhares de euros, o qual inclui um resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco de 74.509 milhares de euros), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação do Relatório do Conselho de Administração (consolidado) e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório do Conselho de Administração (consolidado) com as demonstrações financeiras consolidadas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião


7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco de Investimento Global, SA, em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

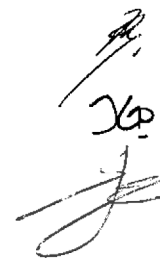
8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório do Conselho de Administração (consolidado) é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras Consolidadas



Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração (consolidado) e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Banco de Investimento Global, S.A. ("Banco") relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco e das suas filiais mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração de fluxos de caixa consolidados e as correspondentes Notas explicativas, contemplados com o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada do Banco, dos seus resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório do Conselho de Administração (consolidado) é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração (consolidado);

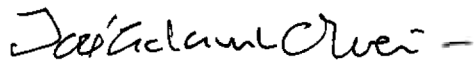
ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Grupo com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

21 de março 2016

O Conselho Fiscal

O Presidente



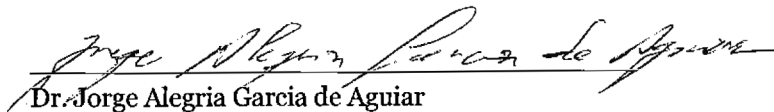
Dr. José Galamba de Oliveira

O Vogal



Dr. Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira

O Vogal



Dr. Jorge Alegria Garcia de Aguiar

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	4	43.864.633	43.413.633
Juros e encargos similares	4	(20.131.320)	(18.275.136)
Margem financeira		23.733.313	25.138.497
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1.518.443	660.850
Rendimentos de serviços e comissões	6	15.411.154	18.328.776
Encargos com serviços e comissões	6	(2.708.893)	(6.886.202)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(48.340.414)	(77.640.615)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	155.096.427	183.743.886
Resultados de reavaliação cambial	9	1.502.189	11.256.872
Resultados de alienação de outros ativos	10	2.986.000	14.786.033
Outros resultados de exploração	11	(491.846)	(13.260)
Proveitos operacionais		148.706.373	169.374.837
Custos com pessoal	12	(23.363.479)	(24.124.063)
Gastos gerais administrativos	14	(12.261.590)	(9.276.997)
Depreciações e amortizações	24 e 25	(1.291.237)	(1.028.013)
Provisões líquidas de anulações	31	(2.764.774)	(10.255.955)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	(66.745)	(35.423)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	(1.351.042)	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	22 e 27	(6.200)	(174.042)
Custos operacionais		(41.105.067)	(44.894.493)
Resultado operacional		107.601.306	124.480.344
Resultados de associadas		-	175.774
Resultado antes de impostos		107.601.306	124.656.118
Impostos			
Correntes	33	(32.507.084)	(41.849.894)
Diferidos	33	(585.043)	(277.027)
Resultado líquido do exercício		74.509.179	82.529.197
Resultados por ação básicos	15	0,56	0,79
Resultados por ação diluídos	15	0,56	0,79

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	2015	2014
Resultado líquido do exercício		74.509.179	82.529.197
Outro rendimento integral do exercício			
Items que não serão reclassificados para resultados			
Desvio atuarial do fundo de pensões	13	-	(2.339.789)
		-	(2.339.789)
Items que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Ativos Financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício	35	(58.232.160)	(6.963.534)
Impostos diferidos	33	17.178.488	1.631.290
Impostos correntes	33	-	227.708
Diferenças cambiais	35	108.680	-
		(40.944.992)	(5.104.536)
Total do rendimento integral do exercício		33.564.187	75.084.872

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	2015	2014
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	45.282.891	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	32.479.874	59.616.513
Ativos financeiros detidos para negociação	18	18.092.996	27.839.715
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	1.001.084.470	1.090.978.403
Aplicações em instituições de crédito	20	4.550.498	557.883
Crédito a clientes	21	376.820.146	136.162.160
Derivados de cobertura	23	1.962.129	-
Ativos não correntes detidos para venda	22	-	20.000
Ativos tangíveis	24	15.377.548	15.355.337
Ativos intangíveis	25	2.628.396	638.556
Ativos por impostos correntes	26	912.603	-
Ativos por impostos diferidos	33	20.895.766	4.302.321
Outros ativos	27	21.976.102	63.417.166
Total de Ativo		1.542.063.419	1.444.516.643
Passivo			
Recursos de bancos centrais	28	165.006.597	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1.699.119	5.614.424
Recursos de outras instituições de crédito	29	171.219.515	108.264.379
Recursos de clientes	30	885.485.867	804.736.461
Derivados de cobertura	23	923.005	22.842.895
Provisões	31	17.696.784	14.932.010
Passivos por impostos correntes	26	-	14.225.919
Outros passivos	34	23.668.131	32.358.311
Total de Passivo		1.265.699.018	1.183.147.392
Capital			
Capital	35	156.000.000	104.000.000
Prémios de emissão	35	1.362.281	1.362.281
Ações próprias	35	(2.326)	(152.977)
Reserva de justo valor	35	(48.229.428)	(7.284.436)
Outras reservas e resultados transitados		105.204.487	96.514.926
Resultado líquido do exercício		74.509.179	82.529.197
Dividendos antecipados	35	(12.479.792)	(15.599.740)
Total de Capital		276.364.401	261.369.251
Total de Passivo e Capital		1.542.063.419	1.444.516.643

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total de capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	104.000.000	1.362.281	(1.084.393)	(2.179.900)	10.603.394	48.343.250	58.627.760	(12.479.792)	207.192.600
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(6.963.534)	-	-	-	-	(6.963.534)
Desvios atuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(2.339.789)	-	-	(2.339.789)
Impostos diferidos	-	-	-	1.631.290	-	-	-	-	1.631.290
Impostos correntes	-	-	-	227.708	-	-	-	-	227.708
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.529.197	-	82.529.197
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(5.104.536)	-	(2.339.789)	82.529.197	-	75.084.872
Distribuição do resultado do exercício de 2013									
Transferência para reservas	-	-	-	-	5.845.926	34.062.145	(39.908.071)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.719.689)	12.479.792	(6.239.897)
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de ações próprias	-	-	931.416	-	-	-	-	-	931.416
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(15.599.740)	(15.599.740)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	104.000.000	1.362.281	(152.977)	(7.284.436)	16.449.320	80.065.606	82.529.197	(15.599.740)	261.369.251
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(58.232.160)	-	-	-	-	(58.232.160)
Impostos diferidos	-	-	-	17.178.488	-	-	-	-	17.178.488
Diferenças cambiais	-	-	-	108.680	-	-	-	-	108.680
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	74.509.179	-	74.509.179
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(40.944.992)	-	-	74.509.179	-	33.564.187
Distribuição do resultado do exercício de 2014									
Transferência para reservas	-	-	-	-	8.234.076	52.455.485	(60.689.561)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(21.839.636)	15.599.740	(6.239.896)
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de ações próprias*	-	-	150.651	-	-	-	-	-	150.651
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(12.479.792)	(12.479.792)
Aumento de capital	52.000.000	-	-	-	-	(52.000.000)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	156.000.000	1.362.281	(2.326)	(48.229.428)	24.683.396	80.521.091	74.509.179	(12.479.792)	276.364.401

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		45.489.475	47.416.551
Juros e custos pagos		(21.056.477)	(18.133.458)
Serviços e comissões		8.609.973	15.836.406
Contribuições para o fundo de pensões		(1.212.104)	(4.316.254)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(35.382.428)	(25.299.905)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(491.846)	(251.868)
		(4.043.407)	15.251.472
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		359.134	(31.178.927)
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação		23.494.248	154.784
Aplicações em instituições de crédito		(3.994.762)	34.972.383
Recursos de bancos centrais		(15.000.000)	50.000.000
Recursos de instituições de crédito		63.120.211	(34.996.598)
Crédito a clientes		(240.648.387)	60.658.554
Recursos de clientes		81.047.308	125.971.115
Derivados para gestão de risco		(88.425.416)	(40.142.405)
Outros ativos e passivos operacionais		37.191.404	(44.610.645)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(146.899.667)	136.079.733
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(47.647.835)	(44.822.874)
		(194.547.502)	91.256.859
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		1.518.443	660.850
Ativos financeiros disponíveis para venda		186.795.874	(43.208.708)
Compra de imobilizações		(3.295.315)	(576.575)
		185.019.002	(43.124.433)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Ações próprias		-	931.416
Dividendos de ações ordinárias pagos		(18.719.688)	(21.839.636)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(18.719.688)	(20.908.220)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(28.248.188)	27.224.206
Caixa e equivalentes no início do período		61.302.976	31.821.106
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		1.124.985	2.257.664
Caixa e equivalentes no fim do período		34.179.773	61.302.976
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(28.248.188)	27.224.206
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	1.699.899	1.686.463
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	32.479.874	59.616.513
Total		34.179.773	61.302.976

▲ NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de dezembro de 1998, tendo iniciado a sua atividade bancária no dia 1 de março de 1999. O Banco tem por objeto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco detinha uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A. (ONETIER). Em novembro de 2014 o Banco recomprou uma participação de 65,24% na ONETIER aos restantes acionistas, passando a deter 100% do capital social desta sociedade. Esta aquisição foi efetuada a um preço por ação de 0,94 euros, a que correspondeu um preço total de 9.811.590 euros. Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de novembro de 1999, e tem por objeto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indireto de exercício de atividades económicas.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de setembro de 2008, e tem por objeto principal a realização de atividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adotadas na União Europeia.

As *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com as *IFRS*, tal como adotadas na União Europeia até 31 de dezembro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2015 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e obrigações cujo risco de taxa de juro se encontra a ser coberto por derivados na componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *IFRS* requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 9 de março de 2016.

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, resultados, e outros rendimentos integrais do BiG e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BiG) e os resultados e outros rendimentos integrais atribuíveis ao Grupo, referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto, embora nunca mais de 50%, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

2.2. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado, as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os: (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

A cobertura poderá ser de dois tipos variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

Cobertura de justo valor consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um ativo e passivo reconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício.

Cobertura de fluxos de caixa, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível (i) a um risco particular de ativo ou passivo reconhecido (ii) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será mensurado no capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- ▲ À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura prospetiva;
- ▲ Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- ▲ A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios da exigibilidade da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado em resultados pelo período de vida útil remanescente do item coberto.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão estritamente relacionados com o resto do contrato e com as características do instrumento financeiro subjacente. Os derivados embutidos são reavaliados ao justo valor através de resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes, pelo seu valor nominal, de acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O crédito a clientes será desreconhecido do balanço quando: (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido das perdas por imparidade.

O Grupo apresenta nesta rubrica operações de RMBS (*residential mortgage backed securities*). Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os juros são registados na rubrica de margem financeira.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando exista evidência objetiva que indique que um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial, tenham um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos.

Mensalmente o Grupo avalia se uma exposição ou grupo de exposições têm evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos que ocorram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade em base individual, o Grupo considera os seguintes fatores como evidência objetiva de imparidade:

- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou atividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida no futuro;
- ▲ potenciais alterações de montante e prazos de recuperação estimado devido a dificuldades financeiras do cliente.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

O Grupo utiliza o procedimento de write-off, quando o crédito é considerado definitivamente incobrável (e.g. decisão de tribunal) ou o Grupo decida proceder a um perdão de dívida ou ceder o seu direito sobre os créditos a terceiros.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

▲ *Ativos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, adquiridos com o objetivo principal de serem transaccionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros detidos para negociação.

▲ *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto no que diz respeito a ativos financeiros detidos para negociação, caso em que os custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

As aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Estes ativos serão desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações de justo valor reconhecidas em reservas, até que os ativos financeiros sejam desreconhecidos ou identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos financeiros são reconhecidas no caso das ações em reservas, e no caso de instrumentos de dívida em resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é calculado com base no seu preço de compra cotado em mercado regulado. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando um modelo de valorização que tem por base um conjunto de *providers* que apresentam cotações que o Grupo considera representativos do justo valor.

Os instrumentos de capital para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registradas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento tenha um impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. No caso de se tratar de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda por imparidade diminua, e essa diminuição estiver objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que este critério não se aplica e o aumento de justo valor é reconhecido em Reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emite.

Quando existe a substituição de um passivo financeiro por outro com a mesma contraparte, em termos diferentes ou substancialmente alterados dos que inicialmente tenham sido estabelecidos esta substituição ou alteração é tratada como um desconhecimento do passivo inicial e um novo passivo é reconhecido.

O passivo financeiro será desconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando o direito ao seu recebimento é declarado.

Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal exercível de compensar os montantes reconhecidos e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal exercível não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser exercível no decurso normal da atividade do Grupo assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou contraparte.

2.9. Ativos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

2.10. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens, conforme abaixo:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Sempre que exista indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o Grupo estima o seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para o efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas por imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear pelo período de vida útil estimado de três anos.

2.12. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no *IAS 17 – Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, sendo capitalizadas ao menor entre o justo valor dos bens locados e os pagamentos mínimos contratualizados pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados ao menor entre a vida útil dos bens, e o período de locação.

Na ótica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer residual não garantido a favor do Grupo. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global, S.A. (Banco) estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um suplemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

O Banco tem vindo a assegurar os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas assembleias gerais de 8 de abril de 2005 e de 5 de abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma;

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem diferentes naturezas (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou-se que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente sido verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passará a abranger todos os titulares do órgão de administração e trabalhadores do Banco.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter um registo para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face a responsabilidades futuras.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões.

Plano de Benefício Definido

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com base em ações

O plano de remuneração com opções sobre ações (*stock options*) permite aos empregados adquirir ações do BiG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviço (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

As remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fidedigna do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para cumprimento das obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixam de se observar.

2.15. Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e as bases fiscais para o efeito, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovada, e utilizando a taxa de imposto em cada jurisdição do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovadas, e utilizando as taxas de imposto à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- ▲ quando obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitem;
- ▲ quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os rendimentos de serviços e comissões são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda, utilizando o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros detidos para negociação são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. No caso da taxa de juro fixa a taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento. Os rendimentos são reconhecidos na medida em que é provável que o seu benefício económico flui para o Grupo.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações próprias ordinárias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias emitidas é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, com risco imaterial de flutuação de justo valor, onde se incluem a caixa as disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é declarado.

2.21. Normas e interpretações ainda não adotadas

Na nota 42 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adotadas pelo Grupo.

2.22. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do *IFRS 8*, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 3

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. Consideraram-se os seguintes *triggers* para determinação de imparidade:

- ▲ Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- ▲ Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	De ativos/passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de aplicações	54.455	-	54.455	46.508	-	46.508
Juros de títulos disponíveis para venda	38.417.567	-	38.417.567	38.390.405	-	38.390.405
Juros de disponibilidades	6.448	-	6.448	12.577	-	12.577
Juros de crédito a clientes	4.260.572	-	4.260.572	3.898.829	-	3.898.829
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	532.777	532.777	-	409.181	409.181
Outros juros e rendimentos similares	592.814	-	592.814	656.133	-	656.133
	43.331.856	532.777	43.864.633	43.004.452	409.181	43.413.633
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de clientes	8.320.231	-	8.320.231	12.968.002	-	12.968.002
Juros de recursos de instituições de crédito	708.546	-	708.546	598.066	-	598.066
Juros de recursos de bancos centrais	102.558	-	102.558	277.139	-	277.139
Outros juros e encargos similares	10.999.985	-	10.999.985	4.431.929	-	4.431.929
	20.131.320	-	20.131.320	18.275.136	-	18.275.136
	23.200.536	532.777	23.733.313	24.729.316	409.181	25.138.497

NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica, no montante de 1.518.443 euros (31 de dezembro de 2014: 660.850 euros) é composta por dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	3.396.726	12.499.392
Por serviços prestados	3.972.537	3.815.619
Outros rendimentos de serviços e comissões	5.458.155	313.255
Por comissões de retrocesso	1.662.694	1.137.195
Por serviços de assessoria financeira	916.464	555.117
Por compromissos perante terceiros	2.275	4.475
Por garantias prestadas	2.303	3.723
	15.411.154	18.328.776
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	1.020.280	1.056.108
Outros encargos com serviços e comissões	737.507	4.830.662
Por serviços bancários de terceiros	427.968	401.327
Por garantias recebidas	897	1.285
Por operações sobre instrumentos financeiros	522.241	596.820
	2.708.893	6.886.202
	12.702.261	11.442.574

NOTA 7 RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6.376.287	2.736.500	3.639.787	1.951.132	191.182	1.759.950
De outros emissores	699.573	487.926	211.647	1.363.032	300.346	1.062.686
Ações	5.279.392	3.708.946	1.570.446	5.655.403	7.827.893	(2.172.490)
Outros títulos de rendimento variável	489.076	98.869	390.207	9.041	26.927	(17.886)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	6.155.879	6.841.521	(685.642)	3.858.281	14.166.329	(10.308.048)
Contratos sobre taxas de juro	53.680.266	80.735.943	(27.055.677)	14.836.472	80.760.772	(65.924.300)
Contratos sobre ações/índices	16.156.730	16.977.725	(820.995)	17.975.193	17.580.313	394.880
Outros	53.748.000	14.794.791	38.953.209	62.411.763	9.215.205	53.196.558
Derivados de cobertura	26.752.780	91.296.176	(64.543.396)	19.145.721	74.777.686	(55.631.965)
	169.337.983	217.678.397	(48.340.414)	127.206.038	204.846.653	(77.640.615)

NOTA 8 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	150.060.035	14.738.252	135.321.783	158.273.014	1.412.298	156.860.716
De outros emissores	13.121.295	347.473	12.773.822	23.728.089	571.685	23.156.404
Ações	5.576.132	640.328	4.935.804	3.756.976	30.210	3.726.766
Outros	2.231.845	166.827	2.065.018	-	-	-
	170.989.307	15.892.880	155.096.427	185.758.079	2.014.193	183.743.886

Os ganhos registados nesta rubrica são resultantes da alienação essencialmente de obrigações, as perdas são referentes à alienação de títulos de dívida pública de países da zona euro.

NOTA 9 RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica é composta por ganhos, no montante de 1.502.189 euros dos quais 8.029.507 euros relativos a ganhos com reavaliação cambial à vista e 6.527.318 euros relativos a perdas provenientes de reavaliação cambial a prazo (31 de dezembro de 2014: 11.256.872 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 10 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
Operações financeiras		
Outras perdas	(105.822)	(10.891)
Outros ganhos	3.080.897	14.796.924
Operações não financeiras	10.925	-
	2.986.000	14.786.033

Os ganhos de Operações financeiras registados nesta rubrica são referentes, essencialmente, à amortização de RMBS classificados como Crédito a clientes (nota 21).

NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	94.790	83.372
Reembolsos de despesas	362	1.312
Outros	675.435	1.182.926
	770.587	1.267.610
Outros custos de exploração		
Impostos diretos e indiretos	861.148	786.710
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	26.706	137.343
Quotizações e donativos	113.438	266.427
Outros	261.141	90.390
	1.262.433	1.280.870
Outros resultados de exploração	(491.846)	(13.260)

A rubrica Outros proveitos de exploração – Outros é composta essencialmente por serviços prestados referentes ao sistema multibanco.

NOTA 12 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
Remunerações	11.242.261	13.396.327
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos	-	1.229.002
de Contribuições definidas (nota 13)	930.857	757.710
Encargos sociais obrigatórios	2.426.063	2.381.583
Outros custos com o pessoal	8.764.298	6.359.441
	23.363.479	24.124.063

Em 31 de dezembro de 2015 estavam registados custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração, no valor de 10.824.649 euros (31 de dezembro de 2014: 14.465.601 euros).

A 31 de dezembro de 2015 foi constituída uma provisão no montante de 2.428.754 euros que corresponde à estimativa de base atuarial do compromisso assumido pelo Banco na sequência do plano de benefício definido.

A rubrica Outros custos com o pessoal é composta por seguros saúde, seguros vida, entre outros.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da instituição com funções diretivas podem ser analisados como segue:

	2015	2014
Benefícios a curto prazo de empregados	4.408.841	3.130.282
Benefícios pós-emprego	233.371	208.767
Outros benefícios a longo prazo	17.462	15.732
	4.659.675	3.354.781

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de dezembro de 2015 e 2014 analisa-se como segue:

	2015	2014
Funções específicas	139	112
Funções de chefia	36	38
Funções diretivas	36	29
Funções administrativas	8	7
Funções auxiliares	3	3
	222	189

NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco assegura os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de um plano de Pensões de contribuição definida.

Para além da contribuição base, durante o ano de 2015, o Banco efetuou uma contribuição adicional (incentivo) de valor igual ao da contribuição voluntária dos colaboradores, com um limite máximo de 4,5% do vencimento base mensal.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco reconheceu como custo o montante total de 930.857 euros (31 de dezembro de 2014: 757.710 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida, sendo que 161.685 euros são relativos à contribuição adicional (incentivo).

O Banco tem vindo a assegurar os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas assembleias gerais de 8 de abril de 2005 e de 5 de abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração da sociedade ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma;

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem uma diferente natureza (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passou a abranger todos os titulares do órgão de administração da sociedade e trabalhadores do Banco.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter uma conta de reserva para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face aos benefícios definidos estabelecidos para os participantes do anterior plano de benefício definido.

Os participantes no Plano de Benefícios Definidos eram 6 colaboradores em atividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos eram de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco efetuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, até 2012, encontrava-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimado destes colaboradores. A taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda na qual os benefícios serão pagos.

A 31 de dezembro de 2015 foi constituída uma provisão no montante de 2.428.754 euros que corresponde à estimativa de base atuarial do compromisso assumido pelo Banco na sequência do plano de benefício definido.

Plano de remunerações com base em ações do BiG

Em 31 de dezembro de 2015, os programas de opções sobre ações do BiG apresentavam as seguintes principais características:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções	Número de ações por opção
2005	Nov-2018	9.000.000	1,00	2.266.621	1,96
2007	Mar-2020	1.824.000	1,00	77.400	1,76
2007	Mar-2020	66.800	1,00	10.020	1,67
2007	Mar-2020	15.600	1,00	1.632	1,66
2010	Mar-2023	65.000	1,00	43.550	1,67
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	6.350.000	1,94
2013	Jul-2026	1.473.250	1,00	1.453.250	1,58
2013	Jan-2027	5.000.000	1,00	4.500.000	1,58
2013	Abr-2027	200.000	1,00	200.000	1,58

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

Ajustamento técnico

Em 2015, na sequência do aumento de capital social por incorporação de reservas livres do Banco, no montante de 52.000.000 euros, realizado em 17 de junho de 2015, procedeu-se a um ajustamento técnico aos programas de opções sobre ações do BiG que visou assegurar que o referido aumento de capital não tivesse impacto no justo valor das opções sobre ações do BiG.

Conforme previsto no regulamento dos programas de opções sobre ações do BiG destinados a colaboradores e órgãos sociais, em caso de eventos societários com impacto no valor destes instrumentos, deverá proceder-se ao correspondente ajustamento no preço de exercício e no número de ações que poderão ser subscritas por cada opção.

Em linha com estas disposições, a Assembleia Geral de Acionistas de 23 de abril de 2015 deliberou, em simultâneo com a aprovação do aumento de capital por incorporação de reservas, a revisão e alteração dos termos dos programas atuais de opções sobre ações, por forma a que o justo valor das opções não se alterasse em resultado do aumento de capital.

Neste enquadramento, o ajustamento técnico foi determinado através da metodologia de valorização das opções abaixo descrita e consistiu na conjugação das seguintes medidas: (i) redução do preço de exercício em todos os programas de opções para 1,00 euro, correspondente ao valor nominal das ações do BiG e (ii) aumento do número ações que cada opção possibilita subscrever, em proporção necessária para assegurar a manutenção do justo valor das opções após o aumento de capital.

O ajustamento técnico e a valorização das opções foram objeto de revisão e validação por uma entidade independente.

A redução no número de opções em 2015 deve-se à saída de colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2014, os programas de opções sobre ações do BiG apresentavam as seguintes principais características:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções	Número de ações por opção
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	2.266.621	1,00
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	77.400	1,00
2007	Mar-2020	66.800	1,34	10.020	1,00
2007	Mar-2020	15.600	1,35	1.632	1,00
2010	Mar-2023	65.000	1,28	43.550	1,00
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	6.350.000	1,00
2013	Jul-2026	1.473.250	1,40	1.473.250	1,00
2013	Jan-2027	5.000.000	1,40	4.500.000	1,00
2013	Abr-2027	200.000	1,40	200.000	1,00

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

As opções caducam, individualmente, após o decurso de dez anos a partir das respetivas datas de vencimento.

Os regulamentos relativamente ao plano de remunerações com base em ações, mantiveram-se substancialmente iguais, desde 2005, exceto no que se refere às datas de vencimento e ao financiamento. Por norma os vencimentos são distribuídos por 3 anos, exceto no caso dos Órgãos Sociais que se vencem após 3 anos da sua atribuição. O prazo de caducidade, 10 anos após o primeiro vencimento, manteve-se inalterado. Tendo em consideração que o Banco não é cotado, o exercício das opções ocorre apenas quando o Banco realiza um aumento de capital, o que pode não coincidir com a comunicação de intenção de exercício por parte dos titulares das opções.

Metodologia de valorização das opções

A valorização das opções sobre ações do BiG baseia-se na adoção de metodologias de mercado internacionalmente aceites e tem em consideração as características específicas dos programas de opções sobre ações do BiG e dados de mercado.

Para efeitos da aplicação do modelo de valorização das opções, o valor das ações do BiG é estimado com base numa conjugação das metodologias de *Discounted Cash Flows to Equity*, de Múltiplos de Mercado e de *Adjusted Book Value* baseado no modelo de Gordon.

NOTA 14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
Fornecimentos	1.296.843	1.338.722
Rendas e alugueres	1.081.847	621.379
Comunicações	560.117	534.186
Deslocações, estadas e representação	422.719	397.060
Publicidade e edição de publicações	3.352.705	1.923.228
Serviços especializados		
Avenças e honorários	138.881	138.691
Informática	2.630.122	2.563.533
Segurança e vigilância	172.424	157.681
Informações	604.723	389.430
Bancos de dados	25.502	18.781
Mão de obra eventual	62.051	28.884
Outros serviços especializados	1.672.771	929.187
Outros	240.885	236.235
	12.261.590	9.276.997

Os honorários do exercício de 2015 e 2014 relativos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2015	2014
Serviços de Auditoria e Revisão legal de contas	73.000	67.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função do Revisor Oficial de Contas	32.000	32.000
	105.000	99.000

NOTA 15 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

	2015	2014
Resultado líquido atribuível aos acionistas do banco	74.509.179	82.529.197
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	132.065.753	104.000.000
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	(2.199)	(1.732)
Número médio de ações ordinárias em circulação	132.063.554	103.998.268
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do banco (em euros)	0,56	0,79

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Conselho de Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado conforme referido na nota 35.

NOTA 16 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	1.699.899	1.686.463
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	43.582.992	43.942.126
	45.282.891	45.628.589

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de bancos centrais. De acordo com o regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de bancos centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2015 inclui uma reserva média obrigatória de 8.512.300 euros que corresponde ao período de manutenção de 9 de dezembro de 2015 a 26 de janeiro de 2016.

NOTA 17 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	2.314.682	2.568.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	30.165.192	57.047.578
	32.479.874	59.616.513

As instituições depositantes onde o BiG possui disponibilidades têm um elevado *rating*, sendo que no final do exercício 85,6% estas encontram-se em instituições cujo *rating* é *investment grade*. As restantes disponibilidades encontram-se em instituições que não são classificadas (8,8%) ou em instituições cujo *rating* é inferior a *investment grade* (5,5%).

NOTA 18

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.209.310	1.677.565
De outros emissores	4.479.354	10.423.657
Ações	9.141.056	12.081.936
Outros	811.966	174.529
	15.641.686	24.357.687
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2.451.310	3.482.028
	18.092.996	27.839.715
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1.699.119	5.614.424
	1.699.119	5.614.424

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Ativos financeiros detidos para negociação – Títulos, é constituída na íntegra por títulos cotados em bolsas reconhecidas.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	2015			2014		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	19.806.426	44.561	43.698	13.709.115	82.745	82.192
<i>Currency Futures (a)</i>	-	-	-	-	-	-
Contratos sobre ações/índices						
<i>Equity / Index Options</i>	35.745.021	1.911.614	368.957	47.004.488	3.388.378	540.697
<i>Equity/Index Futures (a)</i>	-	-	-	-	-	-
Operações a prazo	167.937.389	495.135	1.286.464	65.892.431	-	4.980.976
Contratos sobre Outros						
Commodity Options	-	-	-	5.248.611	10.905	10.559
	223.488.836	2.451.310	1.699.119	131.854.645	3.482.028	5.614.424

(a) Derivados negociados em mercados organizados cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem junto do intermediário financeiro

Derivados negociados em mercados organizados cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem junto do intermediário financeiro

O valor registado em balanço, na rubrica Instrumentos financeiros derivados, em linha com a nota 2.3. é o justo valor dos derivados, sendo que o nocional encontra-se registado em extrapatrimonial.

O total de nocional de derivados embutidos associados a produtos financeiros complexos encontra-se registado nas classes de *Currency Options* e *Equity/Index Options* e ascende a 42.796.447 euros. O justo valor ativo destes nocionais é de 1.571.309 euros, representando 64,1% do total, e o justo valor passivo é de 412.655 euros, representando 24,3% do total.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a distribuição dos Ativos financeiros detidos para negociação – Títulos por prazos de maturidade residual, é como se segue:

	2015	2014
Títulos		
Até 3 meses	86.129	51.845
De 3 meses a 1 ano	231.291	333.746
De 1 a 5 anos	3.069.425	5.804.470
Mais de 5 anos	2.301.820	5.911.161
Duração indeterminada	9.953.021	12.256.465
	15.641.686	24.357.687

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a distribuição dos Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados, por prazos de maturidade residual, é apresentado como se segue:

	2015		2014	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	176.363.108	(432.636)	78.589.183	(4.880.292)
De 3 meses a 1 ano	35.286.615	619.328	36.045.692	453.815
De 1 a 5 anos	11.839.113	565.499	17.219.770	2.294.081
	223.488.836	752.191	131.854.645	(2.132.396)

NOTA 19

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	736.754.383	518.188	(7.869.559)	-	729.403.012
De outros emissores	345.948.164	1.076.521	(3.828.021)	-	343.196.664
Ações	20.212.932	1.586.299	(410.190)	(3.010.314)	18.378.727
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	1.102.915.479	3.181.008	(12.107.770)	(3.010.314)	1.090.978.403
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	719.022.967	56.873	(60.399.345)	-	658.680.495
De outros emissores	315.127.219	1.374.051	(7.350.466)	-	309.150.804
Ações	11.687.602	-	(508.951)	(1.351.042)	9.827.609
Outros	24.142.535	-	(716.973)	-	23.425.562
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	1.069.980.323	1.430.924	(68.975.735)	(1.351.042)	1.001.084.470

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às ações.

Em 31 de dezembro de 2015, cerca de 72,94% da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda composta por obrigações e outros títulos de rendimento fixo encontrava-se coberta com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendeu a 3,45% (31 de dezembro de 2014: 3,81%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 36.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

2015			2014			
	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	658.680.495	-	658.680.495	729.403.012	-	729.403.012
De outros emissores	309.150.804	-	309.150.804	343.196.664	-	343.196.664
Ações	9.796.801	30.808	9.827.609	18.347.919	30.808	18.378.727
Outos	23.425.562	-	23.425.562	-	-	-
	1.001.053.662	30.808	1.001.084.470	1.090.947.595	30.808	1.090.978.403

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a distribuição dos Ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de maturidade residual é como se segue:

	2015	2014
Até 3 meses	-	1.325.490
De 3 meses a 1 ano	1.808.064	-
De 1 a 5 anos	96.833.470	73.046.952
Mais de 5 anos	869.189.765	998.227.234
Duração indeterminada	33.253.171	18.378.727
	1.001.084.470	1.090.978.403

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2015	2014
Saldo inicial	3.010.314	6.704.263
Dotações	1.351.042	-
Utilizações	(3.010.314)	(3.693.949)
Saldo final	1.351.042	3.010.314

NOTA 20 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	4.510.317	500.000
Empréstimos	40.181	57.883
	4.550.498	557.883

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendeu a 0,04% (31 de dezembro de 2014: 0,71%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até 3 meses	1.992.529	500.000
De 3 meses a 1 ano	2.517.788	-
De 1 a 5 anos	40.181	57.883
	4.550.498	557.883

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existe imparidade alocada a aplicações em instituições financeiras.

NOTA 21 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	62.171	1.571.907
Créditos em conta corrente	3.222.444	1.187.471
Descobertos	11.988	567
Locação financeira	252.492	210.304
Outro crédito especializado	23.383	34.802
A particulares		
Créditos em conta corrente	12.742.485	11.284.087
Habitação	5.833.830	5.157.810
Locação financeira	950.692	882.850
Descobertos	26.480	30.613
Outro crédito especializado	1.105.683	998.200
	24.231.648	21.358.611
Crédito ao exterior		
A empresas		
Créditos em conta corrente	-	7.450
Descobertos	1.216	33
A particulares		
Créditos em conta corrente	541.393	978.491
Habitação	319.937	207.396
Descobertos	7.311	828
	869.857	1.194.198
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Emitida por residentes	34.587.368	7.924.896
Emitida por não residentes	317.190.280	105.678.909
	351.777.648	113.603.805
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	199.671	197.479
	199.671	197.479
	377.078.824	136.354.093
Imparidade de crédito a clientes	(258.678)	(191.933)
Crédito a clientes	376.820.146	136.162.160

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica Crédito em conta corrente reflete o crédito concedido ao abrigo da “conta margem”, o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 536.517 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito

e Sociedades Financeiras (31 de dezembro de 2014: 307.292 euros). O crédito concedido ao pessoal chave da instituição com funções diretivas, foi de 1.627.036 euros (31 de dezembro de 2014: 1.483.877 euros).

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendeu a 1,43% (31 de dezembro de 2014: 2,68%).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até 3 meses	16.581.986	15.007.146
De 3 meses a 1 ano	103.535	47.524
De 1 a 5 anos	1.436.996	1.331.259
Mais de 5 anos	358.756.636	119.770.685
Duração indeterminada	199.671	197.479
	377.078.824	136.354.093

Os movimentos ocorridos na imparidade de crédito a clientes são apresentados como se segue:

	2015	2014
Saldo inicial	191.933	187.802
Dotações	66.745	35.423
Utilizações	-	(31.292)
Saldo final	258.678	191.933

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2015	2014
Taxa variável	376.924.092	136.107.799
Taxa fixa	154.732	246.294
	377.078.824	136.354.093

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	16.533	6.716
De 3 meses a 1 ano	82.827	33.361
De 1 a 5 anos	1.003.456	986.307
Mais de 5 anos	211.926	174.743
	1.314.742	1.201.127
Juros vincendos		
Até 3 meses	56	24
De 3 meses a 1 ano	1.770	522
De 1 a 5 anos	84.692	84.539
Mais de 5 anos	25.040	22.888
	111.558	107.973
Capital vincendo		
Até 3 meses	16.477	6.692
De 3 meses a 1 ano	81.057	32.839
De 1 a 5 anos	918.764	901.768
Mais de 5 anos	186.886	151.855
	1.203.184	1.093.154

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2015							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfólio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	126.003	125.977	355.351.342	5.502	355.477.345	131.479	355.345.866
Particulares	73.668	47.597	21.527.811	79.602	21.601.479	127.199	21.474.280
Total	199.671	173.574	376.879.153	85.104	377.078.824	258.678	376.820.146

2014							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfólio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	265.179	127.299	116.477.060	4.943	116.742.239	132.242	116.609.997
Particulares	143.158	30.025	19.468.696	29.666	19.611.854	59.691	19.552.163
Total	408.337	157.324	135.945.756	34.609	136.354.093	191.933	136.162.160

No seguimento do encerramento do mercado primário periférico de *RMBS* em 2008/2009, esta classe de ativos deixou de transacionar em condições de normalidade no mercado secundário durante o ano 2011. Este fenómeno ficou explicitamente patente após o segundo trimestre do ano, quando deixaram de existir preços pronta e regularmente disponíveis. Neste sentido, e em consonância com o parágrafo AG71 da norma IAS 39, as emissões de *RMBS* deixaram objetivamente de se qualificar como cotadas num mercado ativo. Adicionalmente, em linha com os parágrafos 50 E) e F) da norma IAS 39, o Grupo tendo capacidade e intenção de deter estes ativos no futuro previsível ou até à maturidade, procedeu à sua reclassificação, transferindo-os da categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes com data de 1 de julho de 2011, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Na data da transferência				Dezembro 2014		Dezembro 2015	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor dos cash flows futuros ^{a)}	Taxa efetiva ^{b)}	Valor de mercado ^{c)e)}	Reserva justo valor ^{d)e)}	Valor de mercado ^{c)e)}	Reserva justo valor ^{d)e)}
De Ativos financeiros disponíveis para venda	141.499.455	132.512.478	(9.316.514)	201.040.279	5,28%	41.310.813	570.506	38.015.883	229.538

^{a)} Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

^{b)} A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

^{c)} Este montante representa o valor de mercado caso os títulos se tivessem mantido na carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda. Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota acima, são valores sem suporte de transacções efetivas no mercado, em virtude de este se encontrar inativo.

^{d)} Esta reserva representa a variação da reserva de justo valor caso os títulos se mantivessem na carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda.

^{e)} Respeita a títulos transferidos de Ativos disponíveis para venda para Crédito a clientes, em carteira nesta data.

NOTA 22 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica Ativos não correntes detidos para venda apresentava um saldo de 45.500 euros referente a um imóvel disponível para venda imediata para o qual o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 25.500 euros. No decorrer de 2015, o referido imóvel foi alienado.

NOTA 23 DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

2015							
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Variação de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço
<i>Interest Rate Swap</i>	Instrumentos de dívida	153.111.601	1.039.124	23.882.019	7.080.058	(14.077.793)	201.277.225
<i>Futuros</i>	Instrumentos de dívida	322.900.000	-	3.055.648	(3.257.036)	(21.732.430)	504.683.023
		476.011.601	1.039.124	26.937.667	3.823.022	(35.810.223)	705.960.248

(1) Inclui juro corrido

2014							
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Variação de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço
<i>Interest Rate Swap</i>	Instrumentos de dívida	338.000.000	(22.842.895)	(21.115.650)	21.157.851	(16.612.397)	412.088.390
<i>Futuros</i>	Instrumentos de dívida	230.100.000	-	(6.779.268)	18.475.394	(13.150.555)	446.950.711
		568.100.000	(22.842.895)	(27.894.918)	39.633.245	(29.762.952)	859.039.101

(1) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (nota 7).

À data de 31 de dezembro de 2015, as obrigações de taxa fixa da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda, estavam cobertas com *Swaps* de taxa de juro, em euros e dólares, e com futuros sobre obrigações de dívida pública da Zona Euro, com maturidades compreendidas entre os dez e trinta anos. Trata-se de uma cobertura de risco de taxa de juro. A ineficácia desta cobertura era de 1,6%.

NOTA 24 ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	3.462.809	2.847.846
De serviço próprio	15.074.418	15.368.292
	18.537.227	18.216.138
Equipamento		
Equipamento informático	5.480.060	5.087.995
Mobiliário e material	1.110.508	971.167
Instalações e interiores	2.072.753	2.072.753
Equipamento de segurança	168.938	158.385
Máquinas e ferramentas	140.372	113.955
Outros equipamento	221.293	210.897
Material de transporte	79.023	3.514
	9.272.947	8.618.666
Ativos tangíveis em curso		
Equipamento informático	9.498	-
Material de transporte	36.970	-
Equipamento de segurança	3.816	-
	50.284	-
	27.860.458	26.834.804
Imparidade	(301.115)	(301.115)
Depreciação acumulada	(12.181.795)	(11.178.352)
	15.377.548	15.355.337

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	18.204.520	8.564.335	-	26.768.855
Adições	11.619	54.330	-	65.949
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	18.216.139	8.618.665	-	26.834.804
Adições	321.089	654.280	50.284	1.025.653
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	18.537.228	9.272.945	50.284	27.860.457
Depreciações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.584.041	6.775.595	-	10.359.636
Amortizações do exercício	355.990	590.726	-	946.716
Imparidade do exercício	173.115	-	-	173.115
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.113.146	7.366.321	-	11.479.467
Amortizações do exercício	386.238	617.205	-	1.003.443
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.499.384	7.983.526	-	12.482.910
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015	14.037.844	1.289.419	50.284	15.377.547
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014	14.102.993	1.252.344	-	15.355.337

NOTA 25 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	7.868.993	7.169.783
Outras imobilizações	2.581.583	1.009.493
	10.450.576	8.179.276
Ativos intangíveis em curso		
Sistema de tratamento automático de dados	6.334	7.169.783
	6.334	7.169.783
	10.456.910	
Amortização acumulada	(7.828.514)	(7.540.720)
	2.628.396	638.556

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	7.005.496	586.747	-	7.592.243
Adições	164.287	422.746	-	587.033
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	7.169.783	1.009.493	-	8.179.276
Adições	699.210	1.572.090	6.334	2.277.634
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7.868.993	2.581.583	6.334	10.456.910
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6.872.226	586.747	-	7.458.973
Amortizações do exercício	81.297	450	-	81.747
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.953.523	587.197	-	7.540.720
Amortizações do exercício	287.794			287.794
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7.241.317	587.197	-	7.828.514
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015	627.676	1.994.386	6.334	2.628.396
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014	216.260	422.296	-	638.556

NOTA 26 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Estimativa de imposto do exercício	(33.614.660)	(42.308.625)
Pagamentos por conta	34.085.521	27.757.120
Retenções na fonte	441.742	325.586
Ativos / (Passivos) por impostos correntes	912.603	(14.225.919)

NOTA 27 OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	214.213	2.622.947
Aplicações - Contas caução	14.264.226	49.548.195
Setor público administrativo	58.060	102.901
Devedores diversos	2.925.788	1.429.926
Devedores e outras aplicações	165.376	29.389
Outros ativos	133.899	133.899
	17.761.562	53.867.257
Perdas por imparidade para outros ativos	(34.787)	(28.587)
	17.726.775	53.838.670
Despesas com custo diferido	295.008	635.178
Rendimentos a receber	751.701	882.793
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	2.544.015
Outras operações a regularizar	3.202.618	5.516.510
	3.202.618	8.060.525
	21.976.102	63.417.166

A rubrica Aplicações – Conta caução é referente a colaterais mantidos junto de contrapartes para negociação em instrumentos derivados.

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

A rubrica Outros respeita essencialmente a operações que estavam por liquidar à data de 31 de dezembro.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade para outros ativos são apresentados como se segue:

	2015	2014
Saldo inicial	28.587	27.660
Dotações	27.364	1.610
Reversões	(21.164)	(683)
Saldo final	34.787	28.587

NOTA 28 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2015 o montante de 165.006.597 euros (31 de dezembro de 2014: 180.172.993 euros) desta rubrica respeita a recursos do Sistema Europeu de bancos centrais, integralmente colaterizados por títulos das carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda e Crédito a clientes (*Residential Mortgage Backed Securities*), conforme descrito na nota 36.

O prazo de vencimento destes recursos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era até 3 meses.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendeu a 0,05% (31 de dezembro de 2014: 0,16%).

NOTA 29 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
No país		
Depósitos	82.728.440	43.258.516
	82.728.440	43.258.516
No estrangeiro		
Depósitos	6.319.695	8.081.251
Empréstimos	82.171.380	56.924.612
	88.491.075	65.005.863
	171.219.515	108.264.379

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendeu a 0,28% (31 de dezembro de 2014: 0,67%).

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito pode ser analisado como se segue:

	2015	2014
Até 3 meses	171.219.515	94.144.554
De 3 meses a 1 ano	-	14.119.825
De 1 a 5 anos	-	-
	171.219.515	108.264.379

NOTA 30 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à ordem	315.113.085	245.717.024
Depósitos a prazo	519.022.094	503.532.070
Outros	51.350.688	55.487.367
	885.485.867	804.736.461

A rubrica Outros respeita essencialmente a depósitos indexados e produtos financeiros complexos.

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até 3 meses	658.471.320	550.590.724
De 3 meses a 1 ano	204.720.685	210.956.146
De 1 a 5 anos	22.293.862	43.189.591
	885.485.867	804.736.461

NOTA 31 PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	4.701.055
Dotações	10.275.000
Reversões	(19.045)
Utilizações	(25.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	14.932.010
Dotações	2.783.173
Reversões	(18.399)
Utilizações	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	17.696.784

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Grupo.

NOTA 32 PASSIVOS CONTINGENTES – FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:

- a. Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
- b. Contribuições iniciais das instituições participantes;
- c. Contribuições periódicas das instituições participantes;
- d. Importâncias provenientes de empréstimos;
- e. Rendimentos de aplicações de recursos;
- f. Liberalidades; e
- g. Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos. Em 2015 a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 69.786 euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,015%.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante, 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700 milhões de euros, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante, 3.823 milhões de euros, necessário ao financiamento da medida de resolução adotada, teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Recentemente, em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:

- i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;

- ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade BES Finance, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
- iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências associadas a litígios.

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Decorrente das deliberações referidas acima, também o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo.

Apesar de à data do balanço estas situações representarem passivos contingentes, e por isso não sujeitas a registo contabilístico nas demonstrações financeiras do Grupo, o Conselho de Administração decidiu desde já reconhecer, na rubrica de provisões para riscos bancários gerais, uma provisão para fazer face a eventuais contingências desta natureza, no montante de aproximadamente 9.000.000 euros (31 de dezembro de 2014: 8.000.000 euros).

NOTA 33 IMPOSTOS

O Banco e as suas subsidiárias determinaram o montante do seu imposto corrente sobre os rendimentos para os exercícios de 2015 e 2014 tendo por base uma taxa nominal de imposto de 21% e 23% respetivamente, acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Municipal. Para o ano de 2015 e 2014 é aplicada uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual, ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros é aplicada uma taxa de 5%, e ao rendimento tributável superior a 35 milhões de euros aplica-se 7%.

O Grupo determinou o montante dos seus impostos diferidos para os exercícios de 2015 e 2014 com base numa taxa nominal de 21%, acrescida de uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual é também aplicada, ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros uma taxa de 5%, e ao rendimento tributável superior a 35 milhões de euros aplica-se 7% (em 2013 a derrama estadual aplicada foi de 5% ao rendimento tributável superior a 7,5 milhões de euros). Esta taxa de imposto estava em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo e das suas subsidiárias durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como seguem:

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.573.533	3.395.046
Outros	322.233	907.275
Imposto diferido ativo / (passivo) líquido	20.895.766	4.302.321
Movimento do imposto no ano	16.593.445	2.234.415

O movimento do imposto diferido em 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015			2014		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	17.178.487	17.178.487	-	2.030.194	2.030.194
Fundo de Pensões	-	-	-	(133.264)	(398.904)	(532.168)
Outros	(585.042)	-	(585.042)	(81.758)	818.147	736.389
	(585.042)	17.178.487	16.593.445	(215.022)	2.449.437	2.234.415

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2015	2014
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	-	227.708
Imposto diferido	17.178.487	2.449.437
	17.178.487	2.677.145
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(32.870.743)	(41.991.961)
De exercícios anteriores	363.659	142.067
	(32.507.084)	(41.849.894)
Imposto diferido	(585.043)	(277.027)
	(33.092.127)	(42.126.921)
	(15.913.640)	(39.449.776)

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2015 e 2014 pode ser analisada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		107.601.306		124.656.118
Resultado apurado com base na taxa de imposto	27,5%	29.590.359	29,5%	36.773.555
Fundo de pensões	-	-	0,11%	133.264
Correções nos casos de crédito de imposto	-	-	0,01%	16.356
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	1,35%	1.451.856	2,87%	3.576.846
Benefícios fiscais	-0,05%	(48.372)	-0,03%	(42.927)
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,15%	159.009	0,10%	119.595
Contribuição sobre o setor bancário	0,19%	205.304	0,15%	181.253
Outros	1,61%	1.733.971	1,10%	1.368.979
	30,29%	33.092.127	33,79%	42.126.921

NOTA 34 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	369.095	1.940.179
Recursos diversos	510.000	1.630.000
Setor público administrativo	1.107.550	1.058.050
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.081	2.081
Outros credores	138.272	125.947
	2.126.998	4.756.257
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	10.162.637	10.343.208
Outros encargos a pagar	4.374.688	8.522.654
	14.537.325	18.865.862
Receitas com rendimento diferido	25.714	21.548
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	6.978.094	8.714.644
	6.978.094	8.714.644
	23.668.131	32.358.311

A rubrica Outras operações a regularizar respeita essencialmente a operações que estavam por liquidar à data de 31 de dezembro.

NOTA 35 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, AÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 o capital do Banco encontra-se representado por 156.000.000 ações (31 de dezembro de 2014: 104.000.000 ações), com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em junho de 2015 foi realizado um aumento de capital social, por incorporação de reservas, no valor de 52.000.000 euros – passando assim de 104.000.000 euros para 156.000.000 euros – com a emissão de cinquenta e dois milhões de novas ações, com o valor nominal de 1 euro cada uma, e que foi aprovado por deliberação da Assembleia Geral do Banco realizada em 23 de abril de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2015	2014
António da Silva Rodrigues	12,39%	12,39%
Adger – SGPS, S.A.	10,96%	10,58%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	9,94%	9,94%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	9,93%	9,93%
Nicholas Leo Racich	5,31%	5,31%
JRI – SGPS, S.A.	5,00%	5,00%
Bâloise Vie Luxembourg S.A.	4,81%	1,26%
Oceangest - Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	4,62%	0,00%
Helena Adelina S. L. Marques Carmo	2,01%	2,01%
Leonid Pavlovitch Ranchinskiy	0,36%	2,09%
Edimo - Gestão e Investimentos, S.A.	0,00%	4,62%
Outros	34,67%	36,87%
	100,00%	100,00%

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os prémios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se aos prémios pagos pelos acionistas nos aumentos de capital realizados.

Ações próprias

O movimento ocorrido nas ações próprias é analisado como segue:

	2015		2014	
	Nº de ações	Valor	Nº de ações	Valor
Ações próprias				
Saldo no início do ano	2.598	2.326	1.732	2.326
Saldo no final do ano	2.598	2.326	1.732	2.326
Empréstimos para aquisição ações próprias				
Saldo no início do ano	112.135	150.651	868.656	1.082.067
Movimento	(112.135)	(150.651)	(756.521)	(931.416)
Saldo no final do ano	0	-	112.135	150.651
Saldo final	2.598	2.326	113.867	152.977

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é analisada da seguinte forma:

	2015	2014
Custo dos ativos financeiros disponíveis para venda (nota 19) (1)	1.069.980.323	1.102.915.479
Perdas por imparidade (nota 19)	(1.351.042)	(3.010.314)
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda (nota 19)	1.001.084.470	1.090.978.403
Reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(71.367.834)	30.706.483
Reserva de justo valor associada à macro cobertura de risco de taxa de juro	3.823.023	(39.633.245)
Reserva de justo valor de ativos financeiros ao custo amortizado (nota 21)	(2.033.021)	(2.418.911)
Diferenças cambiais	108.679	-
Impostos diferidos	20.573.532	3.395.044
Impostos correntes	666.193	666.193
	(48.229.428)	(7.284.436)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às ações.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2015 e 2014 é analisado da seguinte forma:

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	(7.284.436)	(2.179.900)
Variação de justo valor	(58.232.160)	(6.882.016)
Reserva de justo valor de associadas	-	(81.518)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	-	227.708
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	17.178.488	1.631.290
Diferenças cambiais	108.680	-
	(40.944.992)	(5.104.536)
Saldo em 31 de Dezembro	(48.229.428)	(7.284.436)

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Dividendos antecipados

O Conselho de Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado, no valor de 0,08 euros por ação, em novembro de 2015, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de janeiro de 2015 a 30 de setembro de 2015.

NOTA 36 CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	662.489.104	801.651.193
Garantias e avales	98.473	84.860
	662.587.577	801.736.053
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avales	5.590.843	6.022.424
Outras	447.675	378.389
Garantias reais		
Títulos	60.319.031	47.863.689
Créditos	6.942.994	4.912.101
Valores imobiliários	7.199.620	8.369.631
	80.500.163	67.546.234
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidade potencial para com o		
Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	674.614
Contratos a prazo de depósitos	-	10.232.544
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	53.209.530	68.332.791
	53.884.144	79.239.949
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	1.466.235.134	1.458.198.763
Por valores administrados pela instituição	136.760.682	45.447.819
Por cobrança de valores	15.654	2.100
	1.603.011.470	1.503.648.682

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica Ativos dados em garantia inclui:

- ▲ Títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 772.590 euros (31 de dezembro de 2014: 747.180 euros);
- ▲ Títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de bancos centrais no montante de 530.992.227 euros (31 de dezembro de 2014: 731.974.924 euros). Os ativos dados em garantia correspondem a uma *pool* de títulos, dos quais apenas 165.000.000 euros estão dados como colateral em operações de liquidez (31 de dezembro de 2014: 180.000.000 euros);
- ▲ Outros títulos dados em garantia 130.724.287 euros (31 de dezembro de 2014: 68.929.089 euros).

NOTA 37 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 são consideradas partes relacionadas as entidades que o Grupo direta ou indiretamente controla ou sobre as quais exerce uma influência significativa e as entidades que controlam ou exercem uma influência significativa sobre a gestão do Grupo. A 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo não tem acionistas com influência significativa. A estrutura acionista do Grupo pode ser consultada na nota 35.

Nos exercícios findos em 2015 e 2014, o montante global dos ativos, passivos, proveitos e custos relativos a transações efetuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Membros do Conselho de Administração	486.043	2.146.374	312.408	4.271.670
Fundo de Pensões de Colaboradores	123	6.241.835	130	6.865.975

NOTA 38 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Custo amortizado	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado (nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total de valor de balanço	Justo valor
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.282.891	-	-	-	45.282.891	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.479.874	-	-	-	32.479.874	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1.209.310	-	-	1.209.310	1.209.310
De outros emissores	-	4.479.354	-	-	4.479.354	4.479.354
Ações	-	9.141.056	-	-	9.141.056	9.141.056
Outros	-	811.966	-	-	811.966	811.966
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	44.561	-	44.561	44.561
Contratos sobre ações/índices	-	-	1.911.614	-	1.911.614	1.911.614
Operações a prazo	-	-	495.135	-	495.135	495.135
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	658.680.495	-	-	658.680.495	658.680.495
De outros emissores	-	309.150.804	-	-	309.150.804	309.150.804
Ações	-	9.796.801	-	30.808	9.827.609	9.827.609
Outros	-	23.425.562	-	-	23.425.562	23.425.562
Aplicações em instituições de crédito	4.550.498	-	-	-	4.550.498	4.550.498
Crédito a clientes ^{a)}	376.820.146	-	-	-	376.820.146	359.761.871
Ativos financeiros	459.133.409	1.016.695.348	2.451.310	30.808	1.478.310.875	1.461.252.600
Recursos de bancos centrais	165.006.597	-	-	-	165.006.597	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	43.698	-	43.698	43.698
Contratos sobre ações/índices	-	-	368.957	-	368.957	368.957
Operações a prazo	-	-	1.286.464	-	1.286.464	1.286.464
Recursos de outras instituições de crédito	171.219.515	-	-	-	171.219.515	171.219.515
Recursos de clientes	885.485.867	-	-	-	885.485.867	885.485.867
	1.221.711.979	-	1.699.119	-	1.223.411.098	1.223.411.098
31 de Dezembro de 2014						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.628.589	-	-	-	45.628.589	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	59.616.513	-	-	-	59.616.513	59.616.513
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1.677.565	-	-	1.677.565	1,677,565
De outros emissores	-	10.423.657	-	-	10.423.657	10.423.657
Ações	-	12.081.936	-	-	12.081.936	12.081.936
Outros	-	174.529	-	-	174.529	174.529
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	82.745	-	82.745	82.745
Contratos sobre ações/índices	-	-	3.388.378	-	3.388.378	3.388.378
Outros	-	-	10.905	-	10.905	10.905
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	729.403.012	-	-	729.403.012	729.403.012
De outros emissores	-	343.196.664	-	-	343.196.664	343.196.664
Ações	-	18.347.919	-	30.808	18.378.727	18.378.727
Aplicações em instituições de crédito	557.883	-	-	-	557.883	557.883
Crédito a clientes ^{a)}	136.162.160	-	-	-	136.162.160	143.003.130
Ativos financeiros	241.965.145	1.115.305.282	3.482.028	30.808	1.360.783.263	1.367.624.233
Recursos de bancos centrais	180.172.993	-	-	-	180.172.993	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	82.192	-	82.192	82.192
Contratos sobre ações/índices	-	-	540.697	-	540.697	540.697
Operações a prazo	-	-	4.980.976	-	4.980.976	4.980.976
Outros	-	-	10.559	-	10.559	10.559
Recursos de outras instituições de crédito	108.264.379	-	-	-	108.264.379	108.264.379
Recursos de clientes	804.736.461	-	-	-	804.736.461	804.736.461
	1.093.173.833	-	5.614.424	-	1.098.788.257	1.098.788.257

^{a)} Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota 21, são valores sem suporte de transações efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inativo.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de mercado (nível 1) – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2) – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e cotações de índices. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3) – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2015 não foram efetuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos ativos e passivos.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados, utiliza-se o respetivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização estão descritos abaixo.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2015 e 2014, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2015		2014	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,100	0,250	0,080	0,030
1 mês	-0,205	0,430	0,018	0,171
3 meses	-0,131	0,613	0,078	0,256
6 meses	-0,040	0,846	0,171	0,363
9 meses	0,004	--	0,245	--
1 ano	0,060	1,178	0,325	0,629
3 anos	0,060	1,416	0,220	1,299
5 anos	0,331	1,737	0,360	1,772
7 anos	0,620	1,951	0,528	2,041
10 anos	1,001	2,202	0,812	2,283
15 anos	1,397	2,418	1,148	2,507
20 anos	1,565	2,532	1,321	2,620
25 anos	1,603	2,589	1,412	2,671
30 anos	1,613	2,619	1,461	2,700

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2015 e 2014, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2015		2014	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	1,12	1,64	0,59	1,92
5 anos	4,01	3,00	3,47	2,88
7 anos	4,09	4,65	2,33	4,63
10 anos	6,38	4,82	4,91	4,37

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2015 e 2014, e respetivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2015	2014	Volatilidades %		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,089	1,214	10,766	11,640	11,211
EUR/GBP	0,734	0,779	9,379	10,189	9,005
EUR/JPY	131,070	145,230	8,695	9,215	10,062
EUR/CHF	1,084	1,202	5,759	5,996	19,078

A evolução dos principais índices de ações, para os anos 2015 e 2014, e respetivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre ações e índices de ações, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica %		Volatilidade implícita %	
	2015	2014	Variação %	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	5.313,17	4.798,99	10,7	16,81	21,40	20,50	20,50
Eurostoxx	3.267,52	3.146,43	3,9	23,39	23,14	23,02	23,02
DAX	10.743,01	9.805,55	9,6	25,48	24,38	21,94	21,94
S&P	2.043,94	2.058,90	-0,7	16,33	18,56	15,48	15,48
Nasdaq 100	4.593,27	4.236,28	8,4	17,70	21,08	17,89	17,89
Dow Jones Ind.	17.425,03	17.823,07	-2,2	16,14	17,98	14,86	14,86

Crédito a clientes

Considerando que a carteira do Grupo é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Recursos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 39 GESTÃO DE RISCO DE ATIVIDADE

Enquadramento

O Grupo procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório de Gestão do Conselho de Administração.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Grupo estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- ▲ Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- ▲ Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;
- ▲ Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- ▲ Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- ▲ *Value at Risk (VaR)*;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos ou portfolio;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ *Basis Point Values*;
- ▲ Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress (Economic Value e de Earnings at Risk)* e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- ▲ *Back testing*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção do Conselho de Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das exposições do Banco. Enquanto política, o Banco procura quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspetos do negócio, de modo a ter uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia e *stress testing*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjetivos aos quais o Grupo pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- ▲ Risco de liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos ativos e passivos;
- ▲ Risco de taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;
- ▲ Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos ativos subjacentes e volatilidade;
- ▲ Risco de taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- ▲ Cobertura de risco: resultante da gestão da exposição a mudanças de preços dos ativos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Grupo calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da

volatilidade um horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exatas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentado conforme segue:

	2015				2014			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	222.329	146.657	333.914	1.592	47.547	113.981	535.687	8.236
Risco taxa de juro	26.617	324.903	1.894.602	19.545	40.207	106.969	733.704	9.982
Ações	38.231	140.456	356.978	21.671	101.809	123.519	285.301	12.621
Opções	30.524	92.988	273.919	13.629	103.922	135.915	405.209	28.790
Efeito da diversificação	13%	29%			14%	46%		
VaR Total	274.812	497.033	1.763.575	68.375	252.557	260.993	692.458	40.043

A gestão de *VaR* para as diferentes carteiras de *trading* manteve-se dentro dos limites estabelecidos para 2015. A exposição alocada às carteiras de ações, produtos estruturados e FX Cambial na vertente de *trading* manteve-se em linha com os níveis registados no ano de 2014.

Análise de sensibilidade

No âmbito da análise de sensibilidade aos índices acionistas detidos em carteira, ou dos índices acionistas para os quais tenhamos ações em carteira do respetivo índice, é apresentada de seguida a variação dos preços dos mesmos, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Cotação			Volatilidade histórica %	
	2015	2014	Variação %	1 mês	3 meses
DAX	10.743,01	9.805,55	9,6	25,48	24,38
IBEX 35	9.544,20	10.279,50	(7,2)	22,88	22,19
CAC 40	4.637,06	4.272,75	8,5	22,42	23,18
AEX	441,82	424,47	4,1	22,77	22,77
FTSE MIB	21.418,37	19.011,96	12,7	23,16	23,72
PSI20	5.313,17	4.798,99	10,7	16,81	21,40
Eurostoxx	3.267,52	3.146,43	3,8	23,39	23,14
S&P	2.043,94	2.058,90	(,7)	16,33	18,56
ESTX Banks €	127,87	134,51	(4,9)	22,38	23,90
ESTX Oil&Gas € Pr	271,36	282,73	(4,0)	28,93	28,70
ESTX Telecomm € Pr	363,26	330,65	9,9	26,53	27,47

Com o intuito de analisar o impacto que um choque no preço dos índices acionistas tem nas ações da carteira de negociação procedeu-se a uma análise de sensibilidade dos mesmos. Enquadrada nesta análise aplicou-se um choque de +/- 10% em todos os índices, e para cada ação ponderou-se a amplitude do choque pelo Beta da ação com o respetivo índice de referência.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 10% nos índices acionistas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

Impacto resultante de um choque nos índices acionistas	2015		2014	
	+10%	-10%	+10%	-10%
DAX	10.816	(10.816)	407	(407)
IBEX 35	2.430	(2.430)	(5.452)	5.452
CAC 40	354	(354)	(559)	559
AEX	(4.759)	4.759	(191)	191
FTSE MIB	199	(199)	(1.368)	1.368
PSI20	(25.779)	25.779	427.454	(427.454)
Eurostoxx	(6.276)	6.276	84.506	(84.506)
S&P	28.309	(28.309)	(42.845)	42.845
ESTX Banks €	16.063	(16.063)	33.542	(33.542)
Total do impacto	21.357	(21.357)	495.494	(495.494)

Stress Testing

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Grupo procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam ao Conselho de Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, são desenvolvidos testes nas carteiras detidas pelo Grupo assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a exposição do Banco e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados ativos subjacentes de classes de ativos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Atualmente, o Grupo utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 96 *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do Grupo quando admitimos cenários extremos no mercado de crédito e nos *Armagedon Stress Test Debt*. Estes testes de esforço são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

A estratégia do Grupo assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer ativo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Grupo pode ser convertido em liquidez no curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Grupo é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das atividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos ativos e passivos do Balanço do Grupo encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

2015							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.282.891	-	-	-	-	-	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.479.874	-	-	-	-	-	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação	-	952.831	1.114.939	3.770.385	2.301.820	9.953.021	18.092.996
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.808.064	96.833.470	869.189.765	33.253.171	1.001.084.470
Aplicações em instituições de crédito	-	1.992.529	2.517.788	40.181	-	-	4.550.498
Crédito a clientes	-	16.581.986	103.535	1.436.996	358.756.636	199.671	377.078.824
Derivados de cobertura	-	-	-	-	1.962.129	-	1.962.129
	77.762.765	19.527.346	5.544.326	102.081.032	1.230.248.221	43.405.863	1.478.569.553
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	165.006.597	-	-	-	-	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.299.337	264.321	135.461	-	-	1.699.119
Recursos de outras instituições de crédito	29.819.537	141.399.978	-	-	-	-	171.219.515
Recursos de clientes	315.113.085	343.358.235	204.720.685	22.293.862	-	-	885.485.867
Derivados de Cobertura	-	-	-	-	923.005	-	923.005
	344.932.622	651.064.147	204.985.006	22.429.323	923.005	-	1.224.334.103
2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.628.589	-	-	-	-	-	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	59.616.513	-	-	-	-	-	59.616.513
Ativos financeiros detidos para negociação	-	234.958	1.268.875	8.168.256	5.911.161	12.256.465	27.839.715
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.325.490	-	73.046.952	998.227.234	18.378.727	1.090.978.403
Aplicações em instituições de crédito	-	500.000	-	57.883	-	-	557.883
Crédito a clientes	-	15.007.146	47.524	1.331.259	119.770.685	197.479	136.354.093
	105.245.102	17.067.594	1.316.399	82.604.350	1.123.909.080	30.832.671	1.360.975.196
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	180.172.993	-	-	-	-	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação	-	5.063.405	481.315	69.704	-	-	5.614.424
Recursos de outras instituições de crédito	39.836.403	54.308.151	14.119.825	-	-	-	108.264.379
Recursos de clientes	245.717.024	304.873.700	210.956.146	43.189.591	-	-	804.736.461
Derivados de Cobertura	-	-	-	-	22.842.895	-	22.842.895
	285.553.427	544.418.249	225.557.286	43.259.295	22.842.895	-	1.121.631.152

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos proveitos ou no capital do Grupo causados por movimentos dos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros fatores.

A exposição dos ativos e passivos suscetíveis a risco de taxa de juro por maturidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se apresentada na tabela abaixo:

2015				
Banda Temporal	Carteira (1)		Extra-patrimonial (2)	
	<i>Ativo</i>	<i>Passivo</i>	<i>Ativo</i>	<i>Passivo</i>
à vista - 1 mês	290.762.070	528.862.809	-	-
1 - 3 meses	213.086.511	474.333.282	55.117.058	-
3 - 6 meses	53.298.525	172.296.512	98.005.461	-
6 - 12 meses	329.020	36.686.363	-	-
1 - 2 anos	991.567	14.058.339	-	-
2 - 3 anos	819.285	4.100.913	-	-
3 - 4 anos	1.907.366	3.266.798	-	-
4 - 5 anos	22.427.633	867.812	-	-
5 - 7 anos	38.262.473	-	-	-
7 - 10 anos	271.421.633	-	-	54.516.382
10 - 15 anos	30.775.989	-	-	275.840.000
15 - 20 anos	14.656.627	-	-	-
> 20 anos	501.764.612	-	-	283.637.612
Total	1.440.503.311	1.234.472.828	153.122.519	613.993.994

2014				
Banda Temporal	Carteira (1)		Extra-patrimonial (2)	
	<i>Ativo</i>	<i>Passivo</i>	<i>Ativo</i>	<i>Passivo</i>
à vista - 1 mês	231.882.193	509.812.052	-	-
1 - 3 meses	188.049.103	322.068.549	25.019.121	-
3 - 6 meses	32.978.817	133.841.584	313.077.860	-
6 - 12 meses	314.912	99.378.937	-	-
1 - 2 anos	758.477	32.062.041	-	-
2 - 3 anos	20.009	3.859.627	-	-
3 - 4 anos	2.696.859	2.102.912	-	-
4 - 5 anos	20.850	4.542.828	-	-
5 - 7 anos	212.964.017	-	-	-
7 - 10 anos	77.406.932	-	-	206.955.345
10 - 15 anos	13.507.844	-	-	207.838.000
15 - 20 anos	140.020.200	-	-	-
> 20 anos	467.653.256	-	-	293.621.512
Total	1.368.273.469	1.107.668.530	338.096.981	708.414.857

(1) Ativos disponíveis para venda, carteira de retalho e RMBS

(2) Instrumentos de cobertura para risco de taxa de juro

Análise de sensibilidade

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

	2015				2014			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de dezembro	(23.766.398)	23.766.398	(12.089.539)	12.089.539	(17.671.803)	17.671.803	(8.747.913)	8.747.913
Em 30 de junho	(16.459.235)	16.459.235	(8.264.374)	8.264.374	(3.221.286)	3.221.286	(1.931.051)	1.931.051

Risco de Re-ricing dos Ativos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontram-se apresentados conforme se segue:

2015						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.282.891	45.282.891	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.479.874	32.479.874	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	18.092.996	9.953.021	952.831	1.114.939	3.770.385	2.301.820
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.001.084.470	33.253.171	-	1.808.064	96.833.470	869.189.765
Aplicações em instituições de crédito	4.550.498	-	1.992.529	2.517.788	40.181	-
Crédito a clientes	377.078.824	199.671	16.581.986	103.535	1.436.996	358.756.636
Derivados de cobertura	1.962.129	-	-	-	-	1.962.129
Total	1.478.569.553	121.168.628	19.527.346	5.544.326	102.081.032	1.230.248.221
Recursos de bancos centrais	165.006.597	-	165.006.597	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.699.119	-	1.299.337	264.321	135.461	-
Recursos de outras instituições de crédito	171.219.515	29.819.537	141.399.978	-	-	-
Recursos de clientes	885.485.867	315.113.085	343.358.235	204.720.685	22.293.862	-
Derivados de cobertura	923.005	-	-	-	-	923.005
Total	1.224.334.103	344.932.622	651.064.147	204.985.006	22.429.323	923.005
GAP (Ativos - Passivos)	254.235.450	(223.763.994)	(631.536.801)	(199.440.680)	79.651.709	1.229.325.216

2014						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.628.589	45.628.589	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	59.616.513	59.616.513	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	27.839.715	12.256.465	234.958	1.268.875	8.168.256	5.911.161
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.090.978.403	18.378.727	1.325.490	-	73.046.952	998.227.234
Aplicações em instituições de crédito	557.883	-	500.000	-	57.883	-
Crédito a clientes	136.354.093	197.479	15.007.146	47.524	1.331.259	119.770.685
Total	1.360.975.196	136.077.773	17.067.594	1.316.399	82.604.350	1.123.909.080
Recursos de bancos centrais	180.172.993	-	180.172.993	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	5.614.424	-	5.063.405	481.315	69.704	-
Recursos de outras instituições de crédito	108.264.379	39.836.403	54.308.151	14.119.825	-	-
Recursos de clientes	804.736.461	245.717.024	304.873.700	210.956.146	43.189.591	-
Derivados de cobertura	22.842.895	-	-	-	-	22.842.895
Total	1.121.631.152	285.553.427	544.418.249	225.557.286	43.259.295	22.842.895
GAP (Ativos - Passivos)	239.344.044	(149.475.654)	(527.350.655)	(224.240.887)	39.345.055	1.101.066.185

Risco Cambial

Nos mercados cambiais registou-se um aumento dos níveis de volatilidade para os principais pares de moedas. Esta tendência verificou-se ao longo do ano de 2015, sendo que para o fecho do ano a volatilidade histórica para o período de um ano foi sempre superior à registada no final de 2014.

Durante o ano de 2015, a expectativa relativamente à taxa de juro de referência do Euro foi de manutenção, tendo-se situado em níveis mínimos históricos de 0,05%, em linha com o já registado no final do ano de 2014. Relativamente às taxas de câmbio do Euro face às principais divisas, de salientar a desvalorização do Euro face ao Dólar durante todo o ano de 2015. Esta desvalorização está em linha com a tendência já registada no final do ano de 2014. De salientar ainda a desvalorização do Euro face à libra esterlina e face ao franco suíço, no decorrer do ano de 2015.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme se segue:

	2015				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Ativo por moeda					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.253.058	19.648	7.649	2.536	45.282.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20.851.762	7.268.899	3.162.281	1.196.932	32.479.874
Ativos financeiros detidos para negociação	16.676.873	1.200.252	93.703	122.168	18.092.996
Ativos financeiros disponíveis para venda	789.661.789	179.016.821	31.426.280	979.580	1.001.084.470
Aplicações em instituições de crédito	540.181	-	-	4.010.317	4.550.498
Crédito a clientes	376.817.537	2.609	-	-	376.820.146
Derivados de cobertura	1.361.453	600.676	-	-	1.962.129
Ativos tangíveis	15.000.013	-	-	377.535	15.377.548
Ativos intangíveis	2.620.456	-	-	7.940	2.628.396
Ativos por impostos correntes	904.880	-	-	7.723	912.603
Ativos por impostos diferidos	20.895.766	-	-	-	20.895.766
Outros ativos	20.800.947	177.505	904.174	93.476	21.976.102
Total de Ativo	1.311.384.715	188.286.410	35.594.087	6.798.207	1.542.063.419
Passivo por moeda					
Recursos de bancos centrais	165.006.597	-	-	-	165.006.597
Passivos financeiros detidos para negociação	1.699.119	-	-	-	1.699.119
Recursos de outras instituições de crédito	160.754.571	10.464.944	-	-	171.219.515
Recursos de clientes	841.622.842	43.425.419	176.962	260.644	885.485.867
Derivados de cobertura	923.005	-	-	-	923.005
Provisões	17.696.784	-	-	-	17.696.784
Outros passivos	21.858.697	840.994	939.669	28.771	23.668.131
Total de Passivo	1.209.561.615	54.731.357	1.116.631	289.415	1.265.699.018
Ativo - Passivo líquido por moeda	101.823.100	133.555.053	34.477.456	6.508.792	276.364.401

2014					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Ativo por moeda					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.597.797	24.203	6.454	135	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.718.461	18.514.937	1.584.079	1.799.036	59.616.513
Ativos financeiros detidos para negociação	25.821.165	1.634.907	383.643	-	27.839.715
Ativos financeiros disponíveis para venda	956.432.106	134.546.297	-	-	1.090.978.403
Aplicações em instituições de crédito	557.883	-	-	-	557.883
Crédito a clientes	136.162.160	-	-	-	136.162.160
Ativos não correntes detidos para venda	20.000	-	-	-	20.000
Ativos tangíveis	15.355.337	-	-	-	15.355.337
Ativos intangíveis	638.556	-	-	-	638.556
Ativos por impostos diferidos	4.302.321	-	-	-	4.302.321
Outros ativos	54.570.430	8.754.867	325	91.544	63.417.166
Total de Ativo	1.277.176.216	163.475.211	1.974.501	1.890.715	1.444.516.643
Passivo por moeda					
Recursos de bancos centrais	180.172.993	-	-	-	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação	5.614.424	-	-	-	5.614.424
Recursos de outras instituições de crédito	87.535.612	20.728.402	-	365	108.264.379
Recursos de clientes	780.774.438	23.537.308	167.126	257.589	804.736.461
Derivados de cobertura	22.842.895	-	-	-	22.842.895
Provisões	14.932.010	-	-	-	14.932.010
Passivos por impostos correntes	14.225.919	-	-	-	14.225.919
Outros passivos	22.871.456	6.047.983	1.807.368	1.631.504	32.358.311
Total de Passivo	1.128.969.747	50.313.693	1.974.494	1.889.458	1.183.147.392
Ativo - Passivo líquido por moeda	148.206.469	113.161.518	7	1.257	261.369.251

Análise de sensibilidade

O Grupo não especula em mercados cambiais (*FX*) e a utilização dos limites de *VaR* refletem a sua estratégia de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados. Durante o ano de 2015 o Grupo optou também por ter alguns ativos no balanço em dólares (*dívida corporate, dívida soberana dos Estados Unidos e alguma exposição a mercados emergentes*), desta forma a exposição a contratos de futuros de Eurodólar teve por objetivo fazer a cobertura do risco cambial para estes ativos. Ainda que residual, no decorrer do ano de 2015 investiu também nalguns títulos de dívida noutras moedas, nomeadamente libras.

Com o intuito de analisar o impacto de um choque nas taxas cambiais nas exposições detidas na carteira de negociação de *FX* Cambial, aplicou-se um choque de +/- 15% em todas as taxas de câmbio.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 15% nas taxas de câmbio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

2015				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	149.097	100.085	(13.055)	17.662
Dólar Canadano	169.437	112.091	(14.621)	19.781
Franco Suíço	(739.970)	(682.944)	89.080	(120.520)
Coroa Dinamarquesa	951.705	127.530	(16.634)	22.505
Libra Esterlina	15.000	20.438	(2.666)	3.607
Rupia Indiana	70.928.070	984.818	(128.455)	173.791
Real Brasileiro	500.946	116.183	(15.154)	20.503
Coroa Norueguesa	1.475.952	153.697	(20.047)	27.123
Coroa Sueca	574.325	62.498	(8.152)	11.029
Dólar Americano	10.505.533	9.649.612	(1.258.645)	1.702.873
Yene	5.038.593	38.442	(5.014)	6.784
Rand	101.345	5.978	(780)	1.055
Total do impacto			(1.394.143)	1.886.193

2014				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	441.980	298.051	(38.876)	52.597
Dólar Canadano	326.634	232.265	(30.295)	40.988
Franco Suíço	(47.207)	(39.261)	5.121	(6.928)
Coroa Dinamarquesa	1.441.641	193.631	(25.256)	34.170
Libra Esterlina	6.684	8.581	(1.119)	1.514
Rublo Russo	215.420	2.978	(388)	526
Real Brasileiro	277.566	86.182	(11.241)	15.209
Yene	4.403.955	30.324	(3.955)	5.351
Coroa Norueguesa	1.482.499	163.957	(21.386)	28.934
Coroa Sueca	1.470.624	156.566	(20.422)	27.629
Dólar Americano	(1.081.105)	(890.458)	116.147	(157.140)
Nova Lira Turca	3.979	1.405	(183)	248
Total do impacto			(31.853)	43.098

Cobertura de risco

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Grupo depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um ativo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Grupo quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade conhecidas como "gregos" que são termos matemáticos definidos.

De uma maneira geral os níveis de sensibilidade à volatilidade (Vega) mantiveram-se sempre dentro de níveis baixos face aos valores registados em anos anteriores. Contudo, os maiores níveis de sensibilidade tiveram lugar no segundo e terceiro trimestres do ano. Durante este período as oscilações dos níveis de *vega* traduziram não apenas as variações nos valores da volatilidade como também as oscilações nas posições do livro de estruturados.

Analisando as diferentes sensibilidades da carteira de *trading* do Grupo, para o ano de 2015, é verificada de uma forma quase consistente, o perfil longo nos mercados acionistas.

Os valores de delta, foram regra geral, mais baixos do que os registados no ano de 2014. Nos produtos de taxa fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro registou em alguns instantes valores mais baixos face à média anual devido a alguma desalavancagem de balanço. Contudo, de uma maneira geral, estas oscilações de risco foram sendo acompanhadas com uma estratégia de cobertura de risco de taxa de juro via *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

2015

	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(594.320)	(12.601)	(78.542)	(164.961)
Máximo	115.486	64.602	168.435	208.418
Média	(286.143)	17.184	34.535	(5.631)
Desvio padrão	123.232	14.674	42.969	21.268

2014

	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(568.987)	(3.997)	(759.056)	(162.498)
Máximo	(29.108)	130.455	207.973	3.211
Média	(290.932)	40.697	(100.937)	(6.841)
Desvio padrão	123.258	39.493	188.257	11.903

<i>Rho</i>	Sensibilidade da taxa de juro
<i>Vega</i>	Sensibilidade da volatilidade
<i>Delta</i>	Sensibilidade do subjacente
<i>Theta</i>	Sensibilidade ao tempo

Limites e Reporte

Os limites à atividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte ao Conselho de Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas atividades. Estas incluem necessariamente exposição direta a clientes que contraíam empréstimos, exposição direta a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como ativos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às atividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transações individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respetivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada setor ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. No decorrer da atividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do Risco de Crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e diretivas gerais para Risco de Crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- ▲ Análise e controlo do risco da contraparte;
- ▲ Definição de diretivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- ▲ Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos;
- ▲ Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- ▲ Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;
- ▲ Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- ▲ Integridade do processo de aprovação de crédito;
- ▲ Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- ▲ Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição por setores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme se segue:

2015						
	Crédito a Clientes		Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7	-	-	-	-	20.473
Indústrias extrativas	-	-	2.836.479	37.263.577	-	-
Indústrias transformadoras	25	-	1.730.024	36.238.682	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	1.734.342	6.608.358	-	-
Construção	131.801	125.920	283.506	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	144.591	193	2.616.088	6.613.164	-	-
Transportes e armazenagem	543	1	815.617	30.659.808	-	-
Atividades financeiras e de seguros	353.777.741	2.116	4.812.835	171.539.762	1.351.042	-
Atividades imobiliárias	688.112	758	974	-	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	337.505	1.640	551.697	24.999.475	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.448.176	647.858.697	-	-
Atividades de saúde humana e apoio social	104.839	359	2.608	4.054.792	-	-
Crédito à habitação	6.199.199	77.347	-	-	-	-
Crédito a particulares	15.402.081	49.754	-	-	-	-
Outros	292.380	590	1.260.650	36.599.197	-	78.000
	377.078.824	258.678	18.092.996	1.002.435.512	1.351.042	98.473

2014						
	Crédito a Clientes		Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	3.105.223	73.750.659	-	-
Indústrias transformadoras	6.008	-	5.841.570	72.695.033	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	6.216.734	44.731.522	3.010.144	-
Construção	125.908	125.900	261.087	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	161.728	369	4.114.686	12.579.488	-	-
Transportes e armazenagem	5	-	1.427.873	10.987.616	-	-
Atividades financeiras e de seguros	113.612.949	1.274	3.867.481	94.873.194	-	84.860
Atividades imobiliárias	2.278.921	1.667	2.020	-	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	254.161	1.252	94.475	9.194.577	-	-
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.677.565	756.427.244	-	-
Atividades de saúde humana e apoio social	87.123	1.305	2.406	-	-	-
Crédito à habitação	5.410.638	12.288	-	-	-	-
Crédito a particulares	14.201.223	47.796	-	-	-	-
Outros	215.429	82	1.228.595	18.749.384	170	-
	136.354.093	191.933	27.839.715	1.093.988.717	3.010.314	84.860

Exposição a dívida pública de países da Zona Euro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a exposição do Grupo a dívida pública de países da Zona Euro apresenta-se como segue:

	2015		2014	
	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda
Portugal	1.130.085	108.611.220	3.065.820	269.478.000
Espanha	-	295.862.945	-	185.773.914
Grécia	31.740	-	39.618	-
Itália	-	202.797.924	-	256.473.923
Alemanha	11.541	-	-	-
	1.173.366	607.272.089	3.105.438	711.725.837

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Detidos para Negociação é como se segue:

2015					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	4.890	4.939	257	5.197	-
Maturidade superior a 1 ano	995.485	1.092.823	32.319	1.124.888	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	64.635	30.494	1.246	31.740	-
Alemanha					
Maturidade superior a 1 ano	10.500	11.441	99	11.541	-
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	108.596.000	113.317.282	1.928.193	108.611.220	9.410.142
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	221.838.000	293.075.616	2.787.329	295.862.945	31.413.539
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	141.000.000	200.377.920	2.420.004	202.797.924	21.448.089
	472.509.510	607.910.515	7.169.447	608.445.455	62.271.770

2014					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	61.253	61.782	1.675	63.457	-
Maturidade superior a 1 ano	2.766.007	2.958.821	43.542	3.002.363	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	249.464	38.417	1.201	39.618	-
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	250.203.000	264.261.366	5.216.634	269.478.000	(1.532.808)
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	136.423.000	183.919.577	1.854.337	185.773.914	(615.594)
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	216.500.000	247.500.845	3.099.034	256.473.923	(5.248.140)
	606.202.724	698.740.808	10.216.422	714.831.274	(7.396.543)

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Grupo, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de atividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efetivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da atividade em quaisquer circunstâncias.

O objetivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Grupo aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Grupo e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Grupo uma cultura de deteção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proativa de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Grupo tem em curso um projeto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia, e com o objetivo de criar as condições necessárias para uma eventual implementação de métodos de medição avançados, uma vez que atualmente, o Grupo calcula os requisitos de capital para a cobertura do risco operacional com base no método do Indicador Básico.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2015	2014
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, ações próprias e outros		157.359.955	105.209.304
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		92.190.912	149.919.948
Outros ajustamentos transitórios		67.397.644	7.319.759
Ativos intangíveis		(4.205.431)	(1.149.400)
Fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1 Capital)	(A1)	312.743.080	261.299.611
Fundos próprios de nível 1 (Tier 1 Capital)	(A2)	312.743.080	261.299.611
Fundos Próprios Totais	(A3)	312.743.080	261.299.611
B - Ativos ponderados pelo risco	(B)	943.214.939	744.364.852
C - Rácios de Capital			
Rácio de FPP1 (Common Equity Tier 1 Capital)	(A1 / B)	33,2%	35,1%
Rácio de FP1 (Tier 1 Capital)	(A2 / B)	33,2%	35,1%
Rácio de Fundos Próprios Totais (Total capital ratio)	(A3 / B)	33,2%	35,1%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	261.299.611	202.589.699
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, ações próprias e outros	52.150.651	2.134.318
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	(57.729.036)	51.065.336
Ativos intangíveis	(3.056.031)	(1.016.130)
Ajustamentos transitórios	60.077.885	7.319.759
Fundos Próprios Complementares	-	(793.371)
Saldo no fim do exercício	312.743.080	261.299.611

Outros Riscos e a sua medição:**Risco Reputacional**

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o Grupo idealizou testes de esforço onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Grupo, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação, crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, mercado, etc., encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação:

O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.

▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:

No ponto anterior são analisados os riscos de reputação *versus* risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.

▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Crédito:

Neste caso o Grupo admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente, consideramos um cenário de probabilidade de *default* dos ativos, bem como o impacto de *downgrades* no *rating* destes.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:

(Queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de dezembro de 2015, cujo impacto é descrito de seguida.

Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 82.313.263 euros.

Responsabilidades: 105.037.695 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 22.724.432 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 35.528.993 euros.

Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 82.313.263 euros.

Responsabilidades: 157.556.543 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 75.243.280 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 35.528.993 euros.

Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 82.313.263 euros.

Responsabilidades: 442.742.934 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 360.429.671 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 35.528.993 euros.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

(Cenário de *downgrades* dos títulos de dívida:

- ▲ Aaa – Aa2: mantém-se o *rating*
- ▲ Aa3 – A3: descida de 2 nodos no *rating*
- ▲ Baa1 e *ratings* inferiores: descida de 4 nodos no *rating*

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de dezembro de 2015, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 82.313.263 euros.

Responsabilidades: 105.037.695 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 22.724.432 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 23.636.063 euros.

Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 82.313.263 euros.

Responsabilidades: 157.556.543 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 75.243.280 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo estima uma perda potencial de 23.636.063 euros.

Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 82.313.263 euros.

Responsabilidades: 442.742.934 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 360.429.671 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo estima uma perda potencial de 23.636.063 euros.

NOTA 40

MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Divulgações qualitativas

A. Política de gestão do risco de crédito

O Grupo está no negócio da gestão de risco para criar valor para os acionistas. Em termos gerais, o Grupo encontra-se exposto a risco em resultado direto da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes.

Na gestão da exposição a riscos, o Grupo é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão frequente das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Política de diversificação de riscos apropriada;
- ▲ Sistemas de reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

A Gestão do Risco de Crédito no Grupo, é um processo integrado quer ao nível das transações quer ao nível de *portfolios*.

Ao nível das transações: significa que todas as transações necessitam de aprovação de pelo menos dois representantes com autoridade de crédito, concedida pelo Conselho de Administração e pelos membros seniores do Comité de Gestão de Risco de Crédito.

Ao nível de *portfolios*: significa que a exposição será gerida – sejam empréstimos, títulos, derivados, cambiais, etc. – de forma a minimizar concentrações excessivas de risco relativamente a clientes, indústrias, produtos ou localização geográfica. São também analisados os créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, *write-offs* e recuperações. Existem em vigor vários reportes de crédito disponíveis internamente, para informação do Conselho de Administração do Grupo.

O risco de crédito é gerido de forma a alcançar um desempenho sustentável da organização dentro de parâmetros aceitáveis de risco *versus* retorno. Este objetivo é alcançado através de uma combinação de políticas, sistemas e controlos, sempre sustentados por decisões comerciais ponderadas e cautelosas, devido a diversas razões, tais como:

- ▲ Limitações de capital e fundos do Grupo;
- ▲ Natureza não estratégica de muitos dos empréstimos não colateralizados;
- ▲ Recursos limitados para analisar e controlar exposições não garantidas com a competência desejada;
- ▲ Falta de escala/dimensão.

É, constantemente, feito um esforço para limitar as exposições ao risco de crédito, essencialmente a:

- ▲ Empresas *investment grade* e soberanos com *rating* ou bancos facilmente analisáveis, suportados por análises internas e/ou pela *Moody's* (ou outro *research* independente);
- ▲ FX ou exposições de *settlement* associadas a empresas, investidores institucionais e investidores privados, este último grupo, frequentemente, sem o benefício de uma avaliação adequada ou controlo apropriado sobre a exposição ao risco mas, com limites aprovados casuisticamente;
- ▲ Exposições ao risco de crédito ocasionais analisadas ao pormenor por analistas internos;
- ▲ Crédito *standard* colateralizado.

Na tomada de decisões e na gestão de risco na organização, o Conselho de Administração aplica a sua estratégia de modelo de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspetos incluem:

- ▲ Medidas não estatísticas, tais como análises de cenários, testes de esforço e sensibilidade;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos.

B. Política de *Write-Off* de crédito

O abate de créditos ao ativo ocorre quando um crédito é considerado definitivamente incobrável (ex: decisão de Tribunal) ou o Grupo decide proceder ao perdão da dívida ou ceder o seu direito sobre o crédito a terceiro, conforme referido acima. Os créditos só são propostos para *write-off* quando todos os passos do procedimento foram cumpridos e não existam expectativas de recuperação da totalidade do crédito em dívida.

Os créditos abatidos ao ativo são registados em rubricas extrapatrimoniais no momento em que são desconhecidos do balanço. Os registos em rubricas extrapatrimoniais mantêm-se até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais e contratuais aplicáveis (por exemplo: perdão de dívida, sentença judicial ou cessão de créditos vencidos a título definitivo), sem prejuízo de serem mantidos todos os registos extracontabilísticos relativos aos clientes com operações de crédito registadas em balanço.

Os créditos abatidos ao ativo e registados em rubricas extrapatrimoniais são mantidos pelo montante a que a instituição tem direito, nos termos legais e contratuais aplicáveis, independentemente das expectativas de cobrança.

Os registos contabilísticos em rubricas extrapatrimoniais relativos a créditos abatidos ao ativo são adequadamente suportados para permitir a reconciliação sistemática das suas componentes agregadas com o movimento de saídas por abate de crédito ao ativo.

C. Política de reversão de imparidade

O Grupo avalia à data de cada relato se há indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um ativo, possa já não existir ou possa ter diminuído. Se qualquer indicação existir, o Grupo estima a quantia recuperável desse ativo.

Uma perda por imparidade de um ativo, reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida se, e apenas se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. Uma reversão de uma perda por imparidade de uma unidade geradora de caixa é imputada aos ativos da unidade, *pro rata* em relação às quantias escrituradas desses ativos. A quantia escriturada aumentada de um ativo, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de amortização ou depreciação) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores.

Uma reversão de uma perda por imparidade de um ativo, é reconhecida imediatamente nos lucros ou prejuízos.

D. Política de conversão de dívida em capital do devedor

O Grupo não utiliza normalmente este tipo de solução e não detém exposição sobre qualquer grupo económico objeto desta forma de reestruturação de crédito.

E. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Quando, devido a dificuldades financeiras de um dado cliente, o Grupo acorde alterar as condições contratuais de operações de crédito existentes (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) de serviço de dívida existente, essas operações de crédito devem ser identificadas e marcadas como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, e calculada imparidade sobre esses créditos. Um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante o Grupo ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer, tomando em consideração, entre outros, os indícios de imparidade.

F. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

Valorização de colaterais

Para efeitos da análise quantitativa, são utilizados os seguintes critérios de valorização.

i) Financeiros: efetuado automaticamente pelos sistemas em função dos preços de mercado e de ponderadores revistos periodicamente pelo Conselho de Administração

- ▲ Mensalmente os ativos financeiros utilizados em colateral são analisados no que concerne à sua Liquidez, Volatilidade e Capitalização bolsista (se aplicável);
- ▲ Semanalmente e automaticamente, tendo apenas em conta a volatilidade a 30 dias dos títulos negociados em mercados regulados, a todos os ativos tidos em colateral é atribuído um ponderador (calculado pelo sistema) sobre o qual o cliente pode alavancar o crédito (80%, 70% e 50%)

ii) Imóveis: utilizado o valor da última avaliação formal ao imóvel, efetuada por entidade independente. Adicionalmente, sobre esse valor, é aplicado um fator de correção, conforme a antiguidade dessa avaliação:

- ▲ Até 6 meses: 0%
- ▲ 6 meses: 5%
- ▲ De 7 a 12 meses: 10%
- ▲ De 12 a 24 meses: 15%
- ▲ De 24 a 36 meses: 25%
- ▲ Mais de 36 meses: 50%

A determinação do valor recuperável tem por base a avaliação (com ou sem fator de correção) acrescido de um fator de desconto temporal.

Quando uma operação de crédito colateralizada por imóvel apresente indícios que o justifiquem, o colateral é reavaliado por um avaliador externo.

iii) Automóveis: consultado o *Eurotax* ou, em alternativa, a maior base de dados portuguesa de venda de automóveis usados, o *site* www.standvirtual.com. Neste último caso, sobre o valor médio apurado para os veículos semelhantes ao da operação em análise, é aplicado um fator corretivo de 20%, para fazer face à desvalorização que os comerciantes apresentam nas suas ofertas, uma vez que o *site* publica apenas os valores de venda ao consumidor final. No caso de não ser possível encontrar a marca / modelo do veículo da operação em análise, o Crédito Especializado propõe a sua melhor estimativa (realista e conservadora) que puder efetuar.

iv) Outros colaterais: são analisados caso a caso.

Os ponderadores e restantes fatores corretivos são revistos periodicamente, pelo menos uma vez por ano, tendo em atenção o histórico, as perspetivas económicas e os indicadores dos concorrentes publicados, conforme o tipo de produto.

G. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

O Grupo avalia a imparidade da sua carteira de crédito com base em indícios de imparidade específicos, não estando estes dependentes de pressupostos complexos. O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas em resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

As diferentes áreas geradoras de negócio envolvidas neste processo são alheias ao cálculo, revisão e aprovação de perdas por imparidade mantendo assim a independência que é absolutamente necessária neste tipo de análise.

H. Descrição das metodologias de cálculo de imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

Definição de créditos com imparidade

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedida, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade: (i) quando exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com os requisitos da IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, mensalmente, o Grupo avalia se uma exposição ou grupo de exposições têm evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos, que ocorreram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual são consideradas as evidências / indícios passivos detalhados abaixo no ponto I. ii).

Processo de identificação de créditos com imparidade

O Grupo avalia, em cada data de reporte a par com a reunião mensal de Crédito, se há qualquer indicação de que um ativo (ou grupo de ativos) possa estar com imparidade. Se qualquer indicação existir, o Grupo deve estimar a quantia recuperável do ativo.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou atividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- ▲ a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- ▲ a existência de credores privilegiados;
- ▲ o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- ▲ o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se, para determinado crédito, não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é analisado conjuntamente aplicando percentagens de imparidade previamente definidas e aprovadas. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos nesta avaliação.

Dentro da análise individual, quando algum crédito se distingue, nomeadamente via montante ou tipo de colateral, é feita uma análise mais detalhada, para aferir a existência de imparidade de crédito e para avaliar a qualidade do colateral.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço, líquido da imparidade.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Categorias de Crédito / Segmentação da Carteira de Crédito BiG

Para efeitos da análise da imparidade de operações de crédito, as exposições constantes na carteira de crédito de retalho do Grupo são segmentados em categorias de modo a que, periodicamente, se possa levar a cabo a análise da carteira.

Os critérios na base deste agrupamento são:

- ▲ O crédito ter a mesma finalidade;
- ▲ Os clientes alvo do produto serem os mesmos;
- ▲ O colateral do crédito ser o mesmo ou semelhante;
- ▲ O tratamento e contabilização do produto ser uniforme;
- ▲ Haver em carteira (créditos “vivos”) mais de 25 clientes.

De acordo com a oferta de produtos de crédito constantes na carteira do Grupo, estes são segmentados, para análise de imparidade, conforme se segue:

- ▲ Conta Margem;
- ▲ BiG Auto;
- ▲ Crédito Habitação;
- ▲ Outros.

I. Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

A avaliação de que se uma determinada exposição ou grupo de exposições têm evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos, que ocorreram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, é feita adotando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito, nomeadamente:

i) Evidências / Indícios ativos

- ▲ Cliente ter um descoberto não autorizado ou ter prestações de linhas/empréstimos por liquidar;
- ▲ Outros valores a receber (ex: faturação) não liquidados na data de vencimento;

ii) Evidências / Indícios passivos

- ▲ Cliente ter um descoberto não autorizado ou ter prestações de linhas/empréstimos por liquidar;
- ▲ Outros valores a receber (e.g. faturação) não liquidados na data de vencimento;
- ▲ Cliente consta na LUR (Lista de Utilizadores de Risco do Banco de Portugal) – Cheques;
- ▲ Cliente ter incidentes em OIC – Crédito Vencido, Renegociado ou Abatido ao Ativo – na CRC (Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal);
- ▲ Cliente ser objeto de qualquer tipo de penhora judicial;
- ▲ Cliente ter dívidas à ATA (Autoridade Tributária e Aduaneira);
- ▲ Cliente ter dívidas à Segurança Social;
- ▲ Existir no BiG histórico de incumprimento de crédito;
- ▲ Existir no BiG histórico de descobertos em DO (Conta de Depósitos à Ordem) não autorizados;
- ▲ Cliente ficar desempregado ou empresa empregadora declarar falência ou despedimentos massivos;
- ▲ Cônjuge ficar desempregado ou empresa empregadora declarar falência ou despedimentos massivos;
- ▲ Cliente, ou cônjuge perder parte do seu rendimento mensal;
- ▲ Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente;
- ▲ Cliente ou cônjuge constarem em qualquer lista de risco externa ao BiG;
- ▲ Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de programas especiais de recuperação;
- ▲ Entrega de ativos em dação em pagamento;
- ▲ Violação de qualquer contrato celebrado com o Grupo.

J. Indicação dos limiares definidos para análise individual

Para efeitos da identificação das exposições individualmente significativas (que serão, obrigatoriamente, analisadas numa base individual), o Grupo fixa os limiares a ter em consideração. Estes são, de entre outros, exposições colateralizadas por ativos não líquidos que representem uma percentagem relevante da carteira de crédito de retalho ou dos Fundos Próprios do BiG. No entanto, mesmo que uma determinada exposição não esteja inserida nestes critérios, e tendo em vista a posição conservadora do Grupo relativamente ao risco de crédito, a mesma pode ser alvo de análise individual de imparidade.

K. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

O Grupo não utiliza *ratings* de crédito internos no tratamento de crédito irregular.

O tratamento interno de um cliente classificado em incumprimento deve contemplar a realização de todas as medidas operacionais que se demonstrem necessárias, designadamente a inibição de (i) movimentos nas contas e meios de movimentação, (ii) transferências de montantes para fora do Grupo, (iii) tentativas de diminuição ou remoção de colaterais e (iv) aumento de exposição por parte do mutuário.

Caso se revele necessário, ainda no âmbito desta análise interna, serão despoletados os mecanismos legais que garantam a execução de garantias ou a instauração de processos executivos. Esta ação será coordenada pelo *Compliance*, em conjunto com a sociedade de advogados que auxilia o Grupo em matéria legal.

As ações acima descritas devem ainda ter em consideração (i) o conhecimento do cliente, (ii) a sensibilidade acerca do produto, (iii) o entendimento necessário sobre normas, regulamentos, procedimentos, *timings* de reporte às entidades de supervisão e (iv) a necessidade de ajustamento da contabilidade interna e reportes do Grupo.

L. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas por imparidade avaliadas individual e coletivamente

Numa base individual, o método de cálculo adotado pelo Grupo para a determinação da imparidade de crédito é o método do “*discounted cash flow*” (DCF) ou seja, calcular o PV (*Present Value*) dos *cash-flows* vincendos para o momento da análise, descontados a uma determinada taxa de juro. Esse PV é depois comparado com o valor em exposição e, se a diferença for negativa, existirá então uma imparidade, valor que deverá ser devidamente contabilizado.

No cálculo das imparidades, o Grupo determina o valor líquido de cada exposição (montante crédito – montante colateral). Este montante de colateral é ajustado por *haircuts*, de acordo com as regras definidas no ponto “Valorização de colaterais”. Para efeitos de análise de imparidade, apenas nas operações com garantias financeiras (Conta Margem) ou reais (Crédito Hipotecário e Crédito Automóvel) são valorizados os respetivos colaterais, sendo nas restantes operações assumido um colateral igual a zero, mesmo no caso das locações de automóveis onde o bem pertence ao Grupo.

Sobre o valor líquido da exposição, é aplicado um coeficiente de 1,5%, exceto nos produtos Conta Margem e Descobertos, onde é aplicado 1%.

No caso do método DCF, a taxa de juro utilizada no cálculo da imparidade é determinada de acordo com as seguintes regras:

- ▲ contratos com taxa fixa: taxa fixa inicial
- ▲ contratos com taxa variável: taxa de juro efetiva original, resultante das cláusulas contratuais (ex: indexado à Euribor)

Nota: caso a taxa de juro não seja determinável (ex: para faturação/ valores a receber), é utilizada a taxa oferecida no “SuperDepósito” do BiG, em vigor à data da análise.

Quando as exposições forem garantidas por colateral, o Grupo tem em consideração o valor esperado do colateral assim como as expectativas de recuperação do mesmo, e os custos de recuperação e venda.

M. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O Grupo não tem um período emergente dado que não tem um modelo de imparidade coletiva que considere este parâmetro.

N. Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

O Grupo tem compilados dados históricos com os quais se encontra a desenvolver e calcular PD's e LGD's.

O. Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade e alterações nos principais pressupostos

O Grupo avalia a imparidade da sua carteira de crédito com base em indícios de imparidade específicos, não estando estes dependentes de pressupostos complexos, pelo que não são efetuadas análises de sensibilidade aos pressupostos utilizados.

Divulgações quantitativas

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

a.1)

Segmento	Exposição 2015				Imparidade 2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito em Conta Corrente	16.506.448	16.506.226	-	222	18.734	18.512	222
Crédito Habitação	6.190.366	6.144.935	-	45.432	77.346	54.244	23.102
Outros	2.586.291	2.432.274	-	154.016	162.473	12.223	150.250
	25.283.105	25.083.435	-	199.670	258.553	84.979	173.574

Segmento	Exposição 2014				Imparidade 2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito em Conta Corrente	13.165.262	13.163.145	-	2.117	13.206	11.243	1.963
Crédito Habitação	5.403.148	5.357.716	-	45.432	12.288	930	11.358
Outros	4.167.373	3.990.977	12.435	176.396	165.166	22.562	142.604
	22.735.783	22.511.838	12.435	223.945	190.660	34.735	155.925

a.2)

Segmento	Da Exposição Total 2015						Da Imparidade Total 2015				
	Exposição Total 2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 2015	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90		Dias de atraso <= 90	Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
		Sem indícios	Com indícios								
Crédito em Conta Corrente	16.506.448	11.982.332	4.523.304	592	-	222	18.734	18.511	1	-	222
Crédito Habitação	6.190.366	6.041.076	103.858	-	-	45.432	77.346	54.244	-	-	23.102
Outros	2.586.291	2.346.073	61.322	24.879	226	153.791	162.473	12.065	158	2	150.248
	25.283.105	20.369.481	4.688.484	25.471	226	199.445	258.553	84.820	159	2	173.572

Segmento	Da Exposição Total 2014						Da Imparidade Total 2014				
	Exposição Total 2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 2014	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90		Dias de atraso <= 90	Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
		Sem indícios	Com indícios								
Crédito em Conta Corrente	13.165.262	12.839.246	323.899	-	-	2.117	13.206	11.243	-	-	1.963
Crédito Habitação	5.403.148	5.350.797	6.920	-	-	45.432	12.288	930	-	-	11.358
Outros	4.167.373	3.864.568	126.408	-	-	176.396	165.166	22.562	-	-	142.604
	22.735.783	22.054.611	457.227	-	-	223.945	190.660	34.735	-	-	155.925

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias, mas sobre o qual existem evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em Risco

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

Ano de produção	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2005 e anteriores	70	2.853.589	3.240	15	683.479	6.033	33	82.178	5.072
2006	18	737.466	780	-	-	-	3	142.909	140.059
2007	34	627.223	663	6	390.422	3.446	2	25.505	35
2008	28	355.944	376	15	846.548	7.473	6	38.095	5.268
2009	38	1.827.308	1.933	7	530.067	27.381	-	-	-
2010	26	320.106	339	3	285.980	2.524	15	273.240	2.282
2011	28	2.251.055	3.434	13	763.998	6.744	9	42.975	171
2012	18	374.243	396	6	396.956	3.504	18	119.564	397
2013	21	416.539	441	6	550.462	4.859	22	366.004	2.159
2014	46	2.519.467	2.665	8	685.200	6.049	42	679.341	3.279
2015	54	4.223.508	4.467	8	1.057.254	9.333	1.487	816.480	3.751
	381	16.506.448	18.734	87	6.190.366	77.346	1.637	2.586.291	162.473

Ano de produção	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	70	2.748.798	467	15	739.531	-	3	84.346	-
2005	15	396.336	2	-	-	-	-	-	-
2006	24	687.341	1.267	-	-	-	-	-	-
2007	43	1.119.100	2.551	6	408.237	381	3	30.372	78
2008	34	542.391	543	16	887.976	7	8	52.242	324
2009	41	1.601.864	200	5	498.704	-	6	176.566	325
2010	28	484.726	67	4	306.163	11	39	532.963	128.511
2011	28	1.798.789	925	14	826.952	100	17	213.862	897
2012	24	642.643	50	6	472.452	104	20	196.122	2.942
2013	25	684.519	785	7	567.110	713	27	482.287	15.267
2014	73	2.458.755	6.349	8	696.023	10.972	1.336	2.398.613	16.821
	405	13.165.262	13.206	81	5.403.148	12.288	1.459	4.167.373	165.165

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor e geografia.

c.1) Por segmento:

2015	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Coletiva	16.506.448	18.734	6.190.366	77.346	2.586.291	162.473	25.283.105	258.553

2014	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual		2.118	45.432	11.358	176.396	142.604	223.946	155.925
Coletiva	13.163.145	11.243	5.357.716	930	3.990.977	22.561	22.511.838	34.734
	13.165.263	13.206	5.403.148	12.288	4.167.373	165.165	22.735.784	190.659

c.2) Por setor de atividade: O detalhe por setor não se aplica à carteira de retalho do BiG sendo a mesma concentrada em particulares.

c.3) Por geografia: O detalhe por geografia não se aplica à carteira de retalho do BiG sendo a mesma concentrada em Portugal.

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

2015	Crédito em cumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de Prazo	3	9.328	14	3	9.328	14

2014	Crédito em cumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de Prazo	2	12.435	182	2	12.435	182

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	2015	2014
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	12.435	-
Créditos reestruturados no período	656	12.963
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	3.763	528
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	9.328	12.435

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmentos:

2015	Crédito em Conta Corrente				Crédito Habitação				Outros			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo valor												
< 0,5 M€	1	293.550	371	15.462.082	82	15.529.117	1	35.000	15	2.273.746	2	35.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	6	4.945.430	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	1	3.565.761	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	293.550	378	23.973.273	82	15.529.117	1	35.000	15	2.273.746	2	35.000

2014	Crédito em Conta Corrente				Crédito Habitação				Outros			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo valor												
< 0,5 M€	-	-	390	15.755.077	48	8.447.639	1	35.000	11	1.902.147	4	92.239
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	6	3.863.047	6	3.629.000	-	-	1	564.000	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	1	1.652.000	-	-	-	-	1	1.500.000
	-	-	396	19.618.124	55	13.728.639	1	35.000	12	2.466.147	5	1.592.239

* Exemplos: Ações, obrigações e depósitos (a preços de mercado)

g) Rácio LTV dos segmentos de Habitação e Outros:

2015	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Imparidade
Crédito em Conta Corrente			
< 60%	1	115.000	1.175
Crédito Habitação			
< 60%	45	3.248.452	28.675
>= 60% e < 80%	18	1.783.106	15.740
>= 80% e < 100%	19	1.081.883	9.550
Outros			
< 60%	11	830.976	7.143
>= 60% e < 80%	1	15.865	20
>= 80% e < 100%	3	41.929	53
	98	7.117.211	62.357

2014	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Imparidade
Crédito Habitação			
< 60%	32	2.815.360	108
>= 60% e < 80%	12	1.262.084	-
>= 80% e < 100%	10	1.275.213	708
>= 100%	1	83.950	-
Outros			
< 60%	12	959.089	-
	67	6.395.696	816

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade:

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica Ativos não correntes detidos para venda apresenta um saldo de 45.500 euros referente a imóveis disponíveis para venda imediata, consequência de processos judiciais. Para estes ativos o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 25.500 euros. No decorrer de 2015, o referido imóvel foi alienado. A 31 de dezembro de 2015 o Grupo não detinha em carteira qualquer imóvel consequência de dação em cumprimento.

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

O Grupo não utiliza *ratings* de crédito internos.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmentos:

O Grupo não utiliza parâmetros de risco, e.g. PD e LGD, no modelo de imparidade.

NOTA 41 ÔNUS SOBRE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a oneração dos ativos pode ser analisada conforme se segue:

2015	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	43.206.193	43.206.193
Títulos de dívida	320.820.960	320.520.581	1.004.476.651	987.718.755
Outros ativos	500.000	-	173.059.615	-
	321.320.960		1.220.742.459	

2014	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	30.460.663	30.460.663
Títulos de dívida	241.467.212	245.900.690	956.837.491	959.244.983
Outros ativos	500.000	-	192.401.477	-
	241.967.212		1.179.699.631	

Em 31 de dezembro de 2015 o montante dos passivos associados a ativos onerados era de 246.353.570 euros (31 de dezembro de 2014: 215.972.307 euros).

NOTA 42 NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

1. Adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2015, sem impacto material nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015:

Normas

a) Melhorias às normas 2011 – 2013. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 3, 'Concentrações de atividades empresariais'. A melhoria à IFRS 3 clarifica que a norma não é aplicável à contabilização da constituição de qualquer acordo conjunto segundo a IFRS 11, nas demonstrações financeiras do acordo conjunto.

IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação'. A melhoria clarifica que a exceção à mensuração ao justo valor de um portefólio numa base líquida, é aplicável a todos os géneros de contratos (incluindo contratos não-financeiros) no âmbito da IAS 39.

Interpretações

b) IFRIC 21 (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento – IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento.

2. Normas e alterações a normas existentes publicadas mas cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015, e que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente. Com exceção da IFRS9, para a qual o Grupo está a avaliar os potenciais impactos, não se preveem impactos materiais da adoção destas normas e/ou interpretações.

Normas

a) Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 2, 'Pagamento com base em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A melhoria à IFRS 2 altera a definição de "condições de aquisição" ("*vesting conditions*"), passando a prever apenas dois tipos de condições de aquisição: "condições de serviço" e "condições de performance". A nova definição de "condições de performance" prevê que apenas condições relacionadas com a entidade são consideradas.

IFRS 3, 'Concentrações de atividades empresariais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Esta melhoria clarifica que uma obrigação de pagar um valor de compra contingente, é classificada de acordo com a IAS 32, como um passivo, ou como um instrumento de capital próprio, caso cumpra com a definição de instrumento financeiro. Os pagamentos contingentes classificados como passivos serão mensurados ao justo valor através de resultados do exercício.

IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A melhoria à IFRS 13 clarifica que a norma não remove a possibilidade de mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores faturados, quando o efeito de desconto não é material.

IAS 16, 'Ativos fixos tangíveis' e IAS 38 'Ativos intangíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A melhoria à IAS 16 e à IAS 38 clarifica o tratamento a dar aos valores brutos contabilísticos e às depreciações/amortizações acumuladas, quando uma Entidade adote o modelo da revalorização na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis, prevendo 2 métodos. Esta clarificação é significativa quando, quer as vidas úteis, quer os métodos de depreciação/amortização, são revistos durante o período de revalorização.

IAS 24, 'Divulgações de partes relacionadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Esta melhoria à IAS 24 altera a definição de parte relacionada, passando a incluir as Entidades que prestam serviços de gestão à Entidade que reporta, ou à Entidade-mãe da Entidade que reporta.

b) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

c) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

d) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

e) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

f) Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 5, 'Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A melhoria clarifica que quando um ativo (ou grupo para alienação) é reclassificado de "detido para venda" para "detido para distribuição" ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir.

IFRS 7, 'Instrumentos financeiros: divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta melhoria inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de ativos financeiros, para efeitos de cumprimento das obrigações de divulgação.

IAS 19, 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade da mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.

IAS 34, 'Relato intercalar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta melhoria clarifica o significado de "informação divulgada em outra área das demonstrações financeiras intercalares, e exige a inclusão de referências cruzadas para essa informação.

g) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

h) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de

produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.

Quadro resumo novas normas:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Alterações e interpretações efetivas a 31 de dezembro de 2015		
Melhorias às normas 2011 – 2013	Clarificações	1 de janeiro de 2015
IFRIC 21 – ‘Taxas’ (“Levies”)	Nova interpretação – Contabilização de passivos por taxas	1 de janeiro de 2015
2. Alterações efetivas em ou após 1 de fevereiro de 2015		
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações	1 de fevereiro de 2015
IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	1 de fevereiro de 2015
IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/ depreciação	Os métodos de depreciação/ amortização baseados no rédito, não são permitidos.	1 de janeiro de 2016
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	1 de janeiro de 2016
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF’s separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	1 de janeiro de 2016
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias	1 de janeiro de 2016
3. Normas e alterações efetivas, em ou após 1 de fevereiro de 2015, ainda não endossadas pela EU		
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018

**NOTA 43
 EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em conformidade com o artigo 2º do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, datado de 7 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável.

Os impactos nas demonstrações financeiras em base individual do Banco em 1 de janeiro de 2016, decorrentes da aplicação das NIC, resultam, essencialmente, numa diminuição das provisões para crédito a clientes e garantias, decorrente do reconhecimento das perdas por imparidade apuradas em conformidade com a NIC 39 por substituição do anterior referencial previsto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal agora revogado, a qual origina, excluindo o efeito fiscal associado, num aumento do capital próprio em 25.176 euros.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-Presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

Conselho Fiscal

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira (Presidente)

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira (Vogal Efectivo)

Jorge Alegria Garcia de Aguiar (Vogal Efectivo)

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados,
Sociedade de Revisores de Contas, S.A., representada por
Aurélio Adriano Rangel Amado ou
José Manuel Henriques Bernardo

Jorge Manuel Santos Costa
(Revisor Oficial de Contas Suplente)

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviços Online
Serviço de Apoio ao Cliente

707 244 707
213 305 377

www.big.pt
apoio@big.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas
Retailho Especializado

Mário Bolota
Tiago Eusébio

mario.bolota@big.pt
tiago.eusebio@big.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Ações
Mercado Cambial
Opções/Produtos Estruturados

Clientes Institucionais e Empresas

Ricardo Pinho
João Vaz Velho
Fernando Quadros
João Henrique

ricardo.pinho@big.pt
joao.velho@big.pt
fernando.quadros@big.pt
joao.henrique@big.pt

Diogo Costa
Cláudio Sousa
Pedro Coutinho
Pedro Cardoso

diogo.costa@big.pt
claudio.sousa@big.pt
pedro.coutinho@big.pt
pedro.cardoso@big.pt

Rui Bolsa

rui.bolsa@big.pt

Paula Gil

paula.gil@big.pt

Gonçalo Moreira

goncalo.moreira@big.pt

Peter Rodrigues

peter.rodrigues@big.pt

Lino Tudela

lino.tudela@big.pt

Rui Broega

rui.broega@big.pt

Ana Rita Gil

ana.gil@big.pt

João Lampreia

joao.lampreia@big.pt

Luís Farias

luis.farias@big.pt

Áreas de Suporte

IT

Sistemas de BackOffice
Desenvolvimento

Paulo Figueiredo

paulo.figueiredo@big.pt

Carla Rosa

carla.rosa@big.pt

Vitor Luís

vitor.luis@big.pt

Operações

Paulo Campos

paulo.campos@big.pt

Contabilidade

Dora Moreira

dora.moreira@big.pt

Controlo Interno

Francisco Passaradas

francisco.passaradas@big.pt

Auditoria Interna

Luís Penaguão

luis.penaguiao@big.pt

Recursos Humanos

Paula Moreira

paula.moreira@big.pt

Marketing

Alexandre Martins

alexandre.martins@big.pt

Risco

Lúcia Ventura

lucia.ventura@big.pt

Miguel Mira

miguel.mira@big.pt

Teresa Raimundo

teresa.raimundo@big.pt

Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 -76, 1200-869 Lisboa

213 305 300

 **BANCO DE
INVESTIMENTO
GLOBAL**

Av. 24 de Julho, n.74-76
1200-869 Lisboa

T 213 305 300

www.big.pt